

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FÍSICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO-SENSU EM
EDUCAÇÃO FÍSICA

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: CONCEITOS, GESTÃO E
EFEITOS.

Pedro Fernando Avalone Athayde

BRASÍLIA

2009

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: CONCEITOS, GESTÃO E EFEITOS.

PEDRO FERNANDO AVALONE ATHAYDE

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física.

ORIENTADOR: FERNANDO MASCARENHAS ALVES

Dados Internacionais de Catalogação-na-Fonte

A865p Athayde, Pedro Fernando Avalone.
Programa Segundo Tempo : conceitos, gestão e efeitos /
Pedro Fernando Avalone Athayde. - 2009.
177 f. ; 30 cm.

Inclui bibliografia.

Orientação: Fernando Mascarenhas Alves.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília,
Faculdade de Educação Física, 2009.

1. Esporte educacional. 2. Esporte escolar. 3. Educação física. 4. Políticas públicas. 5. Programa Segundo Tempo. I. Alves, Fernando Mascarenhas. II. Título.

CDU 796:37.014.4

Elaborada por Joanita Pereira Basto CRB1-DF 2.430

Dissertação defendida em 31 de julho de 2009, sendo a Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas – FEF/UnB
Orientador

Prof. Dr. Lino Castellani Filho – FEF/UNICAMP

Profa. Dra. Dulce Suassuna – FEF/UnB

DEDICATÓRIA

Uma peça de teatro é dividida entre o palco e os bastidores, apesar de o belo, o criativo, o lúdico, o fascinante e o próprio artista estarem no palco, nada disso seria possível sem o universo oculto dos bastidores. O trabalho, a correria, o suor, a árdua dedicação dos profissionais escondidos por trás da cortina são fundamentais ao sucesso de todo grande espetáculo.

Portanto, dedico este estudo àqueles que, durante esses dois anos de mestrado e ao longo dos meus 27 anos de vida, estiveram presentes, não apenas no palco, mas também nos bastidores da minha história. Dedico este trabalho a meus familiares e, principalmente, a meus avós, que mesmo sem entender sobre o que e nem o porquê escrevia, jamais deixaram de me olhar com um brilho especial, como se aguardassem pela conclusão da mais nova escultura de Da Vinci, pintura de Michelangelo ou sinfonia de Beethoven.

Sou conhecedor dos meus limites discursivos, mas dedico este trabalho àqueles que acreditaram em mim sem limites. Cada palavra de incentivo, carinho e conforto foi fundamental para que o último ponto final desta dissertação fosse redigido.

AGRADECIMENTO

Lembro-me de ter ouvido de um certo alguém, em um certo dia, a seguinte frase: “O futuro é um processo permanente de construção de incertezas”. Não me recordo precisamente do nome da pessoa que me disse essa frase, mas aprendi a admirá-lo, mesmo com todos os seus defeitos e dúvidas.

A frase acima demonstra o quanto o cotidiano pode ser imprevisível e surpreendente. O que hoje é líquido e certo, ao ser aquecido pelo calor errático do *rodo cotidiano*, entra em ebulição e vira o *vapor barato* da dúvida. Se existe algo do qual não posso reclamar, é da presença da inconstância, da contradição e das mudanças nesses dois anos de caminhada.

O turbilhão que tomou conta da minha vida me forçou, de maneira pouco sutil, a me transformar em outra pessoa e a ressignificar minha vida. Contudo, mudar quem somos não é apenas ser outro alguém, mas sim compreender aquilo que éramos para ter clareza do que queremos ser.

Nunca fui muito bom com nomes, mas sou ótimo com fisionomias. Por isso, não me arriscarei aqui a citar nomes, agradecerei aos *rostos sorridentes* que pintaram essa minha caminhada. Alguns deles com sorrisos mais frequentes, outros com sorrisos amarelos, infelizmente, alguns com sorrisos interrompidos por choros e “caretas”, mas, no final, todos são apenas sorrisos.

Agradeço às risadas paternais, fraternas e familiares. Agradeço, principalmente, ao sorriso maternal sempre pronto a me ajudar nos momentos mais difíceis de minha vida e às gargalhadas maduras dos meus queridos avós. Agradeço, especialmente, ao sorriso de um eterno e fugaz anjo e de uma bela fada, que muito me ajudaram na conclusão deste trabalho.

Não posso esquecer de agradecer à companhia de um *boi* cantador e companheiro, de uma *cabeça grande* e relapsa, de um *motoboy* muito sentimental e verdadeiro, de um *tijolão* orgulhoso e sonhador e do *peladeiro* mais cego e maluco que conheço. Vocês são cinco, mas para mim valem mil! Espero contar sempre com a presença de vocês em minha vida.

Agradeço, também, aos sorrisos, não tão sorridentes, de meu orientador acadêmico. Sua serenidade e conhecimento foram fundamentais para o meu crescimento e amadurecimento acadêmico e para alimentar ainda mais meu sonho eterno de um dia vir a ser um professor universitário.

Resumindo, sou grato a todos que estiveram por perto nos momentos bons e ruins, ainda que a distância material se fizesse presente.

Os rostos que acompanharam de perto esses meus últimos dois anos sabem que as experiências que tive são suficientes para uma vida inteira. Não foi fácil vencer o labirinto que se tornou o período de conclusão desta etapa da minha vida. Várias foram as armadilhas e barreiras postas em meu caminho. Tenho consciência de que não sai ileso dessa árdua tarefa, no entanto, as feridas que tive deixaram as marcas necessárias para a construção de um novo futuro, que espero ser repleto de outras conquistas.

Portanto, hoje, sinto que posso afirmar que estou preparado para novos desafios. Espero que ao final desse agradecimento todos possam dar boas gargalhadas e que venham os novos projetos, mas que, se possível, sejam mais serenos e com menos emoções (risos)!

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS, ABREVIACIONES E SÍMBOLOS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - O PST NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS	
1.1 – O entusiasmo pelo Esporte Escolar	24
1.2- O PST e seus efeitos perlocucionais	30
1.3 – É tudo novo de novo no Esporte Escolar?	40
CAPÍTULO II – A GESTÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	
2.1 – A proposta anunciada	51
2.2– O PST no Distrito Federal	58
2.3 – Limites e avanços para a gestão democrática	71
CAPÍTULO III – O MODELO CONCEITUAL DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	
3.1 – A (des)conceituação do Esporte Educacional.....	83
3.2 – Esporte <i>na</i> escola ou esporte <i>da</i> escola	92
3.3 – O PST para além do esporte <i>na</i> escola e esporte <i>da</i> escola	107

CAPÍTULO IV – EFEITOS DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	
4.1 – PST para quem?	115
4.2 – A democratização e/ou massificação?	119
4.3 - O discurso da promoção da saúde	130
4.4 – O risco da filantropia	139
4.5 – A propaga(nda)ção e <i>outdoorização</i> do PST	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
BIBLIOGRAFIA	170
APÊNDICES	177

LISTA DE SIGLAS, ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
CCNE	Comissão de Acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte
CIEPS	Conselho Internacional de Educação Física e Desporto
CEAD	Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conselho Nacional de Esporte
CNS	Conferência Nacional de Saúde
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
DPC	Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEP	Federação Internacional de Educação Física
FUNDESP	Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MET	Ministério do Esporte e Turismo
MP	Medida Provisória
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONED	Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PLC	Projeto de Lei Complementar
PNE	Política Nacional do Esporte
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PST	Programa Segundo Tempo
PT	Partido dos Trabalhadores
RBCE	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria da Educação Física e do Desporto do Ministério da Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SNE	Secretaria Nacional de Esporte
SNEE	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

Essa pesquisa tem como escopo identificar as relações e possíveis contradições entre a gestão, o modelo conceitual e os efeitos inerentes à formulação, implementação e desenvolvimento do PST. Este trabalho dedica-se ao estudo do desenvolvimento do Programa Segundo Tempo (PST), de competência do Ministério do Esporte (ME), durante o período do primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006). Para consecução desse objetivo, realizamos uma investigação estruturada por meio de um levantamento bibliográfico de literatura relacionada à temática explorada, pesquisa documental, bem como, pesquisa de campo, que envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores do ME e coordenadores de projeto ligados a núcleos do DF. A realização deste trabalho busca contribuir para a formulação de políticas de esporte, em especial, fornecendo elementos de avaliação do PST, buscando apontar os avanços, os limites e as possibilidades de ação política colocadas para realização de uma gestão pautada no interesse público, na consolidação do esporte enquanto direito social, na participação e controle social, na transparência administrativa e na superação de uma lógica fundada na centralização administrativa.

Palavras-Chave: Educação Física; Esporte Educacional; Esporte Escolar; Políticas Públicas; Programa Segundo Tempo.

ABSTRACT

This research has the aim to identify the relationships and possible contradictions between the management, the conceptual model and the effects inherent in the formulation, implementation and development of PST. This work is dedicated to the state of development of the Second Time (PST), the jurisdiction of the Ministry of Sports (ME), during the first term of the Lula Government (2003-2006). To achieve this goal, we conducted an investigation on a structured literature review of the literature related to the theme explored, documentary research, and field research, which involved the holding of semi-structured interviews with managers and coordinators of the ME project linked to nuclear the DF. In this work seeks to contribute to the formulation of policies in sport, in particular, providing evidence for assessment of PST, trying to point the progress, the limits and possibilities of political action to put an achievement based management in the public interest in consolidation the sport as a social right, participation and social control, transparency and administrative overcome a logic based on administrative centralization.

Keywords: Physical Education, Sports Education, Sports School, Public Policy, Second Time Program.

INTRODUÇÃO

*Fracassei em tudo o que tentei na vida.
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.
Tentei salvar os índios, não consegui.
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.
Mas os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*
Darcy Ribeiro

O presente estudo relaciona-se à temática das Políticas Públicas de Esporte, tendo como objeto de análise o Programa Segundo Tempo (PST), gerido pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE), do Ministério do Esporte (ME)¹. O Segundo Tempo é um programa formulado com o intuito de democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas realizadas no contraturno escolar. Por meio dessas ações tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano e assegurar o exercício da cidadania. (BRASIL, ME, 2005).

Analisar um programa que não é, mas está sendo, exige o discernimento quanto às dificuldades e limites impostos à tentativa de se “fotografar” um objeto em movimento. O PST é um programa atualmente em execução e que ao longo de sua implementação foi alvo de uma série de reformulações. Portanto, para minimizar os efeitos das mudanças sofridas pelo PST sobre a pesquisa, optamos por focar nossas “lentes” na gestão correspondente à formulação e implementação do programa, que compreende ao período de 2003 a 2006.

Segundo SOUZA (2003), hoje em dia no Brasil não existem dúvidas acerca do crescimento das pesquisas acadêmicas relacionadas à área de políticas públicas. Várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vêm

¹ O Ministério do Esporte em seu organograma está estruturado em: a) órgãos de assistência direta e imediata ao ministro de Estado, composto por: Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica, Secretaria Executiva e Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão; b) órgãos específicos singulares, que compreendem: Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; e c) órgão colegiado, representado pelo Conselho Nacional do Esporte.

realizando estudo sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Destarte, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, tem expandido sua presença nos estudos e pesquisa referentes às políticas públicas e/ou sociais.

É importante destacar que partimos do entendimento, proposto por Veronez (2005), de que as políticas públicas são compreendidas como mecanismos de intervenção do Estado no âmbito das relações sociais, que se materializam por meio de ações implementadas diretamente pelo governo ou por um conjunto de instituições estatais, sob a justificativa de, por um lado, atender a demandas, necessidades ou interesses heterogêneos, não raramente contraditórios, presentes na sociedade e, por outro, manter as condições de estabilidade adequadas a fim de garantir a produção e a reprodução social. Dependendo do objetivo empreendido por essas políticas, elas podem receber outras classificações, por exemplo, quando visam garantir direitos sociais relativos a um setor específico (educação, assistência, saúde, cultura, esporte, lazer) podem receber o complemento de “setoriais”. Ao mesmo tempo, é corriqueiro ganharem o qualificativo de “sociais” quando se referem à proteção do trabalhador e à assistência social. Também podem ser classificadas de acordo com diferentes tipologias (distributivistas, redistributivistas) e quanto ao seu alcance (universais ou focalizadas).

Já as políticas sociais, conforme Faleiros (2007, p. 8), dependendo do momento, podem representar diferentes papéis, tais como: *a)* mecanismos de manutenção da força de trabalho; *b)* conquistas dos trabalhadores; *c)* arranjos do bloco no poder ou bloco governante; *d)* doação das elites dominantes; *e)* instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. A despeito desta multiplicidade de possibilidades para o trato com as políticas sociais, Faleiros (2007) aponta que “as políticas sociais aparecem como dádivas, relacionando-as em seguida às exigências do capital para se valorizar e reproduzir a força de trabalho e com as lutas sociais e crises do capitalismo”. Para Demo (2003), política social, para assumir seu caráter verdadeiramente social, deve atingir a condição concreta de redução da desigualdade.

Dentro do campo acadêmico da Educação Física, verificamos que a preocupação com a análise das políticas públicas e sociais do setor esportivo é recente, bem como o número de pesquisas publicadas e em desenvolvimento são ainda incipientes. No entanto, essa temática tem se mostrado um “terreno fértil” dentro da Educação Física, espaço no qual a qualidade das produções científicas supera a deficiente quantidade de publicações acerca do tema.

Acrescida ao obstáculo imposto pela carência de estudos sobre as políticas públicas e sociais esportivas dentro da Educação Física, temos a própria complexidade em penetrar nesta temática. De acordo com HÖFLING (2001, p.31): “quando se focaliza as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc) os fatores envolvidos para aferição de seu ‘sucesso’ ou ‘fracasso’ são complexos, variados e exigem grande esforço de análise”.

Vale ressaltar que, apesar da escassa produção acadêmica dentro da Educação Física, as políticas públicas e sociais esportivas e de lazer têm estado em pauta recentemente, buscando acolher uma demanda social crescente relacionada à necessidade de atividades de esporte e lazer para o tempo livre populacional. O espaço para as práticas de esporte e lazer é fruto de mudanças culturais, engendradas por uma nova configuração do trabalho na reestruturação do capitalismo, em que o tempo é cada vez mais aprisionado pelas necessidades do mercado. Conseqüentemente, o esporte e o lazer ganham importância na organização urbana.

Com o intuito de superar as possíveis dificuldades que podem surgir ao longo do texto trazemos ao panorama desta introdução uma concisa contextualização social e epistemológica do qual este trabalho emana, apresentando as motivações de seu desenvolvimento, identificando o caminho metodológico percorrido e revelando a estrutura que julgamos a mais apropriada à sua exposição.

Partimos do pressuposto de que a análise de uma política pública requer que reflitamos necessariamente sobre duas de suas dimensões, quais sejam, a relativa ao seu *modelo conceitual* e a que diz respeito à sua *implementação*

propriamente dita. Em relação ao segundo aspecto, é possível dividi-lo entre sua elaboração e construção, que delimitam sua *gestão*, consubstanciada na proposição de objetivos e impactos a serem alcançados, e os resultados obtidos pela aplicação dessa política, ou seja, seus *efeitos*.

Entendemos por *modelo conceitual* o conjunto de conceitos e definições que conferem sustentação teórica à concepção do programa, a seus objetivos e aos impactos esperados. A *gestão* delimita a estratégia de implementação e funcionamento, bem como, o modelo adotado para o desenvolvimento das atividades do programa. Além disso, é responsável por determinar a estrutura organizacional do PST e atribuir as responsabilidades dos diferentes atores presentes neste arranjo. Enfim, temos os *efeitos* que correspondem, em certa medida, à materialização e à efetivação das ações planejadas, demarcando os limites e apresentando as contradições encontradas pelo programa.

Nessa perspectiva, esta pesquisa busca compreender quais as relações e possíveis contradições entre a gestão, o modelo conceitual e os efeitos inerentes à formulação, implementação e desenvolvimento do PST. A elucidação desse problema tem como desígnio contribuir para o enriquecimento do debate acadêmico das políticas públicas esportivas dentro da Educação Física e, ao mesmo tempo, apresentar à sociedade e aos gestores governamentais informações sobre o desenvolvimento do PST, de modo a incentivar o controle social e auxiliar na melhoria e redefinição das ações do programa, com vistas à consolidação do esporte como direito social.

Metodologicamente, este estudo busca uma visão de totalidade das contradições existentes na realidade apresentada pela implementação das políticas públicas esportivas brasileiras, por conseguinte, alinha-se ao paradigma materialista-dialético. Além disso, este trabalho abrange uma pesquisa social de nível exploratória, cuja abordagem fundamenta-se em aspectos qualitativos.

Os procedimentos metodológicos iniciaram pela revisão bibliográfica, que compreendeu as seguintes temáticas: *a)* Estado e sociedade; *b)* políticas públicas esportivas; *c)* políticas sociais; *d)* inclusão social; *e)* diferentes modelos de gestão; *f)* gestão participativa e controle social; *g)* relação entre esporte e

escola; *h*) relações entre esporte, pobreza e violência; *i*) relação entre esporte, política e propaganda. A realização desta revisão gerou fundamentos teóricos que embasaram e nortearam os debates promovidos ao longo de todos os capítulos deste trabalho.

As problematizações, debates e reflexões apresentadas nesta pesquisa originaram-se de análise documental, cotejada por informações extraídas de entrevistas semiestruturadas². A análise dos documentos apoiou-se sobre duas fontes, primeiramente, os documentos oficiais produzidos pelo ME e pela SNEE e, posteriormente, as matérias da mídia impressa³.

De acordo com Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental abrange “documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico”, bem como, “documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados”. Seguindo a classificação proposta pelo autor, os documentos de primeira mão desta pesquisa foram: *a*) Manual de Orientações para Implantação de Núcleos do PST, de agosto de 2005; *b*) Manual de Diretrizes e Orientações do PST, de março de 2006; *c*) Política Nacional de Esporte (PNE, 2004); *d*) notícias divulgadas no portal eletrônico do ME; *e*) Resolução da 2ª Conferência Nacional de Esporte; e *f*) Plano Plurianual 2004-2007. Já os documentos de segunda mão envolveram o Relatório Final de Caracterização dos Municípios segundo Fontes Primárias e Secundárias, de setembro de 2005⁴; o Relatório de Avaliação de Programa: Programa Segundo Tempo (2006),

² Foram realizadas ao todo 04 entrevistas, sendo duas com gestores do ME e outras duas com coordenadores de projetos, ligados a núcleos do PST situados no Distrito Federal. Os entrevistados foram previamente consultados sobre a disponibilidade para realização das entrevistas. Após confirmação, encaminhamos termo de consentimento livre e esclarecido de participação na pesquisa (vide apêndices) e roteiro de perguntas, com intuito de informá-los sobre as finalidades do estudo e a utilização das informações coletadas pela entrevista como fonte de dado para a discussão realizada neste trabalho. As entrevistas foram gravadas em aparelho MP3 e, posteriormente, transcritas, preservando-se a identidade dos entrevistados.

³ A pesquisa na mídia impressa foi realizada no sítio eletrônico do jornal Correio Braziliense (<http://www.correio braziliense.com.br>), onde consta sistema de busca para acesso às suas publicações impressas. Foram consultadas as edições do período de 2003 a 2006. Para localização das matérias selecionadas foram utilizadas como palavras-chave termos relacionados ao objeto de estudo, tais como: programa segundo tempo, esporte escolar, Agnelo Queiroz, Ministério do Esporte, entre outros.

⁴ Este relatório é resultado de convênio celebrado entre o ME e a UNESCO e que corresponde ao projeto 914BRA1110 – “Metodologia de Avaliação do Programa Segundo Tempo”.

produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e as matérias publicadas no jornal Correio Braziliense.

Outro procedimento adotado foi as entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas com dois gestores presentes na equipe do ME, encarregada da construção, elaboração e implantação do PST e dois coordenadores gerais do projeto local responsáveis por convênios, que abrigavam núcleos do PST localizados no Distrito Federal (DF). Para preservação das informações obtidas e como um dos gestores entrevistados permanece exercendo suas funções junto à equipe de acompanhamento e gerenciamento do programa, optamos por omitir os nomes dos entrevistados, substituindo-os, respectivamente, por: Gestor 1, Gestor 2, Coordenador 1 e Coordenador 2.

Os entrevistados foram selecionados a partir de critérios de acessibilidade, representatividade das características locais e grau de participação na construção e desenvolvimento do programa. Os gestores escolhidos, além de se disponibilizarem a prestar informações sobre o funcionamento do PST e sobre suas participações na equipe do ME, ocuparam cargos e funções, estrategicamente, relevantes para a constituição e implementação do programa. Em relação aos coordenadores, elencamos aqueles ligados a instituições cuja natureza jurídica fosse semelhante àquelas majoritariamente encontradas entre os convênios celebrados no DF. Desse modo, decidimos pela escolha de um representante de uma organização não-governamental e outro representante de uma associação esportiva.

No que tange às informações apanhadas a partir da análise documental e das entrevistas, resolvemos não condensá-las em um capítulo específico, ou seja, os dados serão apresentados ao longo de todos os momentos do texto. A consecução desta tarefa estabelece um caminho expositivo, no qual as contradições presentes nos discursos, falas e documentos devem ser crítica e criteriosamente analisados, seguindo uma sequência lógica e um rigor metodológico, os quais norteiam a exposição e articulação dos capítulos. Assim, compreendemos que esse movimento permitirá uma maior riqueza textual, quanto à apresentação dos elementos encontrados, o que tornará a leitura deste

trabalho mais agradável e menos densa aos interessados em aprofundar os conhecimentos acerca das políticas públicas esportivas.

Nesse sentido, delineamos o texto partindo de uma estrutura articulada, coerente, consistente e singular, por conseguinte, definimos uma dinâmica de exposição em que nossas reflexões, argumentos, problematizações, críticas, conceitos, considerações e enunciados seguiram um deslocamento dinâmico de avançar e retroceder, segundo o qual os quatro capítulos que o compõe entraram em movimento recíproco de relação e explicação. Isto significa que, ainda que cada capítulo possa ser lido e, em certa medida, interpretado de forma isolada e autônoma, eles possuem uma interação entre si. Deste modo, respeitando os princípios que balizam o materialismo dialético, as informações, argumentos e problematizações são constantemente colocadas e recolocadas, obedecendo a uma metodologia de argumentação dialogada de aprofundamento do conhecimento que vai e volta do todo às partes, do visível ao oculto e do fenômeno à essência, sempre buscando captar e explicar a atmosfera das políticas públicas esportivas em sua contradição e movimento.

No *primeiro capítulo*, inicialmente, realizamos sucinta descrição da recente história de surgimento do ME e de sua organização, destacando a criação da SNEE e as competências atribuídas a essa Secretaria. Na continuação do capítulo, apresentamos o estabelecimento do PST, explicitando os discursos legitimadores à época, demarcados pela correlação de forças existente e pelas influências políticas exercidas no âmbito do ME, ao mesmo tempo, destacamos os efeitos perlocucionais desses discursos. Posteriormente, buscamos identificar as características herdadas pelo Segundo Tempo de programas socioesportivos de governos anteriores, examinando criticamente a passagem do Esporte na Escola para o PST.

Reveladas as “heranças” recebidas pelo PST, tornou-se necessário descrever quais foram os reflexos dessas influências, bem como, identificar que possíveis inovações foram pensadas na construção do programa, até mesmo, rompendo com a lógica que permeava os programas antecessores.

Nesse sentido, o *segundo capítulo* dedica-se ao debate sobre a gestão adotada pelo PST. No entanto, iniciamos este capítulo expondo de forma mais particularizada a gênese do PST, apontando e discutindo sucintamente os princípios norteadores, os objetivos buscados, os impactos esperados, o público-alvo a ser atingido e sua distribuição no território nacional. Dando prosseguimento, descrevemos as especificidade e particularidades do PST no Distrito Federal, apresentando os dados de estruturação e desenvolvimento do PST no DF, durante o período de 2003-2006. Dessa forma, buscamos identificar o que há de singular no desenvolvimento do programa no DF, destacando a forte presença do terceiro setor e a significativa ligação política do ministro⁵ da época com a região. Finalizando esta parte do trabalho, verificamos os mecanismos de promoção à participação e ao controle social presentes na gestão do PST, considerando as tensões entre interesses públicos e privados. Analisamos, em que medida, a proposta de gestão descentralizada do PST caracteriza-se como mecanismo que busca reforçar a prática de uma gestão participativa e democrática ou, ao contrário, representa uma desresponsabilização estatal.

No *terceiro capítulo*, debatemos o conjunto de conceitos que sustentam e justificam teoricamente o PST. Iniciamos essa análise pela problematização da conceituação ou desconceituação do “esporte educacional”, apresentando as contradições presentes nos documentos publicados pelo ME e os reflexos decorrentes da falta de precisão conceitual sobre essa “classificação esportiva”. Em seguida, procuramos identificar, em que medida, as atividades esportivas promovidas pelo PST dentro das escolas dialogam com significados próprios da instituição escolar ou, por outro lado, reproduzem o modelo hegemônico de esporte de alto rendimento, incentivando o fenômeno de esportivização da Educação Física. Ao mesmo tempo, mapeamos quais são as “atividades complementares” promovidas pelo PST, identificando os mecanismos construídos para a viabilização dessas práticas, bem como, o aporte teórico que sustenta a promoção dessas atividades.

⁵ Referimo-nos ao ex-ministro do esporte, senhor Agnelo Queiroz.

Para finalizar a tríade que compõe o objeto de análise desta pesquisa, o último e *quarto capítulo* dedica-se a examinar os efeitos do PST. Damos início a essa proposição, destacando o público-alvo do programa, problematizando a utilização do esporte como meio de inclusão social, de garantia do exercício da cidadania e de combate aos riscos sociais, verificando em que medida está presente a mistificação do uso das práticas esportivas e a reprodução de uma visão salvacionista do esporte. Em seguida, debatemos o objetivo principal do programa, ou seja, a democratização do acesso às práticas esportivas, indagando se o escopo desta proposta está ligado à consolidação do esporte enquanto direito de cada cidadão, ou contrariamente, busca-se a massificação esportiva, transformando as escolas e os núcleos do programa em celeiros para a revelação de talentos esportivos. Encerramos esse capítulo, retomando alguns efeitos atribuídos ao PST, apresentando a avalanche semântica que o envolve, que lhe atribui a capacidade de interferir na promoção da saúde, na melhoria qualidade de vida dos estudantes, no favorecimento à inclusão social, na erradicação do trabalho infantil e na redução da exposição das crianças e adolescentes às situações de risco social. Finalizamos este capítulo, destacando a questão da propaganda e *outdoorização* do PST e as finalidades e interesses políticos atrelados a essas ações.

Enfim, acreditamos que o trajeto determinado seja o mais adequado para compreendermos as políticas públicas e sociais esportivas em seu movimento histórico, identificando no PST aquilo que foi proposto, o que está sendo realizado, o que está sendo ignorado, bem como, o que ainda pode ser proposto e corrigido. Assim, buscamos desvelar as determinações, os fundamentos ocultos e as contradições que estão presentes na elaboração, implementação e desenvolvimento do PST, o que nos possibilitará ressaltar as contradições e limites existentes, o reconhecimento dos avanços conquistados, a construção de possibilidades para a ampliação do interesse público no processo de elaboração e desenvolvimento das políticas públicas esportivas e a proposição ao ME de medidas e ações que consolidem o PST na perspectiva da garantia do esporte

enquanto direito do cidadão e como mecanismo de inclusão, emancipação e transformação social.

CAPÍTULO I – O PST NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS

1.1 – O entusiasmo pelo Esporte Escolar

A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.

Eduardo Galeano

No dia 31 de dezembro de 1998, foi criado, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Ministério do Esporte e Turismo (MET), e o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP)⁶ passou a ser vinculado a este órgão. No entanto, em outubro de 2000, o INDESP foi extinto e substituído pela Secretaria Nacional de Esporte, que permaneceu ligada à estrutura do MET⁷.

Posteriormente, em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, separou as duas pastas que formavam o MET, o que engendrou a criação de um Ministério próprio para o esporte e outro para o turismo. No plano jurídico formal, identificamos a criação da atual estrutura do Ministério do Esporte (ME) a partir da Medida Provisória (MP) nº 103, de 1º de janeiro de 2003, a qual dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios⁸.

A estrutura organizacional do Ministério do Esporte apresenta a seguinte divisão: a) órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado; b)

⁶ O INDESP foi criado por meio da Medida Provisória (MP) nº 932, de 1º de março. Segundo Boudens (2007, p. 114): “o INDESP era uma autarquia federal com finalidade de promover e desenvolver a prática esportiva”. A princípio, o INDESP esteve ligado ao Ministério da Educação e do Desporto, contudo, com a criação do cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, o INDESP ficou praticamente vinculado ao gabinete deste ministro, caracterizando a inusitada situação de um ministro sem ministério.

⁷ Vale ressaltar que o INDESP, devido sua competência de fixar normas complementares sobre o credenciamento, autorização e fiscalização dos bingos, foi alvo de inúmeras denúncias sobre corrupção e desvio de dinheiro público. A primeira dessas denúncias surgiu na edição de 08 de setembro de 1999 da revista VEJA, a revista questionava os trâmites e o conteúdo das portarias que regulamentaram o funcionamento dos bingos. Novas denúncias surgiram em outros veículos de comunicação em relação à suspeita da existência de um esquema político na concessão de autorização para bingos e máquinas de jogos eletrônicos, levantadas por servidores demissionários da cúpula do INDESP.

⁸ Documento disponível no sítio eletrônico da Presidência da República, no seguinte endereço eletrônico: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm Acesso em: 25 nov. 2008.

órgãos específicos singulares; e c) órgão colegiado⁹. Os “órgãos específicos singulares” correspondem à Secretaria Nacional de Esporte Educacional, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, essas secretarias são responsáveis por coordenar, formular e implementar as políticas do Ministério.

A partir da estrutura apresentada, focaremos nossa análise sobre a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, a qual está dividida em Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural e Departamento de Esporte Universitário. Segundo o Decreto nº 4.668/2003, compete a SNEE:

I - fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional de Esporte; II - implantar as decisões relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos programas de desenvolvimento do esporte educacional; III - realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar: a) o desenvolvimento do esporte educacional; e b) a execução das ações de promoção de eventos; IV - zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação; V - prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não-governamentais sem fins lucrativos, em empreendimentos ligados ao esporte educacional; VI - manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte educacional; VII - articular-se com os demais segmentos da Administração Pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte educacional; VIII - prestar apoio técnico e administrativo ao CNE; e **IX - coordenar, formular e implementar políticas relativas aos esportes educacionais, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações.** (grifo nosso).

Diante das competências apresentadas, destacamos a última delas, uma vez que entendemos, imputa a responsabilidade à SNEE de realizar a gestão do Programa Segundo Tempo e dos Projetos Esportivos Sociais¹⁰. Todavia, ressaltamos que será abordado somente o PST, o qual é o objeto principal de análise deste estudo.

⁹ Estrutura organizacional dada pelo Decreto n.º 4.668, de 09 de abril de 2003.

¹⁰ De acordo com o portal do Ministério do Esporte, Projetos Esportivos Sociais corresponde “à parceria firmada entre o Ministério do Esporte e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, possibilita a captação de recursos incentivados junto a pessoas físicas e jurídicas, as quais poderão direcionar suas doações aos Projetos Esportivos Sociais aprovados de sua preferência, por meio de depósitos em conta específica no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, conforme disposto no Art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/esportesocial>. Acesso em: 12 nov. 2008.

A SNEE está diretamente subordinada ao Ministro de Estado do Esporte e é responsável por implementar o PST por meio do Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural. A execução das atividades é descentralizada mediante assinatura de convênios com secretarias estaduais e municipais e com organizações não-governamentais (ONGs), responsáveis pela implantação e funcionamento dos núcleos de esporte educacional. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade do estabelecimento de Termos de Cooperação Técnica com governos estaduais e municipais.

“[...] inicialmente o Segundo Tempo tinha uma parte da sua gestão na Secretaria Executiva, no gabinete do Agnelo, uma parte da gestão na Secretaria Nacional do Esporte, que era uma só, com a reestruturação do Ministério foi criado uma Secretaria Nacional do Esporte Educacional, a qual foi dada a missão de gestão do PST como um todo. A única ação que não tem gestão na Secretaria Nacional do Esporte Educacional do Segundo Tempo é infraestrutura. A gestão de todas as ações de infraestrutura do Ministério está na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, na SPOA, que é uma ação vinculada à Caixa Econômica Federal de construção, então essa gestão fica com a SPOA, não é do programa, ela é uma ação do programa, mas a gestão dela fica na Secretaria Executiva, se não tudo é Secretaria Nacional do Esporte Educacional, todas as ações¹¹.” (Gestor 2).

O PST foi lançado em abril de 2003¹², por meio da celebração de protocolo de cooperação, assinado pelos ministros do Esporte e da Educação¹³ da época. Naquele momento, a parceria entre os órgãos de governo refletia a expectativa do Governo Federal de realizar ações articuladas entre seus ministérios. Além disso, buscava atender à concepção inicial do programa, que contemplava a criação de estruturas nas escolas públicas para desenvolvimento

¹¹ A Implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional (ação 5069) teve um aumento orçamentário ainda mais expressivo entre 2004 e 2005. Seus recursos passaram de R\$ 9.933.000 para R\$ 48.824.999, um aumento de 491%. Essa ação é de responsabilidade da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, com recursos originados basicamente de emendas parlamentares. Sua gestão cabe à CAIXA (antiga Caixa Econômica Federal), em parceria com o ME. Por meio da Portaria Ministerial n. 29, de 14/3/2005, o Ministério do Esporte estabeleceu a prerrogativa de acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos da CAIXA, visando otimizar o controle e a transparência da utilização dos recursos públicos. (BRASIL, TCU, 2006, p. 2006).

¹² De acordo com o Relatório do TCU (2006, p. 22): “O Programa Segundo Tempo surgiu oficialmente em 3/10/2003, com a assunção do novo governo, como um realinhamento estratégico do Esporte na Escola desenvolvido pela gestão anterior. A partir de 2004, o Segundo Tempo passou a constar como programa orçamentário no PPA 2004/7”.

¹³ Na época de lançamento do Programa Segundo Tempo, respondiam pelas pastas do Esporte e da Educação, respectivamente, Agnelo Queiroz (gestão à frente do ME de 01/2003 – 03/2006) e Cristovam Buarque (gestão à frente do MEC de 01/2003 – 01/2004).

das atividades esportivas, a permanência em tempo integral dos estudantes na escola e a utilização do esporte como instrumento para a inclusão social.

Nesse sentido, vale lembrar a definição do PST veiculada pelo portal eletrônico do ME:

O Segundo Tempo é um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar. Tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania. [...] O programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional¹⁴.

O cenário de implantação do PST foi tingido por uma perspectiva de mudança em relação à utilização do esporte como objeto de políticas sociais. O setor progressista da Educação Física esperava que atrelado aos discursos de mudanças do “novo governo” – que atribuía a si características: popular, democrático e social –, o esporte fosse, finalmente, compreendido enquanto direito do cidadão e que tivesse seus aspectos sociais valorizados e ressaltados.

Os gestores do ME, entre eles o Ministro à época, foram céleres e não decepcionaram os anseios do campo progressista¹⁵ e revolucionário¹⁶ do Esporte/Educação Física. Em seus discursos, o titular da pasta do ME procurou enaltecer a mudança de visão e abordagem acerca dos objetivos do esporte e a

¹⁴ Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo>. Acesso em: 03 dez. 2008.

¹⁵ Oliveira (1994) ao abordar o *consenso* e o *conflito* na Educação Física Brasileira, identifica nos estudos realizados dentro da Educação Física, nos anos 80 de abordagem marxista, o surgimento de uma oposição sistemática ao conservadorismo. Conforme Oliveira (1994, p. 26 e 27): os estudos em nível de mestrado na Educação Física e na Educação representam “uma intelectualidade que, sem descartar influências conservadoras, já revela a existência de um pensamento *progressista*”.

¹⁶ Oliveira (1994, p. 26) destaca que: “Medina (1983) inaugura uma fase de crítica mais apurada. Apoiado na teoria de Paulo Freire, distingue três níveis de consciência, cada qual correspondendo a uma concepção da Educação Física. Ao lado das opções *convencional* e *modernizadora*, aponta para uma concepção *revolucionária*”. De acordo com Medina (1992): “A Educação Física Revolucionária pode se definir como a arte e a ciência do movimento humano que, através de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido de sua auto-realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre”. O autor vai além ao dizer que os adeptos dessa ideia são “verdadeiros agentes de renovação e transformação da sociedade, pois ao compreender os nossos determinismos e condicionamentos, são capazes de agir sobre eles. Consideram a unidade entre o pensamento e a ação. Vivendo numa sociedade repressiva, opressora e domesticadora sabem que precisam lutar em defesa de uma educação que verdadeiramente vise a libertação. Entendem que, para isto, não podem deixar de ser seres políticos”.

busca em garanti-lo, enquanto direito constitucional, como pontos basilares de sua gestão.

Mais do que um preceito constitucional, o acesso ao esporte é direito a ser garantido ao cidadão brasileiro. Embora a tendência histórica da legislação esportiva, das proposições das políticas anteriores e do desenvolvimento de ações efetivas, ao longo dos anos, demarquem esforços nessa direção, o esporte está longe de ser um direito de todos. [...] Com esse instrumento, o Brasil passa a tratar o esporte como uma questão de Estado, fato inédito na história. Trata-se de uma política de traços bem definidos em favor da inclusão social. Consolida-se em definitivo o preceito constitucional do esporte e do lazer como direitos de todo cidadão ou cidadã, compromisso político do governo federal com o esporte traçado no início da gestão do presidente Lula, quando foi criado o Ministério do Esporte¹⁷. (ex-ministro do Esporte, Agnelo Queiroz).

O Ministério do Esporte apresenta aos gestores e à sociedade brasileira a Política Nacional do Esporte. Pela primeira vez na história do País, o Conselho Nacional de Esporte aprovou com a participação da população brasileira diretrizes específicas para o desenvolvimento do esporte. Com este instrumento, o Brasil passa a tratar o esporte como uma questão de Estado. Trata-se de uma política de traços bem definidos em favor da inclusão social. Consolida-se em definitivo o preceito constitucional do esporte e lazer como direitos de todo cidadão, compromisso político do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. (BRASIL, 2005, p.4).

O “tom” presente na fala do Ministro foi harmonicamente seguido por diferentes atores envolvidos no processo de consolidação do PST. Nesse contexto, verificamos que os discursos legitimadores da política de esporte nacional a respeito da importância do PST dentro dessa política foram inúmeros e contínuos.

Em apenas um programa de cunho social, o Segundo Tempo, no segundo semestre de 2004 já estaremos atendendo mais de um milhão de crianças em todo o país. Esse programa criou um turno a mais na escola para a prática de esportes, com reforço alimentar e escolar, e material esportivo. Utiliza instalações já existentes (nas escolas ou em instalações de parceiros) e não ocupa o corpo docente da escola. Esse já é o maior programa socioesportivo do mundo. É uma parceria com os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social¹⁸. (ex-ministro do Esporte, Agnelo Queiroz).

Lula lembrou ainda da principal bandeira de campanha do ex-ministro: o programa Segundo Tempo. “Ao invés de falar de um menino na rua, é preciso

¹⁷ “O esporte como questão de Estado”, matéria publicada no caderno “Opinião”, do jornal Correio Braziliense, em 22 de junho de 2005. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/06/22/A19-2206.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2009.

¹⁸ “Brasil se mobiliza pelo esporte”, matéria publicada no caderno “Opinião”, do jornal Correio Braziliense, em 16 de junho de 2004. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2004/06/16/A21-1606.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2009.

falar também das coisas boas que acontecem. Um milhão de crianças estão sendo atendidas pelo Segundo Tempo”, reforçou Lula¹⁹.

“A proposta desse programa é tornar a escola atrativa e alegre.” (ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque. 23/04/2003).

“Temos como objetivo principal da ação do presidente Lula na área dos esportes adotar o esporte como ferramenta importante de desenvolvimento humano.” (ex-ministro do Esporto, Agnelo Queiroz. 24/07/2003).

“O SESC tem a maior estrutura esportiva do país, com o maior número de campos de futebol, ginásios e piscinas que qualquer outra entidade. Com o acordo assinado hoje, vamos colocar toda esta estrutura a serviço da juventude, que terá oportunidade ainda de desenvolver cidadania e profissionalização.” (presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio José Domingues de Oliveira Santos. 02/10/2003).

“Somente através do esporte poderemos construir cidadãos soberanos.” (presidente do Instituto Ayrton Senna (IAS), Viviane Senna. 02/10/2003).

“O esporte é a melhor escola da vida. Com o esporte aprende-se a ganhar sem achar que é o melhor, a respeitar o oponente, a ser solidário e a ter disciplina.” (conselheiro especial da ONU, Adolf Ogi. 01/02/2005)

“Essa assinatura simboliza o começo de um trabalho. Essa é uma bandeira que temos que levantar para acabar com a violência. Não queremos políticas públicas assistencialistas, mas que tragam ganhos para a população. E nós só temos um caminho para garantir a paz e a democracia que é a implantação de programas como esse.” (governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria. 31/03/2005)²⁰.

No entanto, precisamos ser prudentes em relação a dois contextos que influenciam fortemente a entonação desses discursos. O primeiro deles são as contradições e disputas que permearam a criação do ME e que evidentemente ressoam sobre os discursos de legitimação da criação do PST. Esses debates são marcados por desencontros acerca das abordagens ideológicas, filosóficas e políticas do fenômeno esportivo. Ao mesmo tempo, devemos estar atentos a um segundo aspecto, que corresponde aos *efeitos perlocucionais* presentes nesses discursos, principalmente a avalanche semântica e a metamorfose conceitual.

Na próxima parte deste capítulo, trataremos sobre os discursos que legitimam a política esportiva governamental e a preponderância desses sobre a

¹⁹ “Presidente elogia Agnelo”, matéria publicada no caderno “Política”, jornal Correio Braziliense, em 05 de maio de 2006. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2006/05/05/A10-0505.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

²⁰ As falas apresentadas, com exceção das duas primeiras, foram retiradas de matérias sobre o PST publicadas no portal eletrônico do ME. Disponíveis em: http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/noticia_lista.jsp. Acesso em: 12 fev. 2009.

implantação do Segundo Tempo. Para essa tarefa, não podemos perder a clareza dos interesses que delimitaram a tônica dessas orações. Portanto, nos debruçaremos a seguir sobre as contradições e tensões que permearam a criação do ME e os *efeitos perlocucionais* dos discursos acerca do fenômeno esportivo.

1.2 – O PST e seus efeitos perlocucionais

[...] cada um é o melhor juiz na escolha das armas ideológicas mais apropriadas ao fim que pretende alcançar, e a demagogia pode ser considerada uma arma excelente. Mas a coisa torna-se cômica quando o demagogo não sabe que o é, e atua na prática como se fosse verdade que na realidade dos fatos o hábito faz o monge, e o chapéu o cérebro. (GRAMSCI, 1984. p. 117)

Para iniciarmos o debate proposto nesta parte do estudo faz-se necessário observar sucinta e rapidamente algumas características da formação do Estado Brasileiro. Para Sader (2004), a concepção do Estado Brasileiro foi sempre um produto de acordos entre as elites – latifundiária, agrária, política, empresarial e organismos ligados a interesses de cunho econômico. Camufladas, as elites brasileiras para se perpetuarem no poder enaltecem os temas do momento, por exemplo: independência, liberdade, proclamação da república, fim ao totalitarismo, abaixo a ditadura, nova república, direito de todos, entre outros. No entanto, a história tem mostrado que essas bandeiras empunhadas, por vezes, revelam conveniência e apenas formalidades por parte de seus protagonistas, uma vez que se concretizam apenas para uma minoria, normalmente formada pelos apadrinhados, os parentes ou aqueles que estão melhores organizados.

Considerando o quadro de desigualdade inerente à composição do Estado brasileiro, Linhales (1996, p. 24), ao analisar o processo de politização do esporte, destaca que:

Ao se ocupar do esporte, o Estado incorpora, em sua atuação, as tensões e contradições que permeiam a instituição esportiva, além de se apresentar como um espaço no qual o esporte estabelece diferentes padrões de relacionamento com outras instâncias de poder, também organizadas no interior da esfera pública. Tais variações têm inspirado diferentes abordagens relativas à ação do Estado no setor esportivo.

A incorporação das tensões e contradições do mundo esportivo pelo Estado se reflete na implantação e estruturação do órgão responsável por gerenciar as políticas voltadas para esse setor. No caso brasileiro, as oposições e conflitos do setor esportivo se acirraram e ficaram evidentes no momento de criação de um Ministério específico para o esporte.

Analisando a fundação do ME, percebemos que é possível realizar uma leitura, tanto positiva como negativa, dessa ação governamental. Se por um lado, o estabelecimento do ME significou a conquista de uma estrutura ministerial e de um orçamento próprio para atendimento às demandas esportivas e de lazer, o reforço ao entendimento de que o esporte deva ser uma responsabilidade do Estado, bem como a consolidação e a demarcação de uma instância de debate sobre as questões atinentes ao esporte, delimitando uma arena em que deveriam ser travadas as disputa entre os interesses públicos e privados do setor, por outro lado, verificamos que o órgão sofreu, e ainda sofre, com a falta de infraestrutura e com um escasso orçamento. Os limites impostos pela falta de estrutura adequada do ME são percebidos em alguns procedimentos técnicos e administrativos do PST.

“Na realidade a gente não tinha critérios muito claros, não. O ministério, enquanto um ministério novo, ele sempre trabalhou enquanto balcão, balcão de demandas, a gente não tinha nenhum sistema de pleito, então chegavam pleitos isolados, chegavam muitos pleitos que não eram bem atendidos, né? E então o critério em si a gente procurava atender e analisar projetos que procurassem necessidades de abraçar o projeto, necessidade e capacidade operacional para desenvolver o projeto [...]” (Gestor 2).

Além das fragilidades estruturais e gerenciais, também podemos apontar como fator limitante, na criação do ME, a insuficiente valorização da pasta em relação a outros setores do Governo Federal.

Nessa direção, estudar a criação do ME e a implantação do PST pressupõe:

[...] reconhecer as relações de forças conflitivas estabelecidas entre diferentes interesses políticos e também atentar para o fato de que o estabelecimento (ou não) de uma política social apresenta-se como resultado dos problemas e necessidades que ganham legitimidade no Estado, a partir, de pressões e mobilizações”. (LINHALES, 1996, p. 213).

Na mesma direção da fala de Linhales, Höfling (2001, p. 39) traz a seguinte constatação:

Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania.

A definição da escala de setores prioritários para atuação governamental – por meio de suas políticas sociais – é determinada por uma multiplicidade de fatores. Segundo Linhales (1996), os conteúdos das políticas sociais não são delimitados apenas pelas questões socioeconômicas, uma vez que, também, são influenciados pela *capacidade de organização* e pela *capacidade de conflito* de cada setor.

Para Carvalho et al. (2002), a determinação das áreas a serem atendidas pelas políticas públicas sofre as seguintes influências:

O processo de formulação de uma política envolve a discussão de identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, a sua regulamentação como política pública. Assim, pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular uma política pública que expresse interesses e as necessidades de todos os envolvidos.

De acordo com Linhales (1996, p. 35), o resultado da disputa para inserir-se na agenda pública e, posteriormente, tornar-se alvo de uma política pública é que:

[...] alguns setores acabam sendo priorizados em detrimento de outros, tanto em função de um ordenamento de prioridades sociais (uma política de saúde pode ser considerada mais urgente que uma política de esportes), quanto em função do potencial mobilizatório de cada setor (é mais provável que os setores organizados de uma população se mobilizem em torno de uma política salarial do que para reivindicar espaços e estruturas de lazer).

Em relação a essa temática, faz-se relevante à constatação realizada por Bracht (2005, p. 81 e 82):

Parece-nos claro, que no conjunto das ações governamentais, o fenômeno esportivo situa-se antes numa posição marginal frente a setores como o da economia, da saúde, da educação, da habitação. A não ser por razões corporativas, considerando o quadro brasileiro, poder-se-ia reivindicar para o esporte o status de prioridade de ações governamentais. Aliás, em todas as pesquisas de opinião sobre quais os problemas mais sérios e urgentes que deveriam ser enfrentados pelo governo, o esporte não aparece ranqueado. É

mais ou menos lugar-comum portanto, que na ordem de prioridades das ações do poder público o esporte não deva ocupar lugar de destaque.

Ainda que o atual governo tenha como objetivo garantir o acesso aos direitos sociais a todos os cidadãos, na prática, o que podemos observar, por diferentes fatores, é a predileção por determinados setores imprescindíveis ao funcionamento global do sistema. Essa ação do governo gera atrasos nos setores com menor capacidade de provocar riscos na lógica capitalista. Nesse caso, “os setores da vida social que se encontram em crise, mas que não se caracterizam como ameaça ao sistema, são relegados à periferia da ação do Estado, mediante intervenções mínimas, que objetivam apenas evitar o acirramento de tensões”. (LINHALES, 1996, p. 48).

Nesses termos, o esporte, enquanto direito social, acaba compondo o conjunto dos setores desprivilegiados estruturalmente pela escala de prioridades do Estado. No entanto, o setor esportivo encontra-se atrelado à dinâmica de poder, devido a sua dimensão ideológica, consubstanciando-se num instrumento do Estado para o controle de problemas considerados centrais. Segundo Bracht (2005), a ausência do esporte entre as prioridades governamentais não é sinônimo de desprezo, pois de acordo com o autor: “desde há muito tempo, mesmo em função de sua significação sociopolítica, o esporte é alvo de atenção e intervenção do Estado”. (p. 82).

De forma mais abrangente e sem adentrar nas ações governamentais, porém mantendo a discussão sobre a primazia de outros direitos sociais em relação ao esporte e ao lazer, Isayama e Linhales (2006), estudando a participação popular nas políticas de esporte e lazer, concluem que o esporte e o lazer ocupam “posições secundárias frente a outras esferas da vida social, como a educação, a saúde, a moradia, o saneamento, etc”.

Nessa mesma direção, Linhales (1996, p. 49) nos alerta sobre o efeito proporcionado pelos mecanismos de escolha de prioridades. Segundo a autora:

[...] esses mecanismos de seleção de prioridades acabam por provocar uma disputa e uma hierarquização entre diferentes necessidades. Assim, dada a precariedade da intervenção nas diversas áreas sociais, alguns setores acabam por ocupar, permanente, os últimos lugares da pauta de necessidades, não porque não sejam importantes ou não se caracterizem como demandas, mas, sim, porque outras carências incomodam mais. Entre saneamento básico e uma

praça de esportes, é possível supor que cidadãos carentes dos dois priorizem o primeiro.

É evidente que a menor importância do setor esportivo em comparação a outras áreas de atuação governamental reflete os mecanismos utilizados para a definição dos atores que serão responsáveis por conduzir a política do ME. A desvalorização do esporte e do lazer se torna evidente quando nos deparamos com a utilização da estrutura do ME como uma espécie de bonificação destinada a presentear os partidos de menor expressão da base aliada do Governo Federal.

Como no universo político brasileiro o conflito é normalmente camuflado pela barganha e mitigado pela prevalência de relações de tipo clientelista, sendo reduzido o papel do argumento e do convencimento, verificamos a transformação ou a utilização do ME no que vulgarmente conhecemos como *moeda de troca*. De acordo com Linhares (1996, p. 52): “[...] o potencial interativo do esporte tende a respaldar e a perpetuar práticas públicas personalistas, que, frequentemente combinadas com barganhas clientelistas, são utilizadas como recursos de produção e distribuição de poder”.

O quadro descrito acima parece ter orientado processo de definição e escolha dos atores responsáveis pela gestão do ME durante o período de análise deste estudo. Em 2003, a condução das políticas do ME foi entregue ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Naquela época, o então Deputado Federal pelo Distrito Federal (DF), senhor Agnelo dos Santos Queiroz Filho, parlamentar com reconhecido envolvimento com as questões esportivas que tramitavam pela Câmara e o Congresso, foi o escolhido para ocupar o cargo de Ministro de Estado do Esporte.

A competição pela ocupação dos espaços de influência política no mundo do esporte, que delimita o embate entre interesses públicos e privados da esfera esportiva e dá a tônica da correlação de forças para o setor, também, é visualizada de forma bem clara na composição do Conselho Nacional de

Esporte²¹ (CNE). O CNE foi criado pelo Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002, e está dividido em seis comissões: Comissão de Futebol e Marketing Esportivo; Comissão de Combate ao Doping; Comissão de Estudos Jurídicos Esportivos; Comissão de Clubes Esportivos Sociais; Comissão de Esporte de Aventura e Comissão de Acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte (CCNE)²².

Com a criação do ME, a composição do CNE foi reformulada por meio da Portaria nº 98, de 29 de julho de 2003. Na sua origem, a estrutura do CNE contemplava apenas representantes do governo, do esporte nacional e do sistema esportivo federado, demonstrando uma presença hegemônica de atores ligados ao modelo esportivo do alto rendimento e/ou espetáculo.

Com a reestruturação realizada em 2003, o CNE agregou a sua composição representantes de entidades sem ligação com o esporte federado, ou seja, de menor relação com o modelo esportivo de rendimento como, por exemplo: o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Além disso, a indicação, para composição do CNE, de representantes dos Clubes Sociais, do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer e da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto (ONED), nos acena para o propósito do ME em tornar o CNE uma instância mais democrática, que contemple os distintos setores da sociedade civil relacionados ao esporte e aos diferentes entes federados.

No entanto, ao mesmo tempo em que surge a possibilidade de um “novo trato” do campo esportivo, mais democrático e ligado às questões sociais do setor, simultaneamente, a conquista do ME engendrou a expectativa para o partido à frente desse órgão de que pudesse marcar definitivamente sua presença no cenário político nacional. Para lograr êxito nessa tarefa, os gestores

²¹ De acordo com o portal eletrônico do ME, o CNE é um “órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional”. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/conselho_esporte/default.jsp. Acesso em: 12 fev. 2009.

²² Em relação à composição do CNE, ver dissertação de mestrado de Lorenzo (2008), intitulada “Análise das práticas de participação em conselhos deliberativos de políticas: o caso do Conselho Nacional do Esporte”.

do ME perceberam, rapidamente, que para conseguir o reconhecimento de sua gestão necessitavam de uma grande marca e de um “produto atrativo”. Nesse sentido, o partido responsável pelo ME foi ágil em criar seu “produto”, o Programa Segundo Tempo. O programa tornou-se a grande ação da primeira gestão do ME. Na verdade, o que iremos verificar mais adiante neste estudo, é que o início do PST retratou a utilização do programa como uma ferramenta de *outdoorização*²³ da política pública de esporte e lazer.

O desvirtuamento da finalidade do PST e a excessiva preocupação com a publicidade do programa, aspectos que serão futuramente abordados por este trabalho, ficaram evidentes.

“E aí numa conversa com o então ministro Cristovam Buarque surgiu a ideia desse nome Segundo Tempo, né? Que tem lá o primeiro tempo do futebol, Segundo Tempo, né? Tanto é que a logomarca do programa era um campo de futebol e tudo mais, né? **E o nome pegou, né? Foi um nome que foi lançado assim... a equipe de marketing do Ministério do Esporte, as pessoas que trabalham com isso fizeram bem essa tarefa.**” (Gestor 1). (grifo nosso).

“Fica muito na discussão, né? Pouco na ação. Então foram várias tentativas de instrumentos e de possibilidades de mapeamento das realidades etc e tal, **mas que acabavam também esbarrando nas questões políticas, de dizer que o programa tinha atingido 1 milhão de crianças, né? E a parte do marketing, que ele era um programa de reconhecimento internacional e tudo mais.** Então, eu acho que houve um certo exagero, tá certo, nessa difusão da marca Segundo Tempo e a minha crítica é exatamente aí, poderia ter sido um programa um pouco mais humilde e colhendo resultados mais possíveis para depois talvez num outro futuro você poder apresentar isso à sociedade.” (Gestor 1). (grifo nosso).

O propósito em fazer do PST a “grande marca” do ME, e, conseqüentemente, registrar a passagem do PC do B à frente desse órgão, foi reforçado pelos discursos da primeira gestão governamental (2003-2006). Conforme Araújo (2002), as políticas públicas são propostas com alicerce nos discursos aceitos como mais legítimos que outros. Aqueles que conseguem fazer valer seu modo de perceber e analisar a sociedade tem mais poder, pois

²³ De acordo com Linhales (1996), esta relação entre os dirigentes esportivos, vulgarmente conhecidos como “cartolas”, e as empresas que investem no patrocínio aos clubes esportivos é pautada por uma exploração de mão dupla, na qual os empresários utilizam o esporte como meio promocional e de vendas e os clubes e dirigentes vendem seus espaços em uniformes e na mídia para as empresas. Dessa forma, promove-se o que a autora denomina de *outdoorização* dos instrumentos esportivos. Essa mesma lógica modela a relação entre o Pcdob, os gestores do Ministério do Esporte e o Programa Segundo Tempo. Neste caso, o PST ocuparia o papel de um clube esportivo, os gestores do ME seriam os cartolas e o PC do B, uma empresa.

intervêm sobre a definição de prioridades e distribuição de recursos para o campo social, sendo que, usualmente, controle de recursos é sinônimo de poder. Portanto, a batalha pelo poder, no campo das políticas públicas, é um embate discursivo, no sentido mais amplo do termo “discurso”, o que nos permite perceber que a luta se desenvolve moldada por contextos: textuais e intertextuais, culturais e históricos, existenciais e situacionais, econômicos e políticos.

Algumas das falas proferidas pelos principais gestores do ME e , ainda, documentos produzidos neste período ilustram bem o local ocupado pelo Programa Segundo Tempo dentro da escala de prioridades ministeriais.

O Segundo Tempo é o maior programa socioesportivo do mundo. Em todo o Brasil, mais de 1,4 milhões de crianças e adolescentes já foram beneficiados desde de 2003 com a prática esportiva no período oposto ao que estão em aula [...]. [...] Hoje, já são mais de 2 mil núcleos do programa espalhados por cerca de 600 municípios em todo o país. O Segundo Tempo também emprega diretamente cerca de 11 mil pessoas²⁴.

O acúmulo de experiências sobre ações e programas consolidados pelo Ministério do Esporte permite demonstrar resultados visíveis sobre o combate à exclusão. Entre esses programas, **destaca-se** o Programa Segundo Tempo, que tem atuado diretamente com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, na prevenção, tanto no âmbito da saúde, quanto nas situações de risco e violência. (BRASIL, 2005, p. 18). (grifo nosso).

No entanto, os discursos legitimadores da política esportiva nacional não foram apenas influenciados ou maquiados pela disputa política que envolveu a definição da titularidade do ME. Portanto, ao analisar as assertivas acima - que procuram legitimar as práticas e as políticas adotadas pelo ME - precisamos ser parcimoniosos e estar atentos se essas políticas não abrigam os denominados *efeitos perlocucionais* do discurso. Conforme Andrews e Kouzmin (1998, apud BEHRING, 2003, p. 202) existe por parte do Estado um esforço enorme de manipulação das palavras a fim de disfarçar suas escolhas e orientação. O objetivo deste procedimento seria o de produzir *efeitos perlocucionais*, nos quais os objetivos de uma “fala’ só podem ser deduzidos do contexto”.

²⁴ Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/noticia_lista.jsp. Acesso em: 14 mai. 2007.

Nessa parte do estudo, serão trabalhados dois efeitos perlocucionais relacionados à garantia dos direitos sociais, são eles: a *avalanche semântica*²⁵ e a *metamorfose conceitual*²⁶.

A avalanche semântica é abordada em sua relação com - a influência no - fenômeno esportivo, construindo discursos que dão ao esporte uma gama de responsabilidades, como se este fosse capaz de curar uma série de mazelas que assolam a sociedade, principalmente nas áreas de risco social. Em última instância, essa prática acaba por promover uma fetichização dos problemas sociais e a mistificação do esporte, caracterizando um discurso de conotação salvacionista.

No caso do PST, verificamos que os *efeitos perlocucionais* do discurso apresentado estão relacionados ao movimento, destacado anteriormente, de *outdoorização* da política. Dessa forma, o que podemos identificar na excessiva preocupação com a divulgação da “marca” do Segundo Tempo e de propagar o esporte como veículo de inclusão social é a tentativa do ME em mitigar a priorização histórica dada ao esporte de rendimento e aos grandes espetáculos esportivos, fato que tem se perpetuado na atual gestão.

Essa desfiguração axiológica e funcional das práticas esportivas perpassa os programas sociais implementados pelo Estado, tanto no atual governo como nos anteriores. Um exemplo dessa constatação são as adjetivações e atributos associados ao esporte e lazer, comumente, presentes nos *slogans* dos programas e projetos governamentais e de alguns organismos internacionais (ONU, Unicef, UNESCO, etc.). Essas adjetivações são descontextualizadas de um contexto histórico, social e econômico mais amplo, ou seja, se apresentam de forma antidialética, desprezando o diálogo com as dificuldades impostas pelas peculiaridades do cenário esportivo nacional.

²⁵ Behring (2003, p. 207), analisando a recorrência do tema da governabilidade nos debates da “comunidade da reforma”, afirma que este tema vem acompanhado de uma série de novos conceitos, o que configura uma “avalanche semântica”, que se relaciona com o conservadorismo disfarçado que tem o intuito de construir uma agenda supostamente consensual.

²⁶ Com relação aos efeitos perlocucionais do discurso, da avalanche semântica e da metamorfose conceitual, ver monografia de conclusão de graduação em Educação Física da Universidade Federal de Goiás, realizada por Flausino (2008), intitulada “Mistificação, Esporte e Lazer: o discurso sobre o direito social”.

Não se trata de negar os valores sociais do fenômeno esportivo, mas compreender que a exploração do “potencial social” do esporte pode se consubstanciar - no caso das políticas públicas esportivas permanecerem desvinculadas de outros programas que garantam o acesso ao leque de direitos sociais, como: saúde, educação, cultura, moradia, saneamento básico, entre outros - na mistificação do fenômeno esportivo, na perpetuação da lógica assistencialista e focal das políticas sociais e na promoção ao ofuscamento político das comunidades atendidas.

Vale destacar que esse quadro contraditório, expressado pela desvinculação das políticas de esporte das demais políticas sociais, contraria os preceitos do próprio ME, que na Política Nacional do Esporte (PNE) ressalta a importância da relação do esporte com outros direitos sociais.

Este Ministério, que alarga sua visão do esporte à luz de um preceito humano fundamental, a “cidadania”, como garantia de um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, não o dissocia – juntamente com o lazer – do direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância e à assistência aos desamparados. (BRASIL, 2004, p. 12).

Diante do exposto nesta parte do trabalho, verificamos que o PST, possivelmente, sofre as consequências das contradições e limites que permeiam a criação do Ministério do Esporte, bem como da escolha de seus gestores públicos. Esses impactos serão cuidadosamente abordados em outras partes deste estudo.

Ao mesmo tempo, demonstrando a importância do PST nas ações ministeriais, é possível averiguar que os discursos legitimadores desse programa são minuciosamente construídos. Contudo, por vezes, identificamos que essas falas não guardam correspondência à ação política e à prática social. A constatação deste pressuposto pode caracterizar o PST como mais uma instância de ação dos *efeitos perlocucionais* do discurso.

Uma vez identificadas as características e as influências que permeiam a criação do PST, torna-se necessário verificar em que medida se deu a tensão entre a conservação e a mudança no âmbito do programa. Para cumprirmos este

desafio, é imprescindível uma rápida apreciação acerca da transição entre o PST e seu programa antecessor, o Esporte na Escola.

1.3– É tudo novo de novo no Esporte Escolar?

*É tudo novo de novo
Vamos nos jogar onde já caímos
Tudo novo de novo
Vamos mergulhar do alto onde subimos...
Paulinho Moska*

O trecho retirado de uma música nos instiga a pensar sobre a continuidade e descontinuidade das políticas públicas e, mais especificamente, as esportivas. Até que ponto podemos afirmar que o PST rompe com programas anteriores e avança numa perspectiva crítica de abordagem e de trato sócio pedagógico do fenômeno esportivo?

Como já descrito anteriormente, mesmo não estando entre os setores prioritários do governo, o esporte jamais deixou de ser objeto de ação dos governantes. De acordo com Bracht (2005, p. 71 e 72), a função precípua do Estado nas sociedades capitalistas é garantir a reprodução do capital. Dentro desse objetivo, “o esporte será objeto de atenção do Estado em função de sua maior ou menor contribuição nesse processo: seja via promoção da reprodução da força de trabalho, seja provocando efeito estabilizador como atenuador de tensões sociais”. Agregado a essas funções, poderíamos acrescentar a utilização dos resultados esportivos e a realização de grandes eventos de esporte como veículo de propaganda política e econômica dos governos.

Diante da presença do esporte na agenda governamental, o que pretendemos nesta parte do trabalho é identificar as transformações e reproduções presentes no processo de transição entre uma gestão e outra e, respectivamente, entre os programas esportivos dessas gestões. Como o objeto de estudo desta pesquisa é o Programa Segundo Tempo, focaremos a análise na passagem do Esporte na Escola para o PST.

Bracht (2003) identificou que, após o “fracasso brasileiro” nas Olimpíadas de Sydney, brotaram, nas diversas instâncias da sociedade brasileira, os questionamentos acerca de tão fraca participação. Como resultado de tais questionamentos surgiu um movimento “pró” Educação Física após os jogos, o qual reivindicava o retorno da obrigatoriedade dessa disciplina aos currículos escolares.

De acordo com Almeida e Bracht (2003, p. 92): “O poder público, mostrando-se sensível aos ‘anseios populares’, sente-se ainda responsável por ações políticas ligadas ao setor esportivo”. Na época, o resultado dessa “preocupação” estatal foi a criação do Programa Esporte na Escola e o processo de revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em 2001, a Câmara Setorial de Esporte, composta por representantes da sociedade esportiva brasileira, definiu os pontos fundamentais para revitalização do esporte escolar a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Partindo do conjunto dessas proposições, esta mesma Câmara “sugeriu criação de um Programa Nacional de Esporte Escolar, cabendo ao então Ministério do Esporte e Turismo lançar oficialmente o Programa Esporte na Escola”. (BRASIL, TCU, 2006, p. 22).

O Esporte na Escola foi um programa implementado no “apagar das luzes” do governo Fernando Henrique Cardoso. Mesmo tendo sido criado em 21 de junho de 2001, seu primeiro ano de execução correspondeu ao último ano da gestão FHC, ou seja, 2002. O programa foi promovido e gerenciado pela extinta Secretaria Nacional de Esporte (SNE), sob a gerência do senhor Ricardo Avellar.

É objeto de destaque o fato de, no sítio eletrônico²⁷, com informações oficiais do Plano Plurianual de 2000 a 2003, estar explícito o reconhecimento de que o Esporte na Escola não possui dados de análise sobre o impacto de suas principais ações e que a produção desses dados somente será possível no ano de 2003. Vale lembrar que o ano de 2003 é marcado pela passagem de governo, período caracterizado por certa timidez e limitação das ações governamentais,

²⁷ O endereço eletrônico para acesso às informações do PPA 2000-2003 é: <http://www.abrasil.gov.br>.

uma vez que o governo empossado precisa, primeiramente, se apropriar do conhecimento e do aparato deixado por seu antecessor.

Na página eletrônica do PPA 2000-2003, ainda está registrado que o Esporte na Escola pretendia atender ao final de 2002 cerca de 7,5% dos 36 milhões de alunos da rede de ensino fundamental pública. Todavia, estima-se que o número atendido em 2002 tenha sido em torno de 58% da meta estipulada, o que corresponderia a aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) alunos. Em virtude desse resultado o sítio eletrônico apresenta a seguinte consideração: “Tal resultado implica uma necessidade de readequação no cronograma de cumprimento das metas estipuladas no projeto básico do Programa²⁸”.

Chama-nos a atenção o quantitativo apresentado anteriormente, uma vez que representaria um número de atendimento superior àquele buscado pelo PST, ou seja, um milhão de crianças e adolescentes. Além disso, não corresponde ao total esperado pelo Esporte na Escola, que se propusera a atingir 2,7 milhões de alunos. Todavia, a realização desse comparativo demandaria uma análise mais profunda dos mecanismos de controle de atendimentos utilizados pelo Esporte na Escola, os quais não estão explicitados na fonte consultada.

Uma vez apresentados alguns dados sobre a abrangência e finalidade do Esporte na Escola, passemos agora a debater algumas questões de fundo conceitual e, posteriormente, realizaremos algumas interfaces entre o que foi realizado e planejado no Esporte na Escola e no PST, apontando as convergências e heterogeneidades entre esses programas.

Para ilustrar a concepção que norteia o Programa Esporte na Escola iremos destacar a introdução do texto presente na página eletrônica do PPA 2000-2003:

Embora em decadência no mundo, **o esporte praticado na escola ainda é a base de iniciação esportiva na maior parte dos países que se destacam neste setor.** E tal fato diz respeito tanto aos países do leste europeu, onde há base científica (como testes de flexibilidade, tempo de reação e análise de

²⁸ Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/376/prog376.htm. Acesso em: 16 jan. 2009.

sangue) **para se tentar descobrir possíveis futuros talentos esportivos**, quanto aos países ocidentais²⁹. (grifos nossos).

A citação acima demonstra claramente o intuito de vincular o esporte praticado no ambiente escolar às necessidades e demandas do modelo esportivo de alto rendimento. Busca-se, a partir da escola, o alcance de melhores resultados esportivos nas competições nacionais e internacionais, bem como fazer do espaço escolar um celeiro de futuros atletas. Esse modelo de pensamento alinha-se ao campo conservador³⁰ da Educação Física, atrelando-se aos interesses econômicos das grandes confederações e federações esportivas.

O cenário acima demonstra, se não desrespeito aos códigos e valores próprios do ambiente escolar, ao menos desconhecimento desses códigos e valores, os quais devem ser preservados e considerados nas aulas de Educação Física pelo esporte escolar. Acerca dessa temática, Bracht (1992 apud VAGO, 1996, p. 5) ressalta: “a Educação Física, em se realizando na instituição educacional, presume-se, assume o estatuto de atividade pedagógica e, como tal, incorpora-se aos códigos e funções da própria escola”.

De acordo com Sávio (2005, p. 22 e 23), a relação entre esporte e escola deve se estabelecer a partir de uma resignificação do modelo esportivo hegemônico.

A escola, entendida como espaço de intervenção, é um local privilegiado de construção de um “novo esporte”, que surge das críticas ao “velho esporte” e, contraditoriamente, do imenso fascínio que ele exerce sobre adultos e crianças, com a institucionalização de temas lúdicos, e das possibilidades emancipatórias com que ele possa se configurar.

²⁹ Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/376/prog376.htm. Acesso em: 16 jan. 2009.

³⁰ De acordo com Oliveira (1994): o conservadorismo na Educação Física é representado pelas influências das instituições médico-esportiva e militares que preconizam a falsa ideia de que as práticas corporais possuem uma neutralidade axiológica, cabendo ao professor de Educação Física apenas preocupações técnicas. Segundo Oliveira (1994, p. 25), os grupos representantes do pensamento conservador da Educação Física são: “inconformados e desacostumados com o diálogo, a sua principal estratégia é uma tentativa de desideologização do debate em torno da Educação Física. Ao fazê-lo, ideologizam-no mais ainda. Essa postura conservadora, norteadada pela ideologia liberal, ou neoliberal, veicula uma visão de mundo apoiada numa ótica do consenso. É a tentativa de harmonizar o inarmonizável, mascarando a luta de classes”.

Um pouco mais adiante no texto da página do PPA 2000-2003, em fragmento que aborda a infraestrutura dos centros esportivos e a prática do esporte nas ruas, está presente o seguinte alerta:

[...] com exceção do esporte de rua, os demais centros esportivos, no Brasil, além de possuírem estrutura limitada para atender o montante de crianças e adolescentes, geralmente, demandam dispêndio de recursos próprios dos atletas, o que, impossibilita a participação dos menos favorecidos economicamente. Já o esporte na rua é, por vezes, perigoso, pois, como não há orientação de profissional capacitado acerca das atividades, estas poderão, a longo prazo, causar danos físicos que comprometerão a qualidade de vida e até mesmo a vida profissional dessas crianças e adolescentes em sua fase adulta³¹.

O trecho acima, além de reforçar a pretensão em criar uma dependência do sistema escolar em relação ao esporte de alto rendimento ou espetáculo, apresenta, concomitantemente, um dissimulado preconceito quanto às práticas “esportivas” realizadas nas ruas, respaldado no discurso da regulamentação profissional, que, em última instância, esconde a preocupação com a reserva de mercado³². É importante ressaltar que as práticas realizadas nas ruas expressam os aspectos culturais daquela região e portanto devem ser preservados, sobretudo por desenvolverem o espírito comunitário.

Retomando estudo realizado por Almeida e Bracht (2003, p. 97) acerca do Programa Esporte na Escola, verificamos que os autores chegaram a seguinte conclusão em relação ao programa:

Com o que vem sendo propalado pelo programa, há a possibilidade de a EF ser confundida com o esporte ou, em última instância, a EF ser o próprio esporte, limitando as suas possibilidades quando restringida ao ensino das destrezas esportivas ou em função da primazia desse conteúdo nas aulas, privando os alunos de outras práticas corporais.

Os autores vão além da conclusão citada e apresentam outras possibilidades de utilização do esporte dentro do espaço escolar.

Promover a alfabetização esportiva vai muito além da aprendizagem de destrezas; o exercício da plena cidadania no plano da cultura corporal de

³¹ Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/376/prog376.htm. Acesso em: 16 jan. 2009.

³² Em relação às ações ligadas à reserva de mercado no campo da Educação Física, destaca-se a atuação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) que sobre a égide da regulamentação profissional tem tomado atitudes de cunho corporativista e com claras pretensões comerciais, ignorando as raízes culturais das diversas manifestações corporais nacionais e regionais, que compõe uma ampla e diversificada cultura corporal de movimento, inclusive manifestações e experiências do denominado “Esporte de Rua”.

movimentos e especificamente no plano do esporte exige o desenvolvimento de competências que vão além dessas habilidades e que abranjam também a capacidade de situar histórica e socialmente essa prática humana, de perceber e analisar os valores que a orientam, os benefícios e os prejuízos de uma ou outra forma da prática esportiva. [...] Portanto, o esporte escolar só faz sentido se for pedagogizado, ou seja, submetido aos códigos da escola. Em termos mais concretos, isso significa que não basta, para a realização da função da escola, que o esporte seja aprendido e praticado nos seus espaços, é preciso também que o esporte escolar instrumentalize o indivíduo a compreender o fenômeno esportivo. (ALMEIDA; BRACHT, 2003, p. 97 e 98).

Uma maneira encontrada para mascarar a pretensão em fazer da escola a base da pirâmide esportiva, que tem como objetivo final servir ao ápice composto pelo esporte de rendimento, é atribuir à prática esportiva outras funções, principalmente aquelas de combate à desigualdade e problemas sociais. Essa prática é exemplificada na citação a seguir:

É importante destacar que o esporte de base não serve apenas para se gerar futuros campeões, pois, o esporte é atividade de formação, de saúde, de prevenção de distorções sociais (violência, uso de drogas etc), uma vez que, trata, essencialmente, do ser humano e de suas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo em que vive³³.

Digno de apreço é o fato de que no texto citado não há menção ao esporte escolar ou educacional, mas sim a um *esporte de base*. De qual base estariam falando? Seria a base de uma conhecida e “superada” pirâmide esportiva? Bracht (1992 apud VAGO, 1996), abordando a relação entre o Esporte e a Educação Física e o desenvolvimento de ambos, afirma que foi dada à Educação Física a incumbência de ser a “base” para o esporte de rendimento, condicionando a escola a ser o local onde será desempenhada essa função, ou seja, o lócus onde o talento esportivo será descoberto.

Melo (2005) também relata que o assédio das instituições do esporte de rendimento sobre o esporte escolar, configura-se a partir dos “pífios” resultados nos Jogos Olímpicos de Sidney. Desse momento em diante, passou-se a questionar se esse insucesso estaria ligado ao fato da Educação Física nas escolas não objetivar a formação de novos atletas. Como resultado, tivemos a criação do Programa Esporte na Escola, cenário já apresentado neste capítulo. Segundo o autor, a vinculação entre o esporte rendimento e a escola surge

³³ Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/376/prog376.htm. Acesso em: 16 jan. 2009.

primeiramente com a declaração aberta de que o esporte escolar serviria como base da pirâmide. Conforme Melo (2005, p. 79), essa afirmação desconsidera “a especificidade da escola e da disciplina Educação Física em nome de outra instituição, que é o sistema esportivo, subjugando os interesses e as funções sociais da escola em detrimento das “necessidades” do esporte de alto rendimento”.

Mais um destaque do período citado é a utilização do esporte como “medicamento” para a “cura” de mazelas sociais como: violência, drogadição, etc. De acordo com Zaluar (1994)³⁴, a emergência de programas e projetos esportivos endereçados às populações de menor poder aquisitivo guarda estreita relação com os graves problemas que afetam a sociedade brasileira. Os efeitos combinados da crise econômica e do fracasso da política educacional, associados à crescente participação dos jovens na criminalidade urbana violenta, fazem com que o esporte seja utilizado, em programas públicos, como estratégia capaz de conter ou disfarçar as mazelas sociais. (LINHALES, 1996, p. 26)³⁵.

Ao mesmo tempo, na esfera do discurso³⁶, precisamos estar precavidos quanto à apropriação de conceitos e termos produzidos e circulados no campo progressista pelos setores conservadores³⁷. Um exemplo deste exercício pode ser explicitado na concepção do Esporte na Escola, quando se afirma que para alcançar os objetivos desejados é necessário:

[...] **democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte** como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes como meio de **formação da cidadania**, melhoria da qualidade de

³⁴ Ao analisar alguns desses programas, a autora inclusive desenvolve reflexões acerca da ideia de esporte que permeia esses projetos e dos significados atribuídos pelas crianças e jovens a essa atividade. Discute, também, os reducionismos impressos às ideias de direito e de cidadania que perpassam essas ações sociais. Veja-se ZALUAR, Alba (1994).

³⁵ A argumentação sobre essa temática será desenvolvida no quarto capítulo deste trabalho, uma vez que essas atribuições esportivas, também, estão presentes na concepção do Programa Segundo Tempo.

³⁶ De acordo com MASCARENHAS (2008): “O pensar e fazer em torno do DIREITO SOCIAL AO ESPORTE E LAZER envolve, portanto, o reconhecimento de que todo discurso é ideológico e de que a luta também no campo da formulação e da “teorização”, a esfera da produção simbólica, é perpassada por relações de hegemonia”.

³⁷ Apropriação de conceitos engendrados no campo da esquerda pela direita, por vezes, acontece sob os efeitos perlocucionais, tema já abordado neste trabalho. Sobre esse assunto, MASCARENHAS (2008) alerta para os impactos causados pelos efeitos perlocucionais do discurso: “Apagam-se as fronteiras entre a esquerda e a direita, progressistas e tradicionais, críticos e conservadores, socialistas e liberais etc, forjando assim uma ‘pseudo’ coesão e consenso que acaba por contribuir com legitimação das políticas em curso”.

vida e **correção de distorções sociais**, torna-se indispensável em nosso País³⁸. (grifos nossos).

Os referenciais teóricos que nortearam o Esporte na Escola nos permitem conjecturar que a utilização do termo “democratizar”, cunhado no campo esportivo progressista e de esquerda, na concepção do programa, é empregado para mitigar a intenção de massificar a prática esportiva, amparada no modelo de alto rendimento, objetivando a revelação de jovens talentos esportivos.

A formulação do Esporte na Escola, ainda, apresenta um ponto paradoxal no que se refere à previsão temporal dos resultados do programa. O Esporte na Escola se propõe a atingir os estudantes das escolas públicas, os quais somariam 36 milhões no período de dez anos. Contudo, não explicita que mecanismos irão garantir a perpetuação do programa, além de não prever a possibilidade de mudança na gestão governamental. Dessa forma é necessário indagar: Seria adequado um programa social lançado no último ano de governo perspectivar o alcance de resultados a tão longo prazo?

O objetivo desta parte do texto não é esmiuçar o Esporte na Escola, nem realizar uma análise densa de seus limites e contradições. Nesse momento, pretendemos apresentar o programa que antecedeu o PST e buscar as aproximações e distanciamento entre eles.

Um primeiro olhar nos permite afirmar que o PST avança conceitualmente em relação ao Esporte na Escola. Esse pressuposto fundamenta-se na concepção do PST que vislumbra o esporte como uma possível ferramenta de inclusão social e de promoção da cidadania, além de não vincular diretamente o esporte educacional ao modelo esportivo de alto rendimento.

De acordo com o Relatório de Avaliação do Programa Segundo Tempo, produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), as principais inovações do PST em relação ao Esporte na Escola são:

Exigência do funcionamento do núcleo de esporte no contraturno escolar; ampliação do atendimento ao ensino médio, não se restringindo apenas a escolas de ensino fundamental com mais de 500 alunos; estabelecimento de

³⁸ Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/376/prog376.htm. Acesso em: 16 jan. 2009.

convênios também com prefeituras e ONGs, possibilitando ampliar o atendimento à rede de ensino pública municipal; ênfase na implantação e funcionamento dos núcleos e não na construção de infraestrutura; priorização do atendimento a áreas de risco social, principalmente em escolas estaduais e municipais do ensino fundamental localizadas nas 26 capitais e Distrito Federal, muito embora continue atendendo aos demais municípios remanescentes do programa anterior. (BRASIL, TCU, 2006).

Quando indagado se o PST e o Esporte na Escola possuem semelhanças, o Gestor 2 reduziu as aproximações entre os dois programas a algumas ações.

“Ações! Da para dizer uma certa semelhança em termos de ação. Algumas ações como, por exemplo, na transição do que era Esporte na Escola para o que foi ou é o Segundo Tempo, essa relação com a escola que a gente não perdeu em nenhum momento, pelo contrário, dentro do próprio conteúdo da construção da Política Nacional do Esporte isso foi bastante trabalhado. A questão do Ministério do Esporte e a relação com o Ministério da Educação para que a gente conseguisse e desse corpo para essa questão do esporte na escola, pela relevância que tem isso, não no intuito de substituir a Educação Física Escolar, que é uma disciplina do currículo escolar, mas no intuito de levar o esporte enquanto uma possibilidade de prática no contraturno da escola, mesmo sabendo das limitações de espaço físico, que fizeram com que nesse processo de transição, que foi do Esporte na Escola para Segundo Tempo, a gente também fizesse a opção de não desenvolver o Segundo Tempo só no ambiente da escola, mas também em espaços públicos, também, espaços privados cedidos pelas entidades.” (Gestor 2).

Posteriormente, quando questionado se em sua opinião o PST avançaria em relação ao programa antecessor, o entrevistado respondeu afirmativamente à questão e justificou sua resposta apontando para a melhoria na abordagem do conteúdo e da metodologia ligadas ao trato com o esporte. Todavia, apontou que o PST ainda carece de aperfeiçoamento no diálogo com a escola e com seus parceiros governamentais.

“O Segundo Tempo avança no debate de conteúdo, de metodologia no trabalho do esporte, seja no ambiente da escola ou para escolares, que é o foco do programa, não é necessariamente mais um ambiente da escola para escolares. Então o público-alvo do programa são escolares e escolares do ensino público. Então, eu acho que a gente avançou muito em termos de conteúdo, muito em termos de metodologia do programa e muito em termos de desenho do programa, isso não tem nem dúvidas, foi um avanço extremamente significativo. Com relação à relação com a escola, do Programa Segundo Tempo com a escola, a gente ainda precisa avançar muito, na própria relação com o Ministério da Educação, então a gente já avançou em termos de construir uma carta da Educação Física, onde o Ministério do Esporte participou do processo, a gente já avançou em termos da própria construção da Política Nacional do Esporte, onde a relação com o Ministério da Educação se faz fundamental, a gente já avançou em termos de assinar vários protocolos e portarias para o Ministério da Educação, onde a gente está fortalecendo as escolas com a construção do espaço físico [...]” (Gestor 2).

Evitaremos, neste momento, adentrar no debate acerca da fragilidade apontada na fala do Gestor 2, no que diz respeito à intersectorialidade do PST, uma vez que esse tema será alvo de discussão posterior. Entretanto, podemos apontar outro avanço do PST referente à perspectiva de garantir o acesso à prática esportiva enquanto um direito social, elemento ausente no planejamento do Esporte na Escola.

Ao mesmo tempo, o Programa Segundo Tempo, também, avança, um vez que prevê a possibilidade de oferta de atividades complementares, tais como: reforço escolar, aulas de informática, etc. Além disso, essa possibilidade configura a abertura de um espaço para a presença de outras manifestações da cultura corporal de movimento e para elementos das culturas regionais e populares.

Concomitantemente, o Segundo Tempo apresenta a preocupação de atrelar às atividades esportivas as ações de distribuição de material esportivo³⁹ e de reforço alimentar⁴⁰, que são aspectos de suma importância para garantir a permanência dos estudantes nos núcleos durante o contraturno escolar e viabilizar a qualidade das atividades oferecidas.

No que tange ao aspecto burocrático-administrativo, podemos ressaltar a estrutura presente no ME para dar suporte técnico-administrativo ao programa. Atualmente, o PST dispõe de uma Secretaria específica para seu planejamento, elaboração e implementação, diferentemente de seu antecessor. No entanto, essa estrutura ainda necessita de melhorias para atender qualitativamente à notável demanda de propostas e projetos ligados ao PST.

³⁹ O material esportivo distribuído pelo ME para atendimento às crianças e adolescentes do PST são confeccionados pelo programa Pintando a Liberdade, que possuem centros de produção em unidade prisionais e outros espaços comunitários de diversas regiões do país. Em seu manual (2006), o ME estabelece um quantitativo de material esportivo a ser distribuído de acordo com o número de alunos atendidos. No caso de compra de material esportivo complementar, o ME fornece anualmente R\$ 600,00 para cada 200 alunos atendidos.

⁴⁰ De acordo com as informações do Manual do PST (2006): O reforço alimentar é concedido três vezes por semana. Seu custo médio é de R\$ 0,50 diário. O ME recomenda que o cardápio seja elaborado por uma nutricionista, observando uma relação de alimentos disponibilizada pelo próprio órgão. Caso o valor para aquisição do reforço alimentar exceda o previsto pelo ME, o parceiro é obrigado a adotar a modalidade de Pregão, preferencialmente eletrônico. A logística do reforço alimentar (compra/preparação/distribuição) é responsabilidade do parceiro.

Contudo, são facilmente evidenciadas algumas analogias entre os programas. A primeira semelhança está no foco ao esporte educacional, o que gera uma priorização da ação no espaço escolar. Além disso, ambos têm como público-alvo os estudantes das redes públicas de ensino.

As congruências entre os programas também estão presentes no objetivo de “democratizar” o acesso a prática esportiva. Assim, verificamos que algumas ações e estratégias do Esporte na Escola foram incorporadas pelo Segundo Tempo, para citar alguns exemplos temos a construção de infraestrutura esportiva nas escolas e a manutenção do funcionamento de núcleos de esporte.

Ao apresentarmos as disparidades e semelhanças entre os programas precisamos verificar, em que medida, elas se fazem presentes na materialização das ações planejadas. Em relação aos progressos detectados no PST, é imperiosa a verificação de como os avanços no campo do discurso se apresentam na prática social. Nesse sentido, olhando para as contradições presentes nos discursos legitimadores do PST e para os progressos e limites que marcam a passagem do Esporte na Escola para o PST, devemos reconhecer como este cenário influencia a *gestão* do programa.

CAPÍTULO II – A GESTÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

2.1 – A proposta anunciada

De acordo com seu Manual de Diretrizes e Orientações:

O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades a serem realizadas no contraturno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento humano, e assegurar o exercício da cidadania. (BRASIL, ME, 2006).

Cabe destacar que em 2007 o PST sofreu uma série de modificações. Entre elas, foi publicado um novo manual⁴¹, por meio do qual o ME reformula a conceituação do PST, incluindo outras finalidades, reforçando o enfoque no esporte educacional e retirando as parcerias com outros Ministérios. No entanto, devido ao recorte cronológico de nossa pesquisa, nos ateremos à análise apenas dos documentos oficiais publicados de 2003 a 2006.

Tendo como base o texto do Manual de 2006, verificamos que são atribuídas ao PST as seguintes características:

Este programa se caracteriza pelo acesso a diversas modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, a serem desenvolvidos em espaços físicos da escola ou espaços comunitários que permitam o atendimento do público-alvo e a realização das atividades esportivas, tendo como enfoque principal o esporte educacional. (BRASIL, ME, 2006).

Ressaltamos que mais adiante iremos tratar da problemática de utilização do conceito “esporte educacional”. Previamente, é importante observar que essa conceituação ainda carece de maior precisão e aquiescência dentro do campo acadêmico da Educação Física.

O PST foi elaborado com o escopo de atender prioritariamente às crianças, aos adolescentes e aos jovens localizados em áreas de risco social. De acordo com nota de rodapé encontrada no próprio Manual, “entende-se por risco

⁴¹ Veja-se: BRASIL. Ministério do Esporte. Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo. Brasília: ME, 2007. 37 p.

social todas as situações que expõem a vida deste público a perigo constante”. (BRASIL, ME, 2006).

O documento de 2006, também, trazia a condição de atendimento prioritário àqueles que estivessem matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação, bem como aos que estão fora da escola, como meio de promoção da inclusão no ensino formal⁴².

Segundo o Manual de Diretrizes e Orientações de 2006, o PST foi norteado por três princípios. São eles:

- a) O esporte comprometido com a reversão do quadro de injustiça, da exclusão e vulnerabilidade social a que se submete grande parcela da nossa população;
- b) O reconhecimento do esporte como um Direito Social e de Inclusão Social, este compreendido como possibilidade de garantir o acesso aos bens sociais – esporte e lazer - e aos segmentos sociais, sem discriminação de classe, etnia, raça, religião, gênero e nível sócio-econômico;
- c) Transparência na execução, visando a adequada aplicação dos recursos públicos e o acesso da família e da sociedade no monitoramento do processo como um todo.

Notadamente, podemos afirmar que os princípios acima refletem uma preocupação com as questões sociais da prática esportiva, da garantia do esporte e lazer enquanto direitos sociais e do incentivo à participação popular e ao controle social das políticas governamentais. Todavia, como pesquisadores e conscientes das forças hegemônicas⁴³ presentes na construção de uma política e seus respectivos programas, precisamos manter o senso crítico que nos

⁴² A título de curiosidade e enriquecimento do trabalho, vale frisar que essa condição foi suprimida da definição de público-alvo presente no Manual de 2007, possivelmente a justificativa para essa omissão seja a intenção de reforçar a ideia de que o PST é um programa com foco para além dos muros escolares. Como exemplo do pressuposto acima, verificamos, também no Manual de 2007, o deslocamento de alguns objetivos diretamente ligados à preocupação da melhoria do ensino e da escola brasileira quanto aos impactos indiretos, tais como: “diminuição da evasão escolar nas escolas atendidas” e “melhoria da infraestrutura esportiva no sistema de ensino público do país e nas comunidades em geral”. Compete lembrar que algumas dessas metas, no Manual de 2006, estavam entre os principais objetivos esperados.

⁴³ Segundo Gramsci (1995, p. 21): “A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual a teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção”, de “separação”, de independência apenas instintiva, e progride até à posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária”.

impulsiona a verificar a unidade entre a teoria que embasa os princípios elencados e a prática realizada. Nessa perspectiva Gramsci (1995, p. 51 e 52) nos faz o seguinte alerta: “A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional”.

Fundamentado nos princípios norteadores, o documento orientador do programa apresenta uma gama de compromissos do PST e de impactos esperados a partir de suas atividades.

Com base nesses princípios, o Ministério do Esporte propõe implantar o Programa Segundo Tempo, em parceria com outras áreas do governo, assumindo o paradigma do Direito e da Inclusão Social ao proporcionar, através da prática esportiva, o desenvolvimento da capacidade e habilidades motoras, o lazer e o complemento à educação. (BRASIL. ME, 2006). (grifo do autor).

Da citação acima, suscitam dois pontos sujeitos à apreciação. O primeiro deles é o de que na prática as parcerias com outros órgãos governamentais jamais se consolidaram, ou seja, o PST em sua primeira gestão não poderia ser considerado exemplo de efetivação de uma política ou de um programa intersetorial, o que significa um fator limitador para o alcance de determinados objetivos do programa.

“Olha, eu, na prática, aprendi o seguinte: que as parcerias elas sempre passam por essa questão política de assinatura de protocolo de intenções, está certo? De uma preocupação que não seja só de um ministério, só de uma secretaria, né? Sempre de ampliar o maior numero de pessoas envolvidas. Às vezes, você entrava no seminário de reuniões com pessoas que não entendiam nada de esporte, não sabiam nada, mas estavam ali por uma outra questão sobre a merenda escolar, sobre o material que tem uma relação lá com a Secretaria de Justiça, né? Enfim, a tentativa do Segundo Tempo de ser um programa amplo, entendendo vários ministérios, várias secretarias, etc., ela se materializou, em certa medida, em alguns lugares isso aconteceu. Mas o que eu digo é isso, na prática mesmo não passa muito do protocolo de intenções, então os ministros assinam, você cria um clima de marketing, você motiva os agentes, as pessoas, mas aí pára por ali, né? Não chega ao professor, não chega àquele que vai lá no chão da escola, que está tomando sol na cabeça a atitude das mudanças, da criatividade, de uma nova forma de fazer o Esporte Escolar.” (Gestor 1).

“Hoje, a gente pode dizer que ele é um exemplo de política intersetorial. Isso hoje, né? Lá em 2003-2006, dá para se dizer que a gente tava trabalhando o processo, mesmo considerando que tanto o MEC quanto o MDS repassaram recurso para a gente executar, no caso do MEC, a ação de compra e aquisição de material esportivo e no caso do MDS a questão do reforço alimentar. Isso se deu no primeiro momento do PST, primeiro ano do Segundo Tempo, mas que a gente percebeu que a forma como estava sendo estruturada, a forma como estava sendo operacionalizada essas ações não era a ideal, ou seja, ela não teve o funcionamento que a gente gostaria que tivesse. O que aconteceu?”

Simplesmente o MDS nos passou o recurso aleatoriamente para que a gente cobrisse o que a gente tinha na época de reforço alimentar, só que ele passou o recurso referente à merenda escolar ao valor da merenda escolar, que era de R\$ 0,30, uma coisa assim. Então recebemos o recurso que o MDS passou, mas a gente teve que complementar ou atender simplesmente um quantitativo pequeno de convênios para que cobrisse o valor que era de R\$ 0,50, nosso na época. E o MEC, no caso, também repassou para nós um recurso onde a gente fez a utilização acho que tanto em reforço alimentar para a merenda quanto em distribuição de material esportivo, em nenhum momento fez a compra direta, a gente sempre repassava para o ... eles destacaram o recurso no ME e a gente repassava para o convênio. Assim, então eu digo que nesse momento e a forma como foi operacionalizada essa ação lá no início até pela falta de maturidade do programa inicialmente, a gente pode dizer que não havia uma intersetorialidade governamental, mas que hoje existe.” (Gestor 2).

Almeida e Suassuna (2006) demonstram que a adoção de um planejamento que permita a presença da intersetorialidade nas políticas públicas, contemplando diferentes setores, as diferenciam das políticas setoriais. Baseados em estudos de Andrade et al. (1986), os autores apontam para a importância da perspectiva intersetorial como “princípio de grande relevância para a definição de políticas que se prestem à continuidade”.

Dessa forma, diante do exposto pelos gestores entrevistados e tendo como referência o relevante papel da intersetorialidade nas políticas públicas apresentado por Almeida e Suassuna (2006), podemos verificar que o PST, a despeito dos manuais e de sua concepção apontarem para a possibilidade de uma política intersetorial, na prática, ainda é refém de um modelo setorial de política, não estabelecendo “diálogo entre órgãos governamentais de forma horizontal”. O que vemos no caso do PST é uma “pseudointersetorialidade” em que as parcerias entre os diferentes órgãos governamentais se restringem ao simples repasse de recursos para o programa, sem contemplar a possibilidade de um debate acerca dos objetivos e princípios do PST, diretamente relacionados à área de cada um desses órgãos.

Segundo Almeida e Suassuna (2006, p. 21), no que pese os esforços recentes de mudança da visão setorial das políticas:

Todavia, existem dificuldades a esse respeito, sobretudo porque o modelo de gestão pública adotado anteriormente se pautava na defesa da tese da setorialidade das ações, que se aproximava da ideia, muito conhecida no campo científico, da especialidade no conhecimento. Se for observado o registro de autores, por exemplo, como Demo (1978), percebe-se claramente

que a tese da setorialidade é recorrente, ao lado da do reconhecimento das prioridades.

O segundo ponto de crítica é a contraditória redação dada pelo ME, pois, se por um lado, o Ministério assume o paradigma do “Direito e da Inclusão Social”, por outro lado, reforça como objetivo da prática esportiva, apenas, o desenvolvimento da capacidade e habilidades motoras. Essa finalidade nos remete a uma concepção fortemente ligada ao esporte de alto rendimento ou espetáculo e que, em certa medida, não se aproxima do princípio da inclusão social por meio do esporte.

Em relação à ligação das políticas esportivas governamentais aos objetivos do modelo esportivo de alto rendimento, é bastante elucidativa a consideração de Bracht (2005, p. 86) sobre a dificuldade das políticas públicas brasileiras estarem descoladas do modelo tradicional da pirâmide esportiva.

[...] o parceiro de interação do Estado, para assuntos de esporte, sempre foi a organização ou os elementos do sistema esportivo nacional construído exatamente para tal. Assim, hoje existe uma dificuldade enorme do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial e, também, a enorme dificuldade de superar o modelo de pirâmide, que coloca como coroamento do esporte a obtenção de resultados internacionais (estaduais e municipais) expressivos, porque é dessa forma que o retorno em termos de capital simbólico, traduzível em capital político, para o sistema político, se efetiva.

O leque de pretensões do PST não se esgota. Conforme o Manual, o ME pretende, a partir da prática educativa e respeitando as diferenças e potencialidades de cada participante, desenvolver a organização grupal, despertando o espírito de colaboração e cooperação, a reflexão crítica e a conscientização do indivíduo enquanto agente de sua própria aprendizagem, respeitando a realidade na qual está inserido. Em relação às atividades esportivas, buscam-se por meio delas possibilitar: a) autonomia organizacional; b) descentralização operacional; c) qualidade; d) segurança; e) liberdade de escolha; f) democratização da atividade esportiva.

Além das aspirações descritas acima, o PST ainda apresenta uma série de objetivos, que se mesclam a diversas questões, que têm início nas preocupações sociais, passam por aspectos econômicos e chegam à utilização propagandística do programa (marketing). No momento, cabe indagar: Como um

único programa socioesportivo e de abrangência nacional pode dar conta de uma gama tão ampla de princípios norteadores e objetivos?

Quanto a sua abrangência e distribuição territorial, o PST alcançou uma grande capilaridade, se alastrando para praticamente todos os Estados da Federação. Segundo dados do sítio eletrônico do programa, em seu primeiro ano (2003), o PST firmou 73 convênios, entre esses, apenas os Estados do Amapá e do Maranhão não foram atendidos pelo programa. Neste mesmo ano, os Estados com maior número de convênios foram Pernambuco (8), São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (7). Todavia, os únicos Estados que tiveram registro de alunos atendidos foram: Minas Gerais com 37.353 (trinta e sete mil, trezentos e cinquenta e três), Paraná com 16.133 (dezesesseis mil, cento e trinta e três), Roraima com 4.395 (quatro mil, trezentos e noventa e cinco), Pernambuco com 1.117 (um mil, cento e dezessete) e Ceará com 519 (quinhentos e dezenove) atendimentos.

No ano seguinte (2004), o número de convênios foi expandido para 82 (oitenta e dois), no entanto, a distribuição não acompanhou esse crescimento e mais Estados ficaram sem o atendimento do PST. No período, os Estados que registraram o maior número de convênios celebrados foram: Distrito Federal (16), São Paulo (12), Paraná e Bahia (11). Em relação à quantidade de alunos atendidos, os Estados com maiores índices foram: Paraná com 40.727 (quarenta mil, setecentos e vinte e sete), Minas Gerais com 9.444 (nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro), São Paulo com 8.330 (oito mil, trezentos e trinta) e Pernambuco com 5.551 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e um) atendimentos.

O ano de 2005 registrou expressivo crescimento tanto no número de convênios firmados como no quantitativo de alunos atendidos pelo PST. Neste ano, foram celebrados o total de 149 (cento e quarenta e nove) convênios e atendidos 519.092 (quinhentos e dezenove mil e noventa e dois) alunos. Nesse ano, se sobressaíram quanto ao número de convênios o Paraná com 31, o Distrito Federal com 17, Rio Grande do Norte, Bahia e São Paulo com 15. No que concerne ao número de alunos atendidos, os destaques foram: Bahia com 124.017 (cento e vinte e quatro mil e dezessete), Rio de Janeiro com 77.543

(setenta e sete mil, quinhentos e quarenta e três), São Paulo com 69.037 (sessenta e nove mil e trinta e sete) e Distrito Federal com 64.561 (sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um) atendimentos.

No último ano de análise da nossa pesquisa (2006), o PST registrou 191 (cento e noventa e um) convênios e o atendimento de 541.800 (quinhentos e quarenta e um mil e oitocentos) alunos. Os Estados que apresentaram os maiores números de convênios firmados foram: São Paulo (34), Distrito Federal (21), Bahia (17) e Minas Gerais (16). Quanto ao número de alunos atendidos, os maiores valores são do Rio de Janeiro com 99.694 (noventa e nove mil, seiscentos e noventa e quatro), São Paulo com 92.571 (noventa e dois mil, quinhentos e setenta e um) e Distrito Federal com 76.765 (setenta e seis mil, setecentos e sessenta e cinco)⁴⁴.

Apesar de estarem distantes da meta de um milhão de atendimentos, os números apresentados nos parágrafos acima demonstram a relevante abrangência nacional do PST e, uma vez combinados com as demais informações do programa apresentadas nesta parte do trabalho, ilustram o quanto é imprescindível para o campo de estudo das políticas públicas esportivas a análise do PST. Ao mesmo tempo, os dados quantitativos, ora explicitados, nos permitem afirmar que foi priorizado o atendimento de regiões historicamente privilegiadas quanto aos aspectos econômicos e ao acesso às práticas esportivas, tais como: a região Sudeste, alguns Estados da região Sul e o próprio Distrito Federal.

Com relação ao DF, os dados informados demonstram uma relevante presença do Segundo Tempo na capital federal. Nesse sentido, a próxima parte da nossa pesquisa apresentará detalhadamente os números que caracterizam o PST no Distrito Federal, bem como debaterá os aspectos e fatores que influenciaram o expressivo atendimento dado à região pelo PST, no período do estudo.

⁴⁴ Dados retirados do “mapa de distribuição” presente no Portal do Ministério do Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/segundotempo/mapaconvenio.asp>. Acesso em: 19 março de 2009.

2.2– O PST no Distrito Federal

Devido à amplitude do PST e ao espaço ocupado dentro das prioridades da primeira gestão do Governo Lula e do ME, debruçar-se sobre esse programa possibilitaria a realização de inúmeras pesquisas. Esses estudos poderiam perpassar pela gestão do PST, pelo financiamento do programa, pela capacitação dos gestores ou, até mesmo, sobre um determinado núcleo ou região. Ao mesmo tempo, estudar o PST em toda sua abrangência demandaria esforços que extrapolariam os limites impostos a uma pesquisa de mestrado.

Nesse sentido, optamos por realizar um recorte cronológico, tendo como período de estudo a gestão de 2003 a 2006. Ao mesmo tempo, percebemos a necessidade de apresentar algumas características locais do programa, as quais ilustram alguns dos problemas enfrentados e avanços alcançados pela gestão do PST. No entanto, ao selecionarmos um determinado estado ou região geográfica, precisamos estar atentos às consequências engendradas por essa escolha. Devemos compreender que essa opção gera um estudo influenciado pelas especificidades e características políticas, ideológicas e estratégicas presentes naquele local selecionado para observação.

Segundo informações do ME, já apresentadas anteriormente, nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, o PST apresentou, respectivamente, os seguintes quantitativos de convênios firmados: 73, 82, 149 e 191. Em relação aos totais mencionados, os convênios celebrados no Distrito Federal corresponderam a, aproximadamente, 5,5% em 2003, 19,5% em 2004, 11,4% em 2005 e 11% em 2006.

A simples apresentação dos números acerca da presença do programa no DF, a princípio, pouco reflete a importância da região durante a primeira gestão do programa. Portanto, para compreendermos a importância da capital federal dentro do PST, faz-se necessário traduzir os quantitativos apresentados, cotejando-os com as particularidades que marcaram a implantação do programa na região. Além disso, é significativo realizarmos algumas comparações entre os números presentes no DF e em outros Estados.

Em 2003, foram celebrados quatro convênios no DF, sendo todos eles com entidades de direito privado: duas organizações não-governamentais e dois representantes do Sistema S⁴⁵ (SESC e SESI). De acordo com os dados do sítio eletrônico do ME, nos quatro convênios citados não houve registro de atendimento a alunos. Todavia, segundo relatos do Gestor 2, o sítio eletrônico do ME não apresenta atendimentos nos anos de 2003 e 2004, pois o sistema de acompanhamento eletrônico dos convênios não havia sido implantado⁴⁶. No entanto, de acordo com o próprio Gestor 2, foi realizado um controle da frequência e quantitativo de alunos atendidos por meio do envio de documentos dos núcleos para o ME.

No ano seguinte, ocorreu um grande aumento na quantidade de convênios celebrados no DF. O número quadruplicou, saltando de quatro, em 2003, para o total de 16 em 2004. As parcerias do ME continuaram a contemplar apenas entidades de direito privado, no entanto, verificamos uma ampliação na natureza jurídica dessas representações, uma vez que identificamos a participação de Associação de Servidores Públicos, Sindicato, Fundações, Federação de Trabalhadores, representantes do Sistema S e ONGs, sendo esta última a natureza jurídica de maior ocorrência entre os convênios.

Em âmbito nacional, o ano de 2005 registrou um relevante aumento no número de convênios e atendimentos realizados pelo PST. Todavia, com relação

⁴⁵ O Sistema S é o conjunto de organizações das entidades corporativas e empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem em comum seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares, essas organizações são derivadas do conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pelo artigo nº 149 da Constituição Brasileira. As receitas arrecadadas pelas contribuições ao Sistema S são repassadas a entidades, na maior parte de direito privado, que devem aplicá-las conforme previsto na respectiva lei de instituição. As entidades em questão são as seguintes: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC); Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica (Fundo Aeroviário); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

⁴⁶ De acordo com o Relatório do TCU (2006, p. 53): As informações contidas na base de dados do Segundo Tempo apresentam baixa confiabilidade. Essas falhas comprometem a qualidade das ações de comunicação e controle do Segundo Tempo. O contato direto com os núcleos do programa fica bastante prejudicado pelas inconsistências detectadas.

ao DF, não foi constatada a mesma ampliação, houve o acréscimo de, apenas, mais um convênio, totalizando 17 parcerias firmadas.

O ano de 2005 apresentou uma diferença em comparação aos anos anteriores, pela primeira vez encontramos no sistema do ME o registro de alunos atendidos no DF. O quantitativo de atendimentos foi de 64.561 (sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um) alunos, o quarto maior do país naquele ano. A entidade com o maior número de alunos atendidos foi a Associação dos Funcionários do CEUB, registrando 10.098 (dez mil e noventa e oito) atendimentos.

No último ano de nosso estudo, 2006, o DF celebrou 21 convênios. Novamente, houve participação unânime de entidades de direito privado, com novo predomínio das organizações não-governamentais⁴⁷. Da mesma forma, o DF manteve um elevado número de atendimentos, ficando com o terceiro lugar nacional ao atender 76.765 (setenta e seis mil, setecentos e sessenta e cinco) alunos.

Alguns aspectos dos números apresentados até o momento precisam ser observados, o primeiro deles é que mudam as instituições parceiras de um ano para o outro. Esta constatação nos fornece indícios de que o PST apresenta dificuldades no que concerne à manutenção das parcerias e à continuidade de suas ações. Uma das possíveis razões para esse problema de gestão pode estar relacionada ao despreparo das entidades parceiras para cumprir corretamente as exigências técnico-burocráticas, tais como a prestação de contas final do convênio. Do mesmo modo, também, é preciso cogitar a possibilidade de, em determinados momentos, ocorrer excessos burocráticos por parte do ME. Além disso, outra explicação possível é um deficiente processo de avaliação e acompanhamento realizado pelo ME.

⁴⁷ De acordo com Melo (2005, p. 42): Conhecidas pela ambígua negação de “não governamental” – nome proposto pela Organização das Nações Unidas(ONU) nos anos de 1940 para indicar os órgãos que não estavam ligados diretamente ao Estado -, grande parte das ONGs emergem atuando na assistência técnica, jurídica e também política para muitos movimentos sociais que aparecem na cena política brasileira. Também apresentam/representam temáticas com pouca visibilidade na agenda política, como direitos de grupos étnicos, mulheres, crianças e adolescentes, direitos humanos, de liberdade de orientação sexual, ecológicos, entre outros.

O excesso de burocracia, por vezes, existente na administração pública e presente no PST, também, foi ressaltado nas considerações finais da entrevista com um dos coordenador-gerais de projeto.

“Eu não sei como está hoje o projeto, eu não sei como está. Mas fica isso, assim, de algumas pessoas querem ajudar, mas ficam na questão burocrática, então, as vezes, por essa burocracia muita gente deixa de fazer. Mas, também, em contrapartida tem que ter essa burocracia, porque a gente sabe que tem muita gente fazendo, mas mesmo tendo a burocracia por trás quem tem uma má fé faz de qualquer forma. Enfim, mas eu acho que o esporte teria sim que ser incluído de uma outra forma, não como programas, mas sim como uma...integrado ao dia a dia da gente. Porque o esporte muda a vida das pessoas sim, ainda mais crianças, né?” (Coordenador 2).

Dentro dessa perspectiva, vale retratar trecho da entrevista do Gestor 1, que ao ser indagado se a gestão adotada pelo PST, sob a forma de convênios afetava a continuidade do programa em determinadas regiões, fez o seguinte alerta:

“Acho! Acho que atrapalha e atrapalhou pelo seguinte: porque você faz um convênio com uma duração fixa 1 ano, né? E depois com a possibilidade de renovar, só que chega no momento da renovação é feita uma série de exigências de ambas as partes e nem sempre essa renovação ocorre, né? E o que acontece? Há uma descontinuidade das ações do programa, né? Então isso foi nítido em vários lugares, porque quando você tem um convênio assinado, até começar o programa com toda essa burocracia que nós temos, né? E aí o programa tem vida curta, e de repente se divulga os resultados do programa e logo no outro ano e já é feito um convênio com outro ente, com outra organização não-governamental, com outras Secretarias. Então isso é um problema, né? E que passa pela questão política também, porque o governo federal não pode fazer convênio com todo mundo, não tem como ele fazer isso, ele vai fazendo com um e depois ai ele vai botando na conta com quem ele não fez ainda porque o prefeito (o outro) está pedindo a aí há uma pressão, né? De tal forma que esse programa ele acaba não tendo uma continuidade nos locais e aí dificulta a avaliação. Então é um ponto central aí.” (Gestor 1).

A fala do entrevistado reafirma o pressuposto por nos elencado, ou seja, os parceiros do ME, no PST, encontram dificuldade para cumprimento das exigências administrativas e burocráticas, o que acaba por comprometer a continuidade do programa. Contudo, o trecho acima denuncia um aspecto de extrema relevância, que é a influência política na definição dos convênios a serem celebrados. Esse fato coloca em xeque os critérios utilizados pelo ME para seleção dos pleitos relacionados ao PST, podendo consolidar-se em mais um exemplo da velha política do “toma lá da cá”.

Portanto, a priorização de alguns entes da Federação, dentro do PST, sinaliza que o programa tenha sido alvo de possíveis interferências políticas.

“Quando a gente não tem critérios bem definidos, a gente tem muita interferência política, isso com certeza tem, e não tem como a gente fugir desse processo de interferência política. O que a gente tenta enquanto área técnica e operacional de programa é realmente verificar se a entidade tem as condições de operacionalizar o programa.” (Gestor 2).

Em relação à frequência com que ocorreriam as interposições políticas, obtivemos a seguinte informação:

“Isso acontece. Cabe à gestão técnica de realmente na sua avaliação indicar os pontos que ela realmente acha que vai ou não dar certo. Isso acontece. Mas para isso a gente também tem a questão do acompanhamento e avaliação. E o acompanhamento e avaliação podem nos levar a executar o programa dois meses e a gente rescindir e podem nos levar a executar o programa com sucesso até o final. Então, isso vai muito também da gestão do programa, isso acontece em todos os lugares. Em todos! E não é no governo federal, não é no governo estadual, não é só no governo municipal, são todas as instâncias onde a gente tem interferência, é no setor privado. Isso acontece em todos os lugares. De que forma a gente pode minimizar essa influência da politicagem? Realmente com competência técnica, com argumentação técnica, não tem outra forma. E se realmente a gestão do programa sabe que tem pessoas competentes que estão fazendo o programa acontecer. A gente não vai querer dar a cara a tapa para fazer auditoria, a gente não vai querer dar a cara a tapa, respondendo a um projeto que não aconteceu, a gente deu o dinheiro e o dinheiro foi surrupiado ou usado para outras coisas. Isso acontece? Isso acontece! Você corre riscos até de quando você passa o dinheiro para uma entidade de que no princípio ela mostrou condições, só que cabe à gente, enquanto gestão, fazer esse acompanhamento e avaliação.” (Gestor 2).

Os trechos retirados da entrevista com o Gestor 2 demonstram que realmente o ME é alvo de pressões de ordem políticas, que ignoram os critérios de gestão utilizados para a seleção dos convênios do PST. Entretanto, o entrevistado é enfático ao afirmar que essas coações têm sido arguidas por meio da competência técnica da equipe responsável pelo programa, pelo modelo de gestão adotado e pelo acompanhamento e avaliação do programa. Cabe aqui uma ressalva, a de que as preocupações técnicas para a eliminação das influências políticas não se traduzam em tecnocratização⁴⁸, ignorando as demandas sociais no processo de escolha das regiões a serem atendidas.

⁴⁸ Termo retirado do livro “A política social do Estado Capitalista” de Vicente de Paula Faleiros. O autor nos alerta que: “Cercado por um grupo de tecnocratas, o Estado tenta justificar suas políticas com base em modelos técnicos, impulsionando o crescimento da economia, concentrando a renda, manipulando os índices e modernizando o atendimento a certos setores sociais. Essa tecnocratização é introduzida

Dados do relatório de avaliação do PST, realizado pelo TCU, demonstram que o sistema de acompanhamento e avaliação do programa apresenta fragilidades e que o ME ainda vem selecionando parceiros que não possuem a capacidade administrativa para atender aos requisitos básicos do programa.

[...] as atividades de monitoramento do programa não têm sido suficientes para identificar e corrigir procedimentos em desacordo com as diretrizes do Segundo Tempo. Segundo os gestores do programa, visitas assistemáticas aos núcleos foram realizadas até setembro de 2004, tendo sido retomadas no primeiro semestre de 2005, quando foram visitados 21 estados. Todavia, a escolha dos núcleos baseia-se mais em critérios pontuais, como ocorrência de denúncias, e não em análise sistemática de características que indiquem fragilidades operacionais. (BRASIL, TCU, 2006, p. 30a).

O exame da documentação de alguns convênios mostrou que foram aprovadas propostas falhas na observância dos requisitos do programa. Por exemplo, alguns projetos básicos não tinham previsão de oferta de atividades individuais ou ofereciam apenas uma coletiva. O caso do convênio firmado com a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana/ BA (FAMFS) chamou particularmente a atenção por prever a instalação de 129 núcleos, mas operados por apenas 30 coordenadores. (BRASIL, TCU, 2006, p. 30b).

Para o TCU, um meio de amenizar as distorções acima seria, durante a análise do projeto básico, verificar cuidadosamente a observância dos requisitos estipulados pelo programa, orientando os convenientes acerca de como devem ser desenvolvidas as atividades nos núcleos, ou seja, uma aproximação mais qualificada entre a gerência do programa e os possíveis parceiros. No entendimento do órgão de fiscalização, a limitação encontrada em algumas propostas pode ser fruto da ausência de uma orientação desafiadora sobre como estruturar as atividades.

Em atendimento a observação acima, o ME apresentou, como recurso para a melhoria do deficitário processo de avaliação e acompanhamento do PST, a realização de encontros com os gestores e a edição de normas para padronização do programa.

Outro ponto destacado pelo secretário foi a realização do 1º Encontro Nacional de Gestores do Programa Segundo Tempo no segundo semestre de 2004. Além de efetivar novas medidas e normas no sentido de uniformizar o padrão de gestão gerencial do programa, o evento promoveu uma maior interação entre a gestão governamental e as gestões regionais, por meio de palestras, debates, sugestões e trocas de experiências. Diante dos aspectos positivos do referido encontro, está prevista a realização do 2º Encontro Nacional de

através dos planejamentos sofisticados, numa linguagem hermética para a população, sem nenhuma participação desta nas decisões, concentradas num pequeno grupo". (FALEIROS, 2008, p.80).

Gestores no segundo semestre de 2005, oportunidade em que serão discutidos temas que visem o aprimoramento, monitoramento e controle do programa. (BRASIL, TCU, 2006, p.65).

Se por um lado, a prática ministerial de realização de encontros nacionais é elogiável por caminhar na perspectiva de consolidação de uma gestão participativa e democrática, ampliando os canais de diálogo com os gestores localizados nas unidades descentralizadas do programa, por outro lado, verificamos, novamente, a busca por mecanismos de padronização do PST, o que pode inibir boas práticas de caráter inovador propostas pelos núcleos do PST.

Como veremos mais à frente neste capítulo, as limitações presentes na avaliação e acompanhamento do PST, ainda permitem constatar a priorização na oferta a algumas regiões do país, o que pode estar vinculado às “pressões” e articulações políticas locais.

Mais uma característica inerente aos convênios do DF é a proeminente presença de organizações não-governamentais como parceiras do programa. Essa prática pode aparentemente significar a ampliação da participação da sociedade civil no desenvolvimento da política pública esportiva e o atendimento ao modelo de gestão descentralizada proposta pelo PST, entretanto, pode camuflar a presença de práticas clientelistas, abrindo precedentes para desvio de verba pública e, em última instância, caracterizando um processo de desresponsabilização estatal.

Em relação à descentralização, Behring (2003, p. 194) alerta que “se por um lado tem a potencialidade de ampliar a eficiência do sistema, por outro lado, pode também aumentar desigualdades regionais, transformar-se na mão da segregação e isolar as unidades, trazendo sérios problemas de equidade”. Atualmente, o que se vê é uma descentralização como sinônimo de desresponsabilização do Estado: a entrega da responsabilidade de garantir o

acesso aos direitos sociais, entre eles o esporte e o lazer, a uma instância da sociedade civil organizada, denominada terceiro setor⁴⁹.

Segundo Montaño (2005, p. 182), de acordo com os autores que estudam o Terceiro Setor, esta representação se caracteriza pela seguinte composição: a) organizações não-lucrativas e não-governamentais – ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b) instituições de caridade, religiosas; c) atividades filantrópicas – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam descoberto a importância da atividade social; d) ações solidárias – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; e) ações voluntárias; f) atividades pontuais e informais.

De acordo com o autor:

[...] na verdade, no lugar deste termo (Terceiro Setor), o fenômeno deve ser interpretado como ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir de valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universal e direito dos serviços). (MONTAÑO, 2005, p. 184).

Ainda conforme Montaño (2002, apud MELO, 2005, p. 48):

[...] além da pobreza conceitual do termo terceiro setor, também fica clara sua vinculação direta com o projeto de sociedade neoliberal, seja pela defesa por parte dos organismos financeiros internacionais, seja pela articulação com a implementação das políticas públicas sociais focalizadas e precarizadas. O enfrentamento a essa concepção não é apenas uma questão epistemológica. Não se trata somente de apontar a referida fragilidade conceitual. Trata-se sim de compreender como esse aparente pouco rigor é secundário, já que seus defensores se valem de um forte aparato comunicacional para difundir suas ações. Com isso, apresentam-se na sociedade como novos mecenas do social, ou, então, a nova forma de enfrentamento da pobreza e desigualdade social.

Destarte, para maior reflexão vale ressaltar alerta realizado por Montaño (2005) ao estudar a regulação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a saber, no caso brasileiro o que parece estar posto é o chamado “canto da sereia”. Tal afirmação quer realçar a preocupação de que –

⁴⁹ A discussão dos problemas que perpassam a dinâmica da *descentralização* será aprofundada na próxima parte do texto, que irá dedicar-se à caracterização e especificação do modelo de gestão adotado pelo PST.

em nome do trabalho sem fins lucrativos, que reforçaria os laços de solidariedade e que compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado – grande parte das entidades se candidate à condição de OSCIPs visando não só lucro, mas também o uso do dinheiro público para interesses particulares e a cooptação de relevante parte da população que acredita e depende dos serviços sociais.

Todavia, Melo (2005) chama nossa atenção para que as críticas direcionadas às organizações públicas não-estatais ou terceiro setor não sejam compreendidas como negação da importância das lutas na sociedade civil. Segundo Montañó (2002, apud MELO, 2005, p. 65): “é tão equivocado considerar apenas o Estado como arena possível de lutas sociais, como considerar a sociedade civil como seu espaço único e exclusivo”.

A existência de lacunas para atitudes que desvirtuam os objetivos do programa e que destoam dos princípios constitucionais da administração pública⁵⁰ ficou evidente por meio das suspeições relativas ao repasse e à gestão do recurso público direcionado às ONGs no âmbito da primeira gestão do PST.

Dos R\$ 44 milhões previstos no Orçamento da União deste ano para o programa “Segundo Tempo”, do Ministério do Esporte, foram empenhados (reservados) apenas R\$ 3,4 milhões. Desse total, o ministro Agnelo Queiroz — deputado do PCdoB eleito pelo DF — destinou R\$ 3 milhões à Fundação Universidade de Brasília, para a capacitação de professores e estagiários de educação física que atuarão nas escolas públicas do país. O contrato foi feito com dispensa de licitação. No início deste ano, o ministério fez convênios com a Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília, o chamado Entorno, para a implantação de núcleos de esporte do programa “Segundo Tempo”. Valor do contrato: R\$ 415 mil⁵¹.

Submerso em uma onda de suspeitas de má aplicação dos recursos e de irregularidades nos convênios com instituições sem fins lucrativos, o Programa Segundo Tempo, carro-chefe do Ministério do Esporte, está na mira do Tribunal de Contas da União (TCU). Ontem, o órgão concluiu que em pelo menos três dos **convênios celebrados entre 2005 e 2006**, o ministério colocou dinheiro público nas mãos de entidades que não tinham condições técnicas, físicas e financeiras de cumprir os objetivos estabelecidos pelo programa⁵². (grifo nosso).

⁵⁰ Os princípios básicos da Administração Pública são a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

⁵¹ “Agrados às bases”, matéria publicada no caderno “Política”, do jornal Correio Braziliense, em 23 de maio de 2004. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2004/05/23/AD022305.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

⁵² “Sem cumprir metas”, matéria publicada no caderno “Política”, do jornal Correio Braziliense, em 14 de março de 2009. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2009/03/14/a03-1403.pdf>. Acesso em: 16 março 2009.

No DF, foram levantadas, ainda, suspeitas em torno de predileção a algumas entidades em detrimento de outras, durante o processo de seleção dos projetos encaminhados ao ME. Em esfera nacional, foi sugerida, pela mídia, a possibilidade do DF estar sendo beneficiado em relação a outros estados da federação, atitude que teria como “pano de fundo” interesses políticos e partidários, inclusive, envolvendo a figura do Ministro à época.

O DF é, até março deste ano, o maior receptor de verbas. Em 2006, o DF recebeu 97,1% dos recursos do programa. Dos R\$ 3,64 milhões empenhados para o Segundo Tempo, o Rio Grande do Sul ficou com R\$ 104 mil. O restante foi para sete entidades do DF. Vale ressaltar que, até agora, apenas R\$ 120 mil desse montante foi pago, de acordo com os números do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal⁵³.

A história política do DF caracteriza-se por um forte domínio de partidos ligados ao campo conservador e reacionário da política brasileira. A esquerda política do DF sempre teve bastante dificuldade para romper essa hegemonia e obter sucesso nos processos eleitorais. A exceção à regra ocorreu no período de 1995 a 1998, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu a vitória nas urnas para a cadeira de governador do DF, emplacando o atual senador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Cristovam Buarque, para o cargo.

Porém, a saída de Cristovam Buarque do PT engendrou um enfraquecimento político do partido na região. Além disso, evidenciou que a vitória obtida em 1995, na verdade, está relacionada mais a falta de um forte candidato do principal grupo adversário e ao carisma do candidato esquerdista do que, propriamente, a um consistente projeto político e partidário.

Diante das dificuldades encontradas para conquistar os principais postos políticos do DF, a esquerda se viu obrigada a buscar diferentes coalizões partidárias que a fortalecessem, bem como a encontrar novos nomes que tivessem o carisma e a identificação necessária com a região. Um dos possíveis

⁵³ “Verbas confinadas no Distrito Federal”, matéria publicada no caderno “Política”, do jornal Correio Braziliense, em 27 de março de 2006. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2006/03/27/as06-2703.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

nomes cogitados para a eleição de 2006 foi o do então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz⁵⁴.

A indicação do nome de Agnelo se deu por sua ligação histórica com a política do DF, uma vez que, antes de ser indicado para o ME, já ocupava o cargo de Deputado Federal pelo PCdoB, além de ter sido, anteriormente, Deputado Distrital. Mas, sobretudo, por sua gestão à frente de um ministério que lhe dava a visibilidade necessária para a construção de um personagem carismático, que viesse a conquistar a simpatia do eleitorado do DF.

No entanto, mais do que a visibilidade, o cargo de ministro fornece outros atributos atraentes ao “jogo político”. Estar à frente de uma pasta ministerial permite influenciar diretamente as políticas e diretrizes daquela área, bem como, determinar o direcionamento a ser dado ao recurso público daquele setor, neste caso o esporte nacional. Essa influência, por vezes, acaba potencializando práticas clientelistas e corporativistas, traduzidas no atendimento a interesses pessoais, que não representam as demandas da sociedade por acesso ao esporte e lazer enquanto direitos sociais.

Se retomarmos os números⁵⁵ do PST no DF, verificaremos o quanto essa região teve preponderante participação no programa. Ao longo da primeira gestão, o DF sempre figurou entre os entes federados com maior número de convênios celebrados. Além disso, nos anos de 2005 e 2006 o DF alcançou o terceiro no número de alunos atendidos. Conforme dados coletados do Relatório do TCU (2006, p. 20), em 9/8/2005, o PST encontrava-se instalado em 870

⁵⁴ Agnelo Queiroz se licenciou do Ministério dos Esportes em março de 2006 para concorrer ao Governo do Distrito Federal. No entanto, devido a desencontros na constituição da coligação partidária, a esquerda estava prestes a lançar dois nomes para a disputa do Governo do DF, mesmo com o consenso de que deveria concorrer unida. Somente no último dia para inscrição de chapas, em 30 de junho, Agnelo abdicou de tentar o Palácio do Buriti em favor da petista Arlete Sampaio. Dessa forma, o ex-Ministro do Esporte foi lançado à disputa pela única vaga do DF ao Senado Federal, concorrendo contra o ex-governador do DF, Joaquim Roriz. Nas eleições, Agnelo obteve surpreendente votação, recebendo relevante número de votos do eleitorado da capital federal, no entanto, acabou derrotado pelo candidato do PMDB.

⁵⁵ Dados do Programa Segundo Tempo no DF: 2003 – 4 convênios e 0 alunos atendidos; 2004 – 16 convênios e 0 alunos atendidos; 2005 – 17 convênios e 64.561 alunos atendidos e 2006 – 21 convênios e 76.765 alunos atendidos. Vale lembrar que, de acordo com relatos do Gestor 2, o sítio eletrônico do ME apresenta o quantitativo de 0 alunos nos anos de 2003 e 2004, pois o sistema de acompanhamento eletrônico dos convênios não havia sido implantado. No entanto, segundo o Gestor 2 foi realizado um controle da frequência e quantitativo de alunos atendidos por meio do envio de documentos dos núcleos para o ME.

municípios, contando com 3.073 núcleos. Desse total, 113 estavam instalados no DF, o maior quantitativo se levarmos em conta a proporção entre número de cidades atendidas e número de núcleos existente.

De acordo com o Relatório Final de Caracterização dos Municípios segundo Fontes Primárias e Secundárias, de setembro de 2005, resultado de convênio celebrado entre o ME e a UNESCO⁵⁶: “Dos 24 convênios firmados pelo Ministério do Esporte com o objetivo específico de implantação de Núcleos de Esporte do Programa Segundo Tempo na Região Centro-Oeste no período em análise, 14 foram firmados com entidades sediadas no Distrito Federal”. (UNESCO, 2005, p. 18). Além disso, “dos 438 Núcleos de Esporte do Programa Segundo Tempo implantados na Região Centro-Oeste no período em análise, 384 estavam localizados no Distrito Federal”. (UNESCO, 2005, p. 21a).

Outro dado relevante apresentado pelo relatório da UNESCO diz respeito à distribuição nacional dos núcleos. De acordo com o documento: “cerca de 50% dos 2.503 Núcleos de Esporte do Programa Segundo Tempo implantados em todo o território nacional no período de análise estava concentrada em 20 municípios, dos quais 13 correspondem a capitais”. (UNESCO, 2005, p. 21b).

Os dados supracitados demonstram um atendimento prioritário a regiões historicamente já contempladas pelas políticas sociais governamentais, o que pode consubstanciar uma inadequada distribuição regional do PST, deixando de priorizar as regiões mais carentes ou mesmo aquelas áreas de risco social, as quais seriam os alvos prioritários do programa. Assim, os números apresentados evidenciam o relevante papel do DF dentro da região Centro-Oeste, bem como sua significativa participação em âmbito nacional.

É manifesto que, assim como os demais entes federados, o DF possui uma população carente de práticas esportivas. No entanto, seria coerente depreender que o atendimento do PST deveria priorizar aqueles locais com maior demanda por acesso ao esporte e lazer, bem como os que registrem maior presença de áreas de risco social, respeitando o que está disposto no próprio

⁵⁶ O convênio citado corresponde ao projeto 914BRA1110 – Metodologia de Avaliação do Programa Segundo Tempo.

Manual do programa⁵⁷. Vale ressaltar que não podemos desconsiderar a facilidade de acesso das entidades do DF à estrutura do ME, devido à proximidade geográfica. Todavia, esse não poderia ser o componente decisivo na escolha das parcerias e das regiões a serem atendidas.

As informações expostas até o momento, podem nos levar a indagar se o Segundo Tempo no DF foi um exemplo de programa socioesportivo, que se propôs a uma mudança paradigmática dos caminhos até então utilizados na implementação das políticas públicas esportivas governamentais, ou, por outro lado, foi mais um modelo de utilização do aparato estatal para consecução de objetivos político-partidários, entre outros. No entanto, dada a dinâmica complexa que permeia o estudo da implementação de uma política pública ou mesmo de um programa social governamental, precisamos estar atentos a qualquer tipo de maquiagem ou posições deterministas e considerarmos que a implementação de programa social é compreendida por um permanente movimento composto por avanços, estagnações e retrocessos.

Nesse sentido, possivelmente, este estudo não encontrará a resposta para a reflexão acima, uma vez que os reais interesses da política são mascarados pelo manto do aparato legalista, da falsa preocupação social presente nos discursos populistas com objetivos unicamente eleitorais, da omissão presente nos discursos de alguns gestores públicos, da falta de acompanhamento e avaliação das políticas sociais e da ausência de estímulo à criação de uma cultura de controle e participação social. Contudo, é papel da sociedade civil, que também faz parte do Estado⁵⁸, denunciar, debater e problematizar possíveis

⁵⁷ A título de enriquecimento do debate acerca da priorização do DF dentro do PST, vale apresentar dado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003). Segundo o documento, o DF apresentou os melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal entre todos os Estados do Brasil, nos anos de 1991 e 2000, respectivamente 0,799 e 0,844. Como parâmetro de comparação, o Brasil nos mesmos anos obteve os seguintes índices: 0,696 (1991) e 0,766 (2000).

⁵⁸ A partir do referencial teórico adotado neste trabalho, aderimos a uma compreensão de Estado, que retoma a concepção gramsciana de Estado Ampliado. A teoria gramsciana, partindo dos conceitos de hegemonia e do homem como ser histórico na conjuntura da transformação dialética, preconiza uma concepção sobre o Estado, o papel dos intelectuais na superestrutura e a estratégia para a conquista da hegemonia proletária em substituição ao Estado burguês. Ao ampliar o conceito de Estado, Gramsci (1984) o coloca como aspecto fundamental para o entendimento da sociedade capitalista, sendo que o Estado agrega tanto a sociedade civil como a sociedade política em seu aparelho de hegemonia.

irregularidades na gestão do recurso público e desvios de conduta dos agentes públicos.

Colocadas em suspensão, às questões políticas, e por vezes partidárias, que influenciam a gestão do PST, é necessário compreendermos que algumas das características e limites do programa são resultados da concepção de gestão adotada, assim como muitos progressos podem estar ligados a este mesmo modelo. Para introduzir essa discussão, a próxima parte do texto busca apresentar o modelo de gestão proposto pelo PST e as possibilidades de construção de uma gestão descentralizada e democrática que contemple o controle e a participação social.

2.3 – Limites e avanços para a gestão democrática

*Democracia, não me deixe
sou peixe que fora d'água
se queixa, morre de mágoa, aiê;
democracia não se dita
maldita seja se dura,
palpita pela doçura.
Tom Zé*

No que corresponde às políticas sociais, verificamos que o Brasil, dada a hegemonia do modelo neoliberal, passou, nos últimos mandatos de governo⁵⁹, por mudanças consideráveis que foram caracterizadas pela descontinuidade de políticas, consequência da otimização entre a esfera pública e a privada, firmando acordos com o objetivo de dismantelar empresas estatais, privatizando o público e atendendo aos interesses da classe empresarial, em detrimento da maior parte da sociedade. Essa dinâmica exigiu da população brasileira uma adaptação às novas e velhas condições impostas por cada governante que chegava ao poder, tendo como resultado a insuficiente participação da sociedade na construção, na intervenção e no acompanhamento das políticas sociais.

⁵⁹ Podemos identificar o advento do projeto neoliberal na política brasileira a partir da eleição de 1990 e a posse de Fernando Collor de Mello. Em 1992, com o impeachment do presidente Collor, passamos por um período de indefinição política com Itamar Franco, que durou até o ano de 1995. No entanto, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso temos, durante seus dois mandatos, a intensificação dos postulados neoliberais no cenário político brasileiro, panorama que se prolongou até 2003.

No entanto, segundo Gracindo (1997), as políticas governamentais devem ser compreendidas como um movimento multidirecional resultante do conflito de interesses contraditórios que se alimentam, incluindo os movimentos sociais. Esse processo pode fazer com que o Estado se torne um espaço privilegiado de luta e afirmação das reivindicações populares. Tentando materializar esse pensamento e buscando romper com a lógica da descontinuidade das políticas e de priorização no atendimento a interesses privados, o governo Lula propôs a democratização do acesso aos direitos sociais pautada numa efetiva participação popular, consubstanciada no controle social das ações governamentais.

É evidente que essa tentativa de (des)construção de um modelo e proposição de uma nova lógica de implementação das políticas sociais esbarra em limites de ordem cultural e política. Se por um lado, temos uma sociedade civil pouco habituada a participar das decisões empreendidas pelo Estado, por outro lado, ainda possuímos um Estado desacostumado e/ou desinteressado a dialogar com a sociedade e fazer desta uma de suas partes.

As dificuldades apresentadas têm forte ligação com o modelo democrático que vivenciamos, uma vez que no Brasil não temos a consolidação de uma democracia participativa, mas sim representativa e que se expressa em escassos momentos como nas eleições nacionais, estaduais e municipais⁶⁰. Ribeiro (2007) adverte que é com o princípio da democracia participativa que a sociedade encontra possibilidades de interferir nas questões atinentes à legislação e administração pública estabelecendo uma relação mais equilibrada entre a representação parlamentar e a representação popular.

Santos (2003) identifica a efervescência pela busca de um modelo democrático participativo nos movimentos de base, ao passo que analisa a importância dessa reivindicação no contexto da globalização atual.

⁶⁰ Freire (1974, p. 79), identifica as raízes da nossa inexperiência democrática na importação de uma “estrutura de estado nacional democrático sem nenhuma prévia consideração a nosso contexto”. Segundo o autor: “Importávamos o estado democrático não apenas quando não tínhamos nenhuma experiência de autogoverno, inexistente em toda a nossa vida colonial, mas também e sobretudo quando não tínhamos ainda condições capazes de oferecer ao “povo” inexperimentado, circunstâncias ou clima para as primeiras experiências verdadeiramente democráticas”.

É na política dos movimentos de base, onde o alcance da democracia é ativamente buscado e expandido através dos seus combates políticos quotidianos, que a democracia participativa é concebida não apenas como desejável mas como uma forma de organização e uma prática política necessária. Sob condições da globalização – em que as instituições da democracia representativa nacional são subordinadas ao poder hegemônico global, com estruturas políticas e econômicas de tomada de decisão ficando mais distantes e, até mesmo, alienadas das populações, a política continuada de democracia participativa por parte dos movimentos obteve uma nova relevância. (SANTOS, 2003, p. 110).

Sader (2003) alerta para uma polarização entre políticos desmoralizados, membros de partidos com ideologias mutantes e economistas que representam os interesses das grandes corporações, do capital financeiro e do ajuste fiscal. De acordo com o autor, essa dominação engendra a desqualificação do debate político, promovendo o desinteresse pela política e favorecendo a apatia e desmobilização que, por sua vez, acaba deixando o campo ainda mais vulnerável para a captura do Estado pelo grande capital privado e sua lógica mercantilizadora.

Entretanto Sader (2003, p. 659) afirma que:

As iniciativas de democracia participativa buscam romper esse círculo vicioso, resgatando a dimensão pública e cidadã da política. Essas iniciativas tendem a ocorrer em alguns sentidos diferentes: um deles é o da mobilização de setores sociais interessados na realização de políticas públicas – saúde, saneamento básico, educação, segurança pública -, levando aos governos e aos parlamentos reivindicações e buscando formas de concretizá-las, pressionando, controlando, buscando manter um grau de mobilização que possa estabelecer uma nova relação entre um setor da cidadania e da política.

Um exemplo do embate entre os limites existentes e os avanços propostos para o envolvimento da sociedade com as políticas públicas e sociais do governo é o formato de gestão adotado pelo PST. Um modelo que se propõe a uma gestão democrática e participativa, mas que na prática possui grandes dificuldades em consolidar essas características. Desse modo estudar e debater as tensões presentes na gestão do PST, dialogando com a literatura acerca de temas como a descentralização e a centralização, a participação popular e controle social será a tarefa imposta a esta parte do trabalho.

Para abordar a participação de Estado e Sociedade Civil na gestão e controle das políticas públicas, retomar-se-á o entendimento de políticas públicas proposto por Veronez (2005), ou seja, como possibilidade de intervenção estatal

para garantia dos direitos sociais e proteção ao trabalhador, bem como, a compreensão de que as políticas públicas assim como se configuram em campo de ação do Estado também são instâncias de intervenção do cidadão. Conforme explicita entendimento de Pereira (1994, apud LIÃO JR., 2003, p. 41):

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos.

A concepção de coisa pública atrelada às políticas públicas remete ao entendimento de que essas políticas devem ser compreendidas como campo de ação tanto do Estado (sentido *stricto sensu*) como da sociedade civil, o que realça a importância do exercício da cidadania, por meio da participação e do controle social. De acordo com Correia (2000, p.12): “a participação social foi compreendida como controle social, ou seja, controle da sociedade sobre as ações do Estado e, conseqüentemente, sobre os gastos públicos” essa conjectura se constituiu no período de democratização do Estado brasileiro, resultante das transformações nas relações entre Estado e sociedade.

A abertura à participação da sociedade civil presente na Constituição, também, surgiu na esteira das mobilizações da década de 1980, buscando maior democracia no país. A proposta era que os organismos da sociedade, até por estarem próximos da população beneficiária, teriam plenas condições de acompanhar a implantação e realizar a fiscalização das iniciativas em diversas áreas da política social. (BRASIL, IPEA, 2007, p. 152a).

Nessa perspectiva, a participação social seria um fator solicitado para concretização do esporte e do lazer enquanto direitos sociais constituintes da cidadania e esferas do exercício do poder a partir da sociedade civil organizada. Conseqüentemente, o direito ao esporte e lazer deve estar “alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico”. (MASCARENHAS, 2005). A

participação deve ser compreendida como uma conquista para que signifique um processo, pois como diz Demo (1988, p. 23): “a liberdade só é verdadeira quando conquistada. Assim também a participação. E isto fundamenta a dimensão básica da cidadania”.

No entanto, Montañó (1999, apud LIMA, 2002, p. 138) alerta que: “(...) a participação, a cidadania e a democracia são utilizadas tanto para legitimar o poder, a dominação e o *status quo*, quanto para lutar contra eles e contra as desigualdades sociais”. Deste modo, é preciso estar atento ao fenômeno da despolitização ou idealização da participação que faz dessa ação “a redentora dos problemas sociais e pode servir como panacéia das contradições vividas no cotidiano”. (MELO, 2007, p. 20).

A necessidade de maior participação social demanda um modelo de sociedade civil diferente da liberal, composta por movimentos que se auto-organizam e se autolimitam, como possibilidade de efetivação do controle social, regulando os sobejos do Estado e do mercado e consolidando-se numa instância de recriação da composição social. Este modelo de sociedade civil é classificado por Nogueira (2003) como sociedade civil social.

Segundo Silva, Jaccoud e Beghin (2005, apud BEHRING; BOSCHETTI, 2006), a participação social apresenta três sentidos:

(a) a participação social promove a transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório; b) a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e c) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público.

Para elucidar e reforçar a importância do envolvimento da sociedade civil na implantação e desenvolvimento das políticas sociais esportivas, é valioso a exposição da conclusão de Höfling (2001, p. 39) sobre a política educacional.

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação da política da educação.

As demandas por uma transformação da sociedade civil e pela efetivação da participação social relacionam-se com a dinâmica da centralização e descentralização, compreendidas por Casassus (apud LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 134) como:

A centralização ou descentralização tratam da forma pela qual se encontra organizada a sociedade, como se assegura a coesão social e como se dá o fluxo de poder na sociedade civil, na sociedade militar e no estado, explorando aspectos como os partidos políticos e a administração.

A demanda pela descentralização de programas e ações nasceu na esteira dos movimentos pela democratização do país na década de 1980. Como uma resposta à centralização de recursos e iniciativas de política social na esfera federal no regime militar, a Constituição Federal (CF) optou pela transferência de recursos e atribuições a estados e municípios. Compreendia-se que essa prática consubstanciaria um modo de aproximar os programas e as ações sociais da população beneficiária, que, dessa forma, teria mais condições de acompanhar a sua formação, implementação e fiscalização. Entretanto, essa transferência da União para os estados e aos municípios deveria ser cuidadosamente pactuada, permitindo o surgimento de um sistema de proteção social que se caracterizasse pelo compartilhamento de benefícios e responsabilidades entre todos os entes da federação. Mesmo com dificuldades derivadas principalmente de desajustes na pactuação⁶¹ entre os entes federados, a descentralização avançou em determinadas áreas da política social – como as de saúde, educação e, mais recentemente, assistência. (BRASIL, IPEA, 2007, p. 152b).

A respeito do modelo de gestão descentralizada, (MELO, 1996, p. 13) alerta para a dupla possibilidade de interpretação acerca da descentralização.

⁶¹ De acordo com estudo do Ipea (2007, p. 154): Uma das dificuldades para a implementação das inovações da Constituição Federal de 1988 foram relacionadas ao processo de descentralização. Conforme mencionado, este processo demandava uma extensa pactuação entre União, estados e municípios, visando viabilizar um sistema compartilhado de proteção social, com responsabilidades claramente identificadas para cada ente federado e benefícios para toda a população brasileira. Ocorre que, em alguns momentos da década de 1990, essa pactuação não se realizou – e, de maneira abrupta e inconsequente, a União transferiu aos estados e municípios as responsabilidades pela implementação de diversos programas e ações sociais (por vezes, sem transferir os recursos financeiros necessários e, outras vezes, sem que estados e municípios estivessem preparados para receber novas atribuições). Assim, nem sempre a descentralização avançou da forma originalmente prevista na Constituição.

Entendida enquanto transferência de poder decisório a municípios ou entidades e órgãos locais, a descentralização expressa, por um lado, tendências democratizantes, participativas e de responsabilização e, por outro, processo de modernização gerencial da gestão pública – em que apenas a questão da eficiência é considerada. Essas duas dimensões complementares estão presentes nos processos de descentralização, mas a importância relativa assumida por esses dois vetores depende da natureza de coalizão política que dá suporte às reformas. Coalizões com predomínio de forças políticas liberais/conservadoras enfatizam os aspectos relativos aos ganhos de eficiência e redução do setor público. Coalizões social-democratas, por outro lado, privilegiam os aspectos relativos ao controle social e democratização da gestão local.

Esse entendimento aponta para importância de consolidação de uma gestão democrática e participativa como um processo de relação entre as políticas públicas e sociais com a sociedade, um processo que seja capaz de instrumentalizar a luta pela qualidade social na política pública governamental, pautada na superação de um sistema esportivo tradicional seletivo e excludente e na construção da cidadania.

Portanto, a busca deve ser por descentralização política a partir de uma perspectiva de gestão nova, consubstanciada no modelo de gestão democrática e na ideia da municipalização, compreendendo a descentralização do poder e das ações como uma possibilidade de ampliação efetiva da participação da sociedade na implementação das políticas públicas, ao passo que permite o rompimento da histórica prática excludente e antidialógica que caracteriza a tomada de decisão dos gestores governamentais.

É importante frisar que o panorama da descentralização compõe um dos princípios e diretrizes da Política Nacional do Esporte, segundo o ME:

O desenvolvimento da Política de **forma descentralizada**, ao mesmo tempo em que integra as instituições, prioriza a transferência de competências aos entes federativos, inclusive a iniciativa privada, quando for o caso, e exige compromisso daqueles envolvidos no processo. Para consolidar a **gestão democrática**, é necessário ampliar e institucionalizar canais de diálogo entre o governo, as entidades esportivas e a sociedade, favorecendo as possibilidades de participação, interação e colaboração. Além do Conselho Nacional de Esporte, da Comissão Nacional de Atletas e da Conferência Nacional do Esporte, os Conselhos Locais e Regionais deverão ser espaços importantes de debates para a implementação e acompanhamento sistemático das ações. (BRASIL, ME, 2004, p. 24). (grifos nossos).

Todavia, a lógica de descentralização empregada nas políticas públicas governamentais de esporte e lazer nem sempre se pautaram, apenas, pela

preocupação em garantir a participação social e o exercício da cidadania, nem compreenderam, em sua totalidade, a concepção de uma gestão participativa. Atualmente, o que se vê é uma descentralização como sinônimo de desresponsabilização do Estado, com a entrega da responsabilidade de garantir o acesso aos direitos sociais, entre eles o esporte e o lazer, a uma instância da sociedade civil organizada, denominada terceiro setor.

Segundo Behring (2003), o que verificamos, ultimamente, é que a sociedade civil tem dado mostra de atuação e participação coletiva por meio de entidades representativas como: sindicatos, associações, grupos religiosos, centrais trabalhistas e outros movimentos que pressionam por maior atuação do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas que ampliem e garantam direitos sociais. No entanto, mesmo com essas cobranças, existem momentos em que o Estado recua perante as políticas sociais, abrindo espaço propício à presença e atuação do terceiro setor na sociedade brasileira. Essa perspectiva de afastamento cada vez maior do Estado das questões sociais e a transferência de responsabilidades para a sociedade foi a tônica de governos brasileiros inspirados nos ideais neoliberais. Cabe questionarmos, em que medida, essa perspectiva se perpetua na política e nos programas sociais do atual governo, olhando, no caso desta pesquisa, para o Segundo Tempo.

Até o momento realizamos uma exposição de forma abrangente dos debates que permeiam as temáticas sobre a descentralização, a participação e o controle social. Todavia, faz-se necessário investigarmos de modo mais específico, em que medida, a gestão do PST reflete os limites e avanços ligados a esses temas.

O Manual de Orientações para Implantação de Núcleos do PST, de agosto de 2005, afirma que, entre outros objetivos, as práticas esportivas serão desenvolvidas de forma a possibilitar a *descentralização operacional*, permitindo que o planejamento e a implantação do Programa seja executado pelas entidades regionais ou locais que mantêm contato direto com o público alvo do programa e desenvolvem projetos de inclusão social. Neste mesmo documento,

encontramos, na definição da estratégia de funcionamento do programa, a seguinte descrição:

O Programa Segundo Tempo, contando com as parcerias firmadas com diversos Ministérios do Governo Federal, tem por estratégia de funcionamento o estabelecimento de alianças e parcerias institucionais, mediante a **descentralização da execução orçamentária e financeira** para Governos Estaduais, Governos Municipais, Organizações Não-Governamentais e Entidades Nacionais e Internacionais, públicas ou privadas sem fins lucrativos, por estarem em contato direto com o público alvo do programa, conhecerem sua realidade e desenvolverem projetos de inclusão social. (BRASIL, ME, 2005). (grifo nosso).

O preâmbulo do Manual de Diretrizes e Orientações do PST, de março de 2006, ao apresentar os objetivos pretendidos pelo PST, traz a seguinte constatação:

Essa é uma tarefa de grandes dimensões (instituir o PST), porque passa pela mudança de conceito sobre o papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de **assegurar maior transparência e participação popular no processo da gestão governamental**. (grifo nosso).

Podemos verificar na proposição e na elaboração do PST uma preocupação com a viabilização de uma estrutura democrática e participativa empreendida por meio da descentralização operacional, orçamentária e financeira. Entretanto, é possível identificar no conteúdo dos Manuais uma extrema preocupação no estabelecimento de padrões e referenciais a serem seguidos pelos possíveis parceiros. Ao mesmo tempo em que essa rigidez busca garantir um mínimo de qualidade no atendimento ao cidadão, pode comprometer a possibilidade de adequação do programa às distintas realidades regionais, enquadrando-o a modelos e induzindo a reprodução de conhecimentos sem qualquer ação reflexiva, bem como, limitando a intervenção e participação da sociedade.

Averiguamos que o PST não tem estabelecido articulação com a sociedade para sua implementação, o que dificulta a materialização de mecanismos que assegurem a efetiva participação popular.

“Olha, é difícil essa resposta. Até porque não sei se seria uma atribuição de um determinado programa fazer um diálogo com a sociedade e, normalmente, o que a gente ainda vê no Brasil é o governo, são os políticos, fazendo propaganda direta ou indiretamente, disfarçadamente das suas plataformas e a sociedade é passiva em relação a isso, não digo que é em relação ao Segundo Tempo, eu vejo muito a sociedade passiva. Ela não participa de nada, né? Faz

muitos anos que não existe isso ... se você pegar lá desde a década de 80, né, o que a gente tem? Existem greves localizadas, são questões localizadas, então não seria um programa que iria criar isso, né? Não vejo por aí não.” (Gestor 1).

Há dificuldade dos programas sociais, principalmente para aqueles de grande abrangência, em dialogar com a sociedade e ouvir as demandas locais. No entanto, verificamos a responsabilização por esta limitação sendo atribuída à passividade e à falta de politização social. Concomitantemente, constatamos a possibilidade do uso de programas governamentais como mecanismos de propaganda eleitoral.

Nesse sentido, pressupomos que subsiste, dentro do modelo de conveniamento utilizado pelo PST e na proposta gestão adotada, a possibilidade de uma desresponsabilização estatal.

“Não, eu acho que a ideia era de realizar uma gestão democrática, descentralizada, atribuir responsabilidades aos entes. Então a ideia realmente era essa é... o que ocorre, o que eu acho que ocorre no Brasil é o seguinte: é que como a gente nunca teve nada, as pessoas esperam demais, a carência é muito grande, então quando chega alguma coisa do tipo Segundo Tempo, o Segundo Tempo tinha material esportivo, merenda, camisa, bola, recurso para o estagiário, recurso para o coordenador, né? A capacitação. Então as pessoas ficam tão ansiosas por tudo isso que a tendência delas é cobrar, não é realizar a parte que lhes cabe, não sei se você está pegando..., ou seja, a ideia seria descentralizar para que cada um tivesse... mas eu acho que nós não estamos preparados para isso, nós somos um país muito atrasado culturalmente, então o coordenador lá, o que ele queria mesmo era seu status, o seu custo, a sua questão individual, e isso acaba prejudicando de uma certa forma essa ideia, acho que nem política, essa ideia de descentralização, de atribuição de responsabilidades.” (Gestor 1).

As dificuldades encontradas pelo PST para a consolidação de uma gestão democrática e participativa ficam evidentes. A princípio o programa se caracterizou por uma perspectiva de preocupação com a garantia da participação e controle social, inclusive trazendo uma nova abordagem dos objetivos da prática esportiva, contudo, é possível verificarmos que essa ideia encontrou dificuldades em sua execução.

Atribui-se a maior parcela de responsabilidade pelo insucesso na efetivação do planejamento do PST ao “atraso cultural” da sociedade brasileira.

É notório que a cultura política⁶² centrada no clientelismo é forte em nosso sistema político, envolvendo tanto sociedade política como a sociedade civil. Todavia, não podemos imputar somente aos cidadãos a conta pelos maus resultados de políticas públicas e/ou sociais. Por vezes, o produto do insucesso dessas políticas encontra-se no enorme fosso existente entre o que se pensa e se projeta de uma política nos gabinetes e o que se configura no momento da execução. Da mesma forma, também podemos atribuir a falta de êxito de algumas políticas e programas à ausência de diálogo com os setores organizados da sociedade.

Nessa direção, Ribeiro (2007, p. 7) alerta:

A gestão compartilhada implica valorizar práticas de planejamento, programação, gestão e avaliação que incluam a participação e o saber da outra pessoa, ou seja, da usuária, trabalhador e gestor implica também, e necessariamente, estabelecer vínculos entre outros sujeitos sociais, como movimento popular (...). Os espaços de decisão democrática formal devem ser meros instrumentos técnicos para a gestão. É preciso acreditar na participação popular, envolver a população nas decisões e ações locais e acreditar na capacidade dos setores sociais organizados em compreender e influir nas decisões, na elaboração e na fiscalização das políticas.

Concluindo, o que podemos perceber, a partir da confrontação entre os documentos oficiais do PST e as falas dos agentes envolvidos no programa, é que – por mais que o programa avance apresentando uma proposta de gestão descentralizada e que traga a preocupação com a consolidação de mecanismos que permitam o controle social, em sua execução – o PST apresenta limites para a concretização dessas propostas. Portanto, acreditamos que, caso ME realmente pretenda tornar o programa um modelo de gestão descentralizada, é preciso que aperfeiçoe os veículos de participação popular e controle social existentes e crie novos espaços e possibilidades que permitam o efetivo envolvimento da comunidade atendida.

⁶² A cultura política tem como objetivo avaliar: “O conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política. Estas tendências podem revelar-se: a) cognitiva – nos conhecimentos e crenças relativas ao sistema político, aos papéis que o compõem e aos seus titulares; b) afetiva – nos sentimentos nutridos em relação ao sistema, às suas estruturas; c) valorativa – nos juízos e opiniões sobre fenômenos políticos e exige a combinação de informações, sentimentos e critérios de avaliação”. (BOBBIO, 1993, p. 307).

A efetivação da proposta acima passa necessariamente por maior diálogo entre Estado e Sociedade Civil, esta última representada por seus setores organizados, o que, em última instância, nos remeteria a ampliação do Estado e a um novo modelo de sociedade. Contudo, no âmbito da nossa pesquisa, impetrar essas transformações significaria converter o PST num programa muito mais próximo da comunidade, atento às diferentes carências regionais e locais, bem como poderia originar resultados mais satisfatórios para programa e transformá-lo em um exemplo de maior controle dos gastos públicos pela própria população, fazendo do PST um verdadeiro agente de transformação social.

Neste capítulo, tivemos a preocupação em apresentar a gestão do PST, contemplando seus aspectos históricos e sociais. Nesse sentido, esmiuçamos as características do PST e destacamos as especificidades do programa dentro do DF. Posteriormente, adentramos mais especificamente na concepção de gestão adotada pelo PST, problematizando-o e demonstrando seus avanços e limites.

Todavia, como ressaltamos na introdução deste trabalho, a análise de uma política pública requer que reflitamos acerca de seu *modelo conceitual* e de sua *implementação*, do que a *gestão* seria um dos aspectos. Dentro dessa perspectiva, o próximo capítulo pretende discorrer sobre as questões conceituais que perpassam os documentos oficiais do PST, confrontando-as com a literatura e a produção acadêmica existentes e com as declarações dos entrevistados.

CAPÍTULO III – O MODELO CONCEITUAL DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

3.1 – A (des)conceituação do Esporte Educacional

Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável.
Lucius Annaeus Sêneca

Neste capítulo, iremos começar a tratar das questões conceituais do Programa Segundo Tempo (PST). No entanto, entre os diversos conceitos presentes no programa, um deles merece uma abordagem peculiar, qual seja, a definição de *esporte educacional*, que é a dimensão esportiva adotada pelo PST. Todavia, a vinculação do *esporte educacional* ao PST, igualmente, demandará um debate acerca do contraditório panorama da Educação Física Escolar e do Esporte Escolar, permeados pela problematização do processo de esportivização da Educação Física.

O amplo uso e debate do *esporte educacional* tanto no âmbito governamental como no ambiente acadêmico precede a criação do próprio PST e nos remete à necessidade de contextualização histórica do surgimento desse conceito. A iniciativa de apresentar o aparecimento e consolidação da expressão *esporte educacional* no Brasil, nos exige a compreensão de que o desenvolvimento dessa temática, muitas vezes, se confunde ou se mescla ao processo de legitimação da Educação Física como prática pedagógica, de discussão sobre o esporte escolar, comumente entendido como sinônimo do *esporte educacional*, bem como, da luta pela garantia do esporte como direito social.

Em meio ao contexto ambíguo e contraditório que permeia a Educação Física, o Esporte e a Escola, se faz necessário identificar historicamente o momento em que é cunhado o conceito *esporte educacional*. Para efetivação desse objetivo, remetemo-nos à Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU – 1948). O Brasil com base nessa declaração e em outros documentos

internacionais⁶³ adotou, por meio do Decreto nº 91.452/85, uma divisão tripartite do esporte (esporte de alto rendimento, esporte participação e esporte educação).

Nessa mesma perspectiva, em 1985, o Decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985, instituiu a Comissão de Reformulação do Desporto, que tinha como proposta realizar estudos acerca do esporte nacional e apontar soluções e caminhos para a reformulação da política para o setor. Segundo Linhales (1996, p. 174):

Entre as principais indicações propostas no Relatório (da Comissão de Reformulação do Desporto), considero importante destacar que o esporte foi apresentado como direito de todos, e que esse direito poderia ser exercido a partir de três formas básicas: esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance.

Vale ressaltar que essa divisão sofreu severas críticas, tendo como um dos principais críticos Bracht (2003).

[...] o conceito Esporte parece precisar dar conta de atividades, que pelo seu grau de diferenciação, estão a exigir adjetivações do tipo: esporte de alto rendimento ou de rendimento, esporte de lazer, esporte educativo, etc. Inúmeras têm sido as tentativas de captar e traduzir em conceitos este processo de diferenciação, com um conseqüente número de classificações. No Brasil, a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, instituída pelo Presidente José Sarney em 1985, sugeriu, e está sendo amplamente aceita, inclusive incorporado pela Constituição Federal de 1988, diferenciar o conceito de esporte em três manifestações: a) desporto-performance; b) desporto-participação e c) desporto-educação. (p. 11 e 12).

Na mesma direção da crítica feita por Bracht, Linhales (1996, p. 174) realiza as seguintes considerações:

[...] o que foi considerado como uma “nova” reconceituação, capaz de alterar os rumos do esporte nacional, repete a “velha” estrutura construída no período autoritário, que já apresentava a mesma divisão em forma de “Educação Física”, “Esporte de Massa” e “Desporto”. Quanto à forma de organização do sistema esportivo, o Relatório ratificou as variações já existentes, sem problematizar as ambigüidades e contradições que aquelas comportam (esporte federado, universitário, escolar, classista, militar, não formal e profissional).

Na seção que trata do desporto, a Constituição Federal de 1988 utiliza a expressão desporto educacional, no entanto, anteriormente ao texto

⁶³ Manifesto Mundial do Esporte (CIEPS, 1968). Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP, 1970). Manifesto *Fair Play* (CIFT, 1972). Carta Européia do Esporte para Todos (Ministros Europeus, 1975). A função da Educação Física e dos esportes na formação da juventude a partir do ponto de vista de uma educação permanente (UNESCO, 1976).

constitucional, encontramos, na estrutura da extinta Secretaria dos Desportos do Ministério de Educação e Desporto, a “Divisão do Desporto Educacional”. Tubino (2001), principal referencial de suporte político e teórico para a divisão tripartite do esporte e um dos membros da Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, apresenta as três dimensões sociais do esporte:

[...] o esporte, após a sua revolução conceitual, a partir do pressuposto do direito de todos à prática esportiva, passou a ser compreendido através de três manifestações esportivas, que na verdade são as formas de exercício deste direito, e constituem-se nas efetivas dimensões do esporte: a) esporte-educação; b) o esporte-participação ou esporte popular; c) esporte-performance ou de rendimento. (TUBINO, 2001, p. 34).

De acordo com Castellani Filho (1999), o PLC nº 1.258B/88 (segunda versão) - *Substitutivo Jorge Hage*, aprovado em junho de 1990, traz, em seu artigo 37, inciso I, — devido à forte influência de setores da Educação Física vinculados à órbita do CND, e da Secretaria da Educação Física e do Desporto do Ministério da Educação (SEED/MEC), nos tempos da Nova República, presidido primeiro pelo Professor Manoel Gomes Tubino, que também assumiu a Secretaria ao final do governo Sarney — referências ao esporte escolar e às práticas esportivas não formais, da maneira já consubstanciada em documento elaborado em 1985 por uma comissão especial⁶⁴. Em plena consonância com o indicado naquele Relatório, o CND — em maio de 1989 — dá publicidade à Recomendação CND nº 01, que: “Recomenda a inclusão de dispositivos que tratem da Educação Física e do Esporte Educacional nos termos relativos à legislação da Educação”. Após algumas considerações, recomenda aos Congressistas, na elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a adoção do seguinte conceito de Desporto Educacional:

O Desporto Educacional, serviço público assegurado pelo Estado, dentro e fora da Escola, tem como finalidade democratizar e gerar cultura, através de modalidades motrizes de expressão da personalidade do indivíduo em ação, desenvolvendo este indivíduo, numa estrutura de relações sociais recíprocas e com a natureza, a sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, evitando a

⁶⁴ Constituída em 1985 pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel, foi responsável pela elaboração do documento ‘Uma nova Política para o Desporto Brasileiro: Esporte Brasileiro - Questão de Estado. Relatório Conclusivo’. Esse Documento, publicado pela SEED/MEC em dezembro daquele ano, traz em si os princípios conceituais sustentadores daquilo que ficou configurado na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 217, no concernente ao Desporto.

seletividade, a segregação social e a hipercompetitividade, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária.

Identificamos a relação entre o PST e o *esporte educacional* na caracterização do programa, já que tem como objetivo principal promover a inclusão social entre jovens localizados em áreas de risco social, deixa explícita sua opção pela utilização do *esporte educacional* como instrumento adequado para o alcance desse objetivo.

O programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o **esporte educacional**⁶⁵. (grifo nosso).

O documento da PNE dedica relevante parte à análise do esporte educacional. Em relação à abordagem dada pelo ME, em que pese o tamanho da citação que destacamos a seguir, é importante ressaltar o fato de como ela levanta pontos interessantes para avaliarmos a compreensão do ministério acerca do *esporte educacional*.

Também devem ser observados os limites colocados pelos conceitos empregados na Lei 9615/98⁶⁶ – “desporto educacional”, “desporto de participação” e “desporto de rendimento” –, principalmente, porque legitimam uma hierarquização que pode apresentar obstáculos à atenção de prioridades. Esses conceitos empregados na Lei, talvez, por refletirem determinações históricas e a correlação de forças presentes na época da sua elaboração, apresentam limites que a nova Política se propõe superar à luz das suas teses, conceitos e preceitos.

A legislação vigente conceitua o “desporto educacional” como aquele “(...) praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”. Este conceito dificulta reconhecer o esporte como atividade humana historicamente criada, socialmente construída e produto da cultura humana, configurando-se como um obstáculo para a elaboração de uma política de desenvolvimento do esporte assentada numa clara compreensão dos diferentes níveis ou formas em que ele se dá na vida real.

Para atribuir um sentido educativo ao esporte é preciso espelhar objetivos educacionais nos princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia, que perpassam esta Política, porque eles representam valores, hábitos e atitudes possíveis de serem formados por meio da prática do esporte. Nessa ótica, o Ministério do Esporte entende que o esporte é educacional,

⁶⁵ Disponível em: www.esporte.gov.br. Acesso em: 18 nov. 2008.

⁶⁶ Lei 9.615 de 24 de março de 1998, publicada no D.O.U., em 25 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.574 de 29 de abril de 1998, publicado no D.O.U., em 30 de abril de 1998.

quando efetiva a participação voluntária e responsável da população, concretizando a auto-organização e a autodeterminação com práticas que não comprometam o caráter genuinamente nacional e popular. Deve promover o desenvolvimento da Cultura Corporal nacional, cultivar e incrementar atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, combativas e competitivas do povo, tendo como prioridade educá-lo em níveis mais elevados de conhecimento e de ação que se reflitam na criação de possibilidades de solução dos problemas sociais que, no momento, impedem o progresso social. Essas atividades devem ser orientadas por trabalhadores qualificados.

A amplitude do conceito “educacional”, sustentado nesta Política, reconhece a relação intrínseca do geral de um projeto de educação com o específico do conteúdo do esporte que se dá nos âmbitos da instituição escolar, da comunidade e do alto rendimento.

Desse modo, para este Ministério, o esporte escolar é o esporte praticado na escola no âmbito da educação básica e superior, seja como conteúdo curricular da Educação Física ou atividade extracurricular, conforme a Lei 9.394/96-LDB, e que deve atender os objetivos dos respectivos projetos político-pedagógicos .

Portanto, o ensino na escola não deve orientar-se, apenas, para a formação de uma futura elite esportiva, o que não significa a eliminação da possibilidade do desenvolvimento de atletas a partir do ensinamento das práticas esportivas na escola. A esse respeito, a estrutura do esporte nacional deve contemplar os locais e meios adequados – que não a escola – para a realização de um trabalho de base assentado numa visão de futuro e num programa especializado na formação de pequenos iniciantes.

A prática pedagógica do esporte corporifica ideias e valores educativos quando não submete os alunos à apropriação de técnicas separadas do seu conteúdo social, preservando a natureza lúdica do jogo. Na visão do Ministério do Esporte o lúdico abre o jogo à participação de todos e torna o jogo democrático. (BRASIL, ME, 2005, p. 23 - 25).

A citação acima inicia apresentando a necessidade de debate acerca de possíveis mudanças na conceituação constitucional do esporte. Essa proposta aponta para uma perspectiva de avanço na discussão sobre o fenômeno esportivo e as características que o compõem, buscando superar antigos conceitos, que não conseguem interpretar em sua totalidade a complexa e ramificada influência exercida pelo modelo de sociedade hegemônico sobre o esporte.

A PNE continua avançando no debate sobre o esporte, uma vez que reconhece a insuficiente conceituação do esporte educacional presente na legislação vigente. O documento apresenta uma abordagem progressista para o setor, já que destaca que o esporte é um produto da cultura humana e socialmente construído, devendo ser entendido a partir de suas diferentes

manifestações existentes. Ao mesmo tempo, a PNE alerta que a limitada conceituação do esporte educacional dificulta a construção de uma política de desenvolvimento do esporte que leve em consideração toda sua diversidade cultural.

O documento não se limita apenas a fazer uma crítica sobre a atual (des)conceituação do esporte educacional, mas apresenta e define objetivos para o que ele deva ser. É importante frisar que na determinação desses objetivos educacionais há a preocupação com os princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia, além da busca pela efetivação da participação popular e da criação de possibilidades de solução dos problemas sociais.

Outro ponto importante do trecho citado é a definição do que o ME entende sobre esporte escolar. Essa ação possibilita a diferenciação entre este e o que venha a ser o *esporte educacional*. Esta iniciativa tenta dirimir uma série de confusões conceituais envolvendo essas duas manifestações esportivas que, em alguns momentos, se entrelaçam e, em outros, se afastam. No entanto, a abordagem sobre esporte escolar gera a indispensabilidade da alteração sobre a Educação Física Escolar.

De acordo com Almeida e Bracht (2003, p. 88):

As relações entre a educação física e o esporte são geradoras de tensões já que se constituem em dois universos simbólicos distintos, nem sempre compatíveis. Estas tensões refletem-se também no âmbito das políticas públicas. Historicamente, a educação física vai ser objeto de atenção e intervenção tanto de políticas públicas educacionais quanto esportivas.

Identificando uma dualidade no discurso em torno da Educação Física Escolar, Caparroz (2007, p. 18) apresenta os diferentes posicionamentos teóricos da área.

Ao analisar essa literatura, verifiquei, que basicamente, existem duas posições teóricas ante a educação física escolar: uma que considera redundante o qualificativo escolar, na medida em que parte do princípio de que o termo educação física refere-se tão somente à disciplina/atividade que se dá na instituição escolar, e outra que considera a educação física como abrangendo diversas práticas sociais (escolares, desportivas, terapêuticas, de lazer etc.) e que, conseqüentemente, a educação física escolar é uma das diferentes práticas que envolvem a educação física. Isto é, a primeira entende-a unicamente como componente curricular, enquanto a outra considera-a como abrangendo diversas práticas sociais.

Castellani Filho (1993) apresenta as influências externas históricas sofridas pela Educação Física, principalmente a escolar.

[...] acompanhamos, no interior da Educação Física, e mais precisamente da Educação Física Escolar, todo seu esforço de se desincompatibilizar dos códigos que, originários das instituições médica, militar e esportiva, descaracterizavam-na enquanto prática pedagógica autônoma, estabelecendo-lhe marcas que impossibilitaram seu envolver-se com os códigos da própria instituição escolar.

Coadunando com as ideias de Castellani Filho, temos a exposição de Bracht (1992, apud VAGO, 1996, p.7), para quem:

[...] a Educação Física assume os códigos de uma outra instituição (a instituição esporte), e de tal forma que temos então não o esporte da escola e sim o esporte na escola, o que indica a sua subordinação aos códigos/sentidos da instituição esportiva. O esporte na escola é um prolongamento da própria instituição esportiva.

Diante dessas conclusões, verificamos que o fenômeno desejado da escolarização das práticas esportivas acaba sendo revertido na esportivização das aulas de Educação Física. Essa inversão é tão forte que, segundo Castellani Filho (1993), o esporte acaba se tornando o “determinante principal na composição do conteúdo de ensino da Educação Física, estabelecendo novas relações entre professor e aluno [...]”.

Segundo Sávio Assis (2005, p. 16), a crítica à função do esporte na escola sustenta-se:

[...] por um lado, na ideia de que o esporte que acontece na escola está a serviço da instituição esportiva, na revelação de atletas, constituindo-se na base da pirâmide esportiva e, por outro lado, da dimensão axiológica, nos valores que ele transmite, perpassa e constrói. Sendo assim, o autor faz o seguinte alerta: a escola, por meio da educação física, estaria assumindo os códigos, sentidos e valores da instituição esportiva.

Por fim, cabe a esta pesquisa procurar identificar em que medida o PST reflete os avanços da PNE no trato com o *esporte educacional*, uma vez que este é seu foco de ação para o alcance dos objetivos e impactos esperados. Concomitantemente, é preciso consideração criteriosa quanto aos avanços, uma vez presentes na proposição do PST, se se reproduzem na prática realizada pelos núcleos do programa.

Depreende-se, a partir do diálogo com os autores que se dedicam ao estudo do fenômeno esportivo e da leitura da documentação oficial do ME, que a construção da expressão *esporte educacional* acaba permitindo diferentes interpretações, pois ela atrai para si um conjunto de sentidos e significados que tornam imprecisa sua definição. A limitação e heterogeneidade de conceituação do que venha a ser o *esporte educacional* também está presente no PST, o que pode ser verificado nas entrevistas com os gestores e coordenadores do programa.

“É isso é muito difícil, inclusive academicamente, né, politicamente, né, você estabelecer um conceito de Esporte Educacional ao que seja promissor, que possa ser desenvolvido, tal, e diferente de Esporte de Rendimento esse é um grande desafio, né? Porque as pessoas podem até falar em Esporte Educacional e na prática realizar um esporte de rendimento, reproduzidor do que já existe.” (Gestor 1). (grifo nosso).

“A gente definiu bem o conceito de esporte educacional na Política Nacional do Esporte. **Anteriormente a isso, a gente realmente dentro do próprio Ministério tinha uma certa confusão.** No texto da PNE, a gente diferencia bem qual o entendimento que a gente tem atualmente de esporte de alto rendimento, que são as dimensões ou as manifestações que hoje existem na legislação, esporte de alto rendimento, esporte de participação e esporte educacional, né? O (esporte) educacional é aquele, que formal ou informalmente desenvolve habilidades e capacidades no ser humano para que ele atue junto à sociedade. Esse é o esporte educacional, então ele é um meio de desenvolvimento do cidadão, meio de desenvolvimento do ser humano, ele não é o fim [...]” (Gestor 2). (grifo nosso).

‘Eu até marquei essa pergunta porque na verdade **eu nunca parei para pensar, nessa questão do que é o Esporte Educacional.** Eu acho que é até uma falha, porque na área em que eu trabalho, na área que a gente está, como é que eu..., eu fiquei sem saber porque eu tenho a visão de que assim, o esporte querendo ou não ele educa, independente da forma que você trabalha ele ou não, ele também vai educar.’ (Coordenador 1). (grifo nosso).

‘É um esporte que visa não a atividade como um fim, mas a atividade como um meio, né? Então, é um meio de educar através do esporte, não necessariamente através do esporte de...é...das modalidades em si, você não ficar preso a isso, né? Enfim, estar passando os valores usando o esporte como meio, não necessariamente o futebol, o voleibol, enfim, outras atividades.’ (Coordenador 2).

A fala do Gestor 1 demonstra o “risco” de, por vezes, enquadrarmos o *esporte educacional* dentro da lógica do esporte de alto rendimento. Essa imprecisão conceitual interfere diretamente na prática pedagógica do esporte dentro do ambiente escolar e do próprio PST. Ao mesmo tempo, acaba

impactando o mundo do esporte por diferentes vértices, principalmente, o do financiamento, acarretando o desrespeito aos preceitos constitucionais de priorização de investimentos financeiros no esporte educacional.

Já as palavras do Gestor 2 apresentam a preocupação do ME, dentro da PNE, de buscar dirimir as imprecisões conceituais relacionadas ao esporte educacional. No entanto, admite a falta de consonância no âmbito do ME, anteriormente à PNE, a respeito do que caracteriza a dimensão educacional do fenômeno esportivo. Essa declaração nos leva a vislumbrar uma situação paradoxal dentro do ME, refletida na seguinte indagação: Como o ME pôde criar um programa sócio esportivo, cuja principal ferramenta é o esporte educacional, sem ter precisão acerca do que venha a ser essa dimensão esportiva? Parece evidente que essa imprecisão tenha sido transposta para a esfera do PST.

A fala do Coordenador 1 ilustra a dificuldade de conceituar o *esporte educacional*. O entrevistado confessa ter, em tempo algum, se preocupado em refletir sobre esse conceito. Podemos pressupor que esse desconhecimento é engendrado por uma série de fatores, tais como: o fato do coordenador possuir formação em área distinta da Educação Física; ausência de debate acerca do esporte educacional durante as formações realizadas pelo ME; falta de diálogo entre a gestão do ME e os núcleos de implementação do programa; bem como o próprio desinteresse do entrevistado pela temática.

A última fala, do Coordenador 2, apresenta, com algumas limitações discursivas, uma certa reflexão acerca do conceito do esporte educacional, compreendendo que essa dimensão esportiva transcende às práticas esportivas tradicionais, tais como: futebol, voleibol, handebol, basquetebol, etc. Além disso, podemos inferir, das palavras do Coordenador 2, a compreensão de que a busca pela excelência esportiva não deve ser o ponto de convergência do esporte educacional, contudo, as práticas esportivas têm espaço na escola e podem ser utilizadas como veículo para promoção de uma educação de qualidade.

Por mais que a PNE notoriamente tenha avançado no debate sobre o esporte educacional, os trechos aludidos, nessa parte do trabalho, demonstram que o debate, acerca do que venha a ser o esporte educacional, ainda não foi

dissolvido dentro do PST. Essa confusão conceitual evidentemente tem reflexos diretos nas ações do programa, tanto nas instâncias burocráticas e administrativas da SNEE como nos núcleos do PST. Portanto, os documentos do PST precisam contemplar os avanços presentes na PNE, atrelando esse avanço do debate conceitual às diversas formações ministradas aos coordenadores e monitores dos núcleos, buscando minimizar as contradições e supressões identificadas nos discursos dos diferentes agentes do programa.

Embora o esporte educacional não se traduza em sinônimo do esporte escolar, evidentemente, ambos guardam muitos pontos de convergência teóricos e práticos. Essas correlações tornam-se mais claras na implementação de um programa socioesportivo que tem seu foco na escola e no atendimento aos alunos da rede pública de ensino, exemplo que se aplica ao PST. Diante dessa constatação, iniciaremos a discussão sobre os diferentes conceitos que consolidam a proposta do PST, aprofundando o debate sobre a presença do esporte no ambiente escolar.

3.2 – Esporte *na* escola ou esporte *da* escola

As escolas, fazendo que os homens se tornem verdadeiramente humanos, são sem dúvida as oficinas da humanidade. Comenius

As discussões acerca da relação entre esporte e escola possuem extensa trajetória no debate acadêmico realizado dentro da Educação Física. De acordo com Linhales (1996, p. 130): “Nas décadas de 50 e 60, no âmbito da Educação Física Escolar, o esporte chega para ficar, consolidando-se, a partir desse período, como seu conteúdo hegemônico”.

Segundo Castellani Filho (1999, p. 107 e 108) existe uma íntima relação entre o Esporte Escolar e o sistema esportivo brasileiro, desde os idos de 1941, quando, pela primeira vez em nosso país, delineou-se — através do Decreto-lei nº 3.199 — as diretrizes e bases para o Esporte Nacional.

Tal intimidade passou incólume pela primeira reformulação do sistema esportivo brasileiro, expressa na Lei nº 6.251/75 e no seu Decreto regulamentador nº 80.228/77, mantendo-se viva até os dias atuais, presente que está na Lei Pelé,

justificando-se sua ausência na Lei Zico por conta do instrumento legal ora motivo de análise. Seu atrelamento ao sistema esportivo nacional reflete sua vinculação aos princípios e objetivos desse sistema e não do sistema educacional brasileiro, donde depreende-se que o sistema esportivo se vale da estrutura escolar como um local privilegiado para a iniciação esportiva e para o aprimoramento técnico esportivo.

Apesar das discussões acerca do esporte na escola iniciarem nas décadas de 40, 50 e 60, identificamos a efervescência de estudos, que buscam problematizar e questionar essa relação, na década de 80. Neste período, influenciados pelos estudos críticos desenvolvidos no campo educacional, emergem no Brasil diversos trabalhos questionando a presença dominante do esporte no conteúdo das aulas de Educação Física.

Toda a discussão realizada no campo da pedagogia sobre o caráter reprodutor da escola e sobre as possibilidades de sua contribuição para uma transformação radical da sociedade capitalista foi absorvida pela EF. A década de 1980 foi fortemente marcada por essa influência, constituindo-se aos poucos uma corrente que inicialmente foi chamada de revolucionária, mas que também foi denominada de crítica e progressista. Se, num primeiro momento – digamos, o da denúncia –, o movimento progressista apresentava-se bastante homogêneo, hoje, depois de mais de 15 anos de debate, é possível identificar um conjunto de propostas nesse espectro que apresentam diferenças importantes. (BRACHT, 1999, p. 78).

De acordo com Moreno & Machado (2006, p. 131):

Por muito tempo o esporte foi considerado como a “panaceia” para todos os males. No discurso o esporte era sinônimo de saúde, o esporte sociabilizava crianças e jovens, o esporte ensinava valores morais e sociais, o esporte era a esperança de uma vida melhor, entre outras vantagens que lhe era alegado. Na década de 80 com o surgimento das teorias críticas o quadro se altera.

As apreciações desfavoráveis referentes à presença do esporte na escola, de acordo com Sávio Assis (2005, p. 16), versam sobre duas dimensões.

As críticas dirigidas ao esporte podem ser resumidas em duas dimensões, que não se excluem e se articulam. A primeira dimensão diz respeito a essa relação de exclusividade (sem espaço para outros temas), primazia (prioridade quanto ao tempo e à organização do espaço) ou hierarquia (outros temas tratados em função dele) na organização das aulas de educação física. A segunda dimensão da crítica diz respeito à função do esporte na escola, sustentando-se, por um lado, na ideia de que o esporte que acontece na escola está à serviço da instituição esportiva, na revelação de atletas, constituindo-se na base da pirâmide esportiva e, por outro lado, na dimensão axiológica, nos valores que ele transmite, perpassa e constrói. A escola, por meio da educação física, estaria assumindo os códigos, sentidos e valores da instituição esportiva.

A hegemonização das aulas de Educação Física pela lógica esportiva tradicionalista foi, preliminarmente, denunciada por Bracht (1992) e Castellani

Filho (1993), quando os autores apresentam a conhecida denúncia do “esporte na escola” em contraposição ao “esporte da escola”.

[...] a Educação Física assume os códigos de uma outra instituição[a instituição esporte], e de tal forma que temos então não o esporte da escola e sim o esporte na escola, o que indica a sua subordinação aos códigos/sentidos da instituição esportiva. O esporte na escola é um prolongamento da própria instituição esportiva. Os códigos da instituição esportiva podem ser resumidos em: princípio do rendimento atlético-desportivo, competição, comparação de rendimentos e recordes, regulamentação rígida, sucesso esportivo e sinônimo de vitória, racionalização de meios e técnicas. O que pode ser observado é a transplantação reflexa destes códigos do esporte para a Educação Física. Utilizando uma linguagem sistêmica, poder-se-ia dizer que a influência do meio ambiente (esporte) não foi/é selecionada (filtrada) por um código próprio da Educação Física, o que demonstra sua falta de autonomia na determinação do sentido das ações em seu interior. (BRACHT, 1992, p.22).

Esta influência do Esporte no sistema escolar é de tal envergadura, que temos a configuração, não do Esporte da Escola, mas sim do Esporte na Escola, indicando a subordinação da Educação Física aos códigos da instituição esportiva. [...] O Esporte, desta forma, vem a ser o determinante principal na composição do conteúdo de ensino da Educação Física, estabelecendo também novas relações entre professor e aluno, definindo-as como de “aluno-atleta” e “professor-treinador”, pois os professores passam a ser contratados pela sua capacidade de desenvolver, nos alunos, a otimização do rendimento físico-esportivo, simulacro da ordem da produtividade, eficiência e eficácia pertinentes ao modelo de sociedade na qual, encontrou identificação. (CASTELLANI FILHO, 1992, p. 123).

Em consonância às críticas realizadas pelos autores supracitados, foram produzidas outras contestações sobre o esporte na escola de grande relevância para o debate acadêmico dentro da Educação Física. Ao analisarmos a literatura relacionada a essa temática, destacamos o questionamento produzido por Kunz (1994), que apresenta alguns pontos de crítica ao desenvolvimento do esporte na escola e na sociedade. De acordo com o autor, essas distorções são capazes de “influenciar a crescente ‘perda de liberdade e de sensibilidade’ do ser, pelo ‘racionalismo’ técnico-instrumental das sociedades industriais modernas e seguidoras destas”. As distorções identificadas pelo autor são:

O esporte como conhecido na sua prática hegemônica, nas competições esportivas nos meios de comunicação (televisão), não apresenta elementos de formação geral – nem mesmo para a saúde física, mais preconizada para esta prática – para se constituir uma realidade educacional; o esporte ensinado nas escolas como cópia irrefletida do esporte-competição ou de rendimento só pode fomentar vivências de sucesso para uma minoria e o fracasso ou vivência de insucesso para a grande maioria; esse fomento de vivências de insucesso ou fracasso para crianças e jovens em um contexto escolar, é no mínimo, uma irresponsabilidade pedagógica por parte de um profissional formado para ser professor; e o esporte de rendimento segue os princípios básicos da

“sobrepunção” e das “comparações objetivas”, os quais permanecem inalterados, mesmo para os esportes praticados na escola onde, por falta de condições ideais, o rendimento não se constitui no objetivo maior da aula.

No entanto, é forçoso observarmos que a opinião presente nas citações acima não é singular no campo acadêmico da Educação Física, uma vez que vêm sendo problematizadas e tensionadas por outros autores que, também, se dedicam ao estudo da presença das práticas esportivas no espaço escolar.

[...] a escola, como instituição social, pode produzir uma cultura escolar de esporte que, ao invés de reproduzir as práticas de esporte hegemônicas na sociedade, como escreveu Bracht, estabeleça com elas uma relação de tensão permanente, num movimento propositivo de intervenção na história cultural da sociedade. (VAGO, 1996, p. 4).

Vago (1996) sustenta sua crítica ao posicionamento de Valter Bracht, retomando conceitos preconizados por alguns estudiosos da história das disciplinas escolares. Entre esses, a consideração proferida por Chervel (1990) acerca da visão da escola como simples agente de transmissão de conhecimentos exteriores.

A concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela está na origem da ideia, muito amplamente partilhada no mundo das ciências humanas e entre o grande público, segundo a qual ela é, por excelência, o lugar do conservadorismo, da inércia, da rotina. (p.182).

Sem embargo da proeminente importância acadêmica vinculada à problematização proposta pelo autor, verificamos que ambas as proposições podem ser observadas no cotidiano das aulas de Educação Física e das práticas esportivas escolares, o que é confirmado pelo próprio Vago (1996, p. 6 e 7).

O entendimento de Bracht não é impropriedade: a escola pode, sim, de um lado, estar cumprindo também aquela tarefa por ele exposta. Mas, de outro lado, a escola pode não se reduzir a ela, como se fosse uma "correia de transmissão" de uma cultura produzida por outros "sistemas", sem intervir nela. Um outro olhar então se pode lançar à escola, reconhecendo-a como uma instituição que possui a capacidade de produção de uma cultura escolar.

A consideração de Vago (1996) invoca o reconhecimento de que à escola, também, pode ser atribuído um papel de oposição à lógica hegemônica, ou seja, o espaço escolar deve ser visto como um ambiente propício à construção e produção de uma outra abordagem das práticas esportivas. Nessa perspectiva, nos cumpre admitir que o PST pode ser um provável mecanismo de estímulo à constituição de uma cultura escolar para o esporte, que o desmistifique e que

proponha uma resignificação das práticas esportivas utilizadas como atividade pedagógica, reforçando os códigos e significados próprios do ambiente escolar.

Dessa forma, podemos observar o PST como um relevante ator na busca pela valorização da Educação Física Escolar, bem como na reversão do processo de esportivização desta. Ao mesmo tempo, o PST tem a possibilidade, por meio de sua profunda ligação com o espaço escolar, de protagonizar um debate acerca do papel da Educação Física e do Esporte dentro das escolas.

Todavia, o questionamento da presença preponderante do esporte nas aulas de Educação Física recai sobre o papel que tem cumprido no sentido de reproduzir e reforçar a ideologia capitalista, que pretende infundir a noção de que seus valores e normas se apresentem como universais e desejáveis. Dessa forma busca-se que a dominação, a exploração e a desigualdade social devam ser vistas por todos como um processo natural. Segundo Bracht (apud MORENO & MACHADO, 2006, p. 133): “Um exemplo que o esporte desenvolve valores que levam ao conformismo é o respeito incondicional as regras do jogo, ou se aceita as regras ou você está fora dele”. Segundo os autores, o esporte difunde a ideia de que cada indivíduo é capaz de obter sucesso, por meio dos seus esforços pessoais e individuais, essa concepção amplia os conflitos sociais.

Nesse sentido, nos auxilia neste debate a apresentação de reflexão feita por Melo (2005, p. 72), por meio do qual o autor afirma que:

A rechaça ao esporte de rendimento não é apenas uma questão moral. Trata-se de debater que projeto de sociedade esse modelo de esporte contempla. Estou falando de organizações articuladas aos processos de mercantilização, espetacularização das práticas corporais e também dos trabalhadores em esporte – os jogadores -, além do fato de restringir a participação popular, que fica resumida à condição de espectadora do espetáculo.

Vale ressaltar que as críticas explicitadas até o momento dizem respeito ao modelo de esporte de rendimento ou espetáculo, que ao adentrar no ambiente escolar sem ser resignificado ou pedagogizado, acaba por demandar dos alunos a excelência do movimento, selecionando os mais habilidosos e promovendo apenas a valorização dos professores que alcançam sucesso nas competições esportivas escolares, como se esse fosse o critério capaz de distinguir o bom e mal professor de Educação Física.

Devemos ter o cuidado de perceber que as apreciações acima são fruto de constatações de outro período histórico da Educação Física, contudo, uma rápida visita a algumas de nossas escolas demonstraria que muitos dos problemas apontados, atualmente, se perpetuam nas aulas de Educação Física e que muitas das críticas iniciadas na década de 80 são bem atuais. Portanto, cabe a essa parte da pesquisa buscar identificar se as práticas realizadas no PST sofrem das mesmas enfermidades presentes nas aulas de Educação Física, uma vez que o programa guarda estreita relação com o ambiente escolar.

Considerando o debate apresentado até o momento e seus limites históricos e conceituais, faz-se necessário para a proposta desta pesquisa verificar se a relação entre o PST e a escola é influenciada pelo modelo esportivo de rendimento, se reproduz as distorções apresentadas pelos autores citados ou, por outro lado, respeita os códigos e funções próprias da escola, utilizando-os em prol dos objetivos propostos pelo programa.

O passo inicial para nossa proposição é mapearmos, nos documentos oficiais do programa, como são abordadas as relações entre “PST e escola” e “esporte e escola”. Essas relações são basilares para o estudo do PST, uma vez que o programa tem como público-alvo prioritário os alunos matriculados na rede pública de ensino e como principal instrumento de alcance de seus objetivos, o esporte educacional, conforme explicitamos no tópico anterior.

A primeira, e possivelmente mais importante, relação do PST com a escola está descrita no preâmbulo na exposição de seu objetivo principal, que define sua prioridade de atendimento.

[...] foi instituído o Programa Segundo Tempo com o objetivo de democratizar o acesso à prática esportiva e de lazer, **prioritariamente às crianças e adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental e médio das escolas públicas localizadas em áreas de risco social**, como forma de ampliar a permanência desse público em um ambiente de convivência sócioeducativa. (BRASIL, ME, 2006). (grifo nosso).

Em parte dedicada à justificativa da necessidade de uma política pública esportiva para a sociedade brasileira, novamente, o ME lança mão de dados e legislação relacionados à educação nacional, apresentando a debilitada infraestrutura esportiva presente nas escolas brasileiras.

A Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), que normatiza a educação nacional, também valoriza em seus princípios as atividades extracurriculares, entre elas o Esporte, como fator imprescindível ao desenvolvimento escolar infanto-juvenil. [...] O censo escolar de 2004 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação indica que há 210.094 escolas de educação básica no Brasil, públicas e particulares, sendo que desse total, somente 50.190 possuem quadras de esportes, 89,53% localizadas em áreas urbanas e 10,47% em áreas rurais. [...] A pesquisa “Juventudes Brasileiras” realizada pela UNESCO em 26 estados da federação brasileira, com alunos da educação básica, mostra que 7% dos alunos de 5ª a 8ª série indicam a ausência de local ou infra-estrutura adequada como justificativa para não praticar esporte. E mais, indica que a maior parte dos jovens (22%) praticam atividades esportivas nos lugares onde moram, enquanto que apenas (17%) praticam em escolas ou universidades. (BRASIL, ME, 2006).

A caracterização do PST, presente nos manuais 2005 e 2006, apresenta o programa como uma parceria entre ME e MEC, além disso, suas atividades são propostas para o contraturno escolar. Há, ainda, descrição de que as atividades serão desenvolvidas nos espaços físicos da escola ou espaços comunitários, tendo como enfoque primordial o esporte educacional.

O Manual de 2006 apresenta um conjunto de 19 principais objetivos do programa. Entre esses objetivos, elegemos alguns ligados diretamente à escola, são eles: a) democratizar o acesso à prática e cultura do esporte como instrumento educacional; b) contribuir para o processo de inclusão educacional e social; c) contribuir para ampliação da atividade educacional, visando oferecer educação permanente e integral por meio do esporte; d) contribuir para a diminuição dos índices de evasão e repetência escolar da criança e do adolescente; e) implementar indicadores de acompanhamento de avaliação do esporte educacional.

A relação entre o programa e o ambiente escolar também pode ser visualizada nas linhas estratégicas descritas em os ambos manuais. Entre elas, destacamos a busca por *efetivar prática esportiva no contraturno escolar* e a perspectiva de *motivar e possibilitar o ingresso e permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola*.

Igualmente, é possível identificarmos a interlocução entre PST e a escola na definição do quantitativo de alunos a serem atendidos nos núcleos, pois essa quantidade é estabelecida a partir de uma proporção entre o número de crianças atendidas no núcleo e o número de alunos matriculados no ensino fundamental e

médio. Ademais, verificamos a preocupação com o trato do esporte no ambiente escolar presente nos módulos da capacitação ministrada aos coordenadores e monitores dos núcleos de atendimento, bem como, na definição das atividades complementares do programa.

Após a identificação do tratamento dado à relação entre esporte e escola nos documentos oficiais do PST, passamos a analisar as falas dos entrevistados e os documentos analíticos do Segundo Tempo (Relatórios do TCU e da UNESCO). Nosso objetivo é buscar as peculiaridades presentes no desenvolvimento cotidiano das práticas esportivas no espaço escolar dentro do PST, o que nem sempre pode ser ‘fotografado’ apenas olhando para os manuais do programa.

A transição entre o Esporte na Escola e o PST, evidencia o protagonismo da escola na constituição da concepção do PST.

[...] na transição do que era Esporte na Escola para o que foi ou é o Segundo Tempo, essa relação com a escola que a gente não perdeu em nenhum momento, pelo contrário, dentro do próprio conteúdo da construção da Política Nacional do Esporte isso foi bastante trabalhado, a questão do Ministério do Esporte e a relação com o Ministério da Educação para que a gente conseguisse e desse corpo para essa questão do esporte na escola, pela relevância que tem isso, não no intuito de substituir a Educação Física Escolar, que é uma disciplina do currículo escolar, mas no intuito de levar o esporte enquanto uma possibilidade de prática no contraturno da escola, mesmo sabendo das limitações de espaço físico [...].” (Gestor 2).

A contígua relação entre a escola e o PST ressoou para os núcleos de atendimento do programa, ainda que estes não estivessem localizados e estruturados em escolas públicas.

“Aí a gente fez parceria com o CEF (Centro de Ensino Fundamental) do Bosque, lá em São Sebastião, e parceria com o CEF 01 do Planalto, aqui na Vila Planalto. Então, o nosso projeto a gente tinha uma ligação direta com a escola, né? Então, assim, todas as inscrições eram feitas na escola e...os alunos tinham acompanhamento também dentro da escola, né? Eu lembro que aqui na Vila Planalto a Apcef chegou a restaurar a quadra de vôlei lá e a gente enviou um monte de bola para o pessoal. Então, foi uma coisa bem legal.” (Coordenador 2).

Ao ser indagado sobre quais eram os objetivos e impactos esperados pelo programa, o Coordenador 2 nos fornece amostra do quanto as finalidades ligadas à escola ocupam papel de destaque dentro do PST. Ao mesmo tempo, o

relato nos demonstra a preocupação do programa com o atendimento prioritário aos alunos que apresentam algum tipo de dificuldade escolar.

“Redução da evasão escolar, né? Melhora do rendimento na escola, né? Tanto que o foco da...as crianças que eles pediam para a gente tentar atender não era aquelas crianças que tinham melhor rendimento que tinham mais facilidade, era justamente aquelas que tinham maior grau de dificuldade, que tinha índice de repetência, que tinha realmente alguma dificuldade para a gente poder melhorar o desempenho dessas crianças dentro da escola. Acho que veio daí o nome Segundo Tempo, que era a parceria com a escola, tentar através do esporte que a criança saia das ruas, que não use drogas, que tenha um maior rendimento escolar.” (Coordenador 2).

Outro ponto de destaque é o papel cumprido pelas escolas no processo de divulgação do PST à comunidade.

Fato recorrente em todos os grupos focais, os alunos tiveram conhecimento do Programa Segundo Tempo por meio da escola, seja por meio de folhetos distribuídos aos alunos, que por sua vez informavam aos pais, seja através de comunicados endereçados diretamente aos pais, seja por conta da divulgação feita em sala de aula, ou através do professor ou do diretor da escola, ou ainda por ocasião de reuniões de “pais e mestres” no próprio estabelecimento de ensino. (UNESCO, 2005).

Em determinados núcleos, o PST apresentou resultados positivos no que corresponde à evasão escolar, incentivando a presença dos alunos no ambiente escolar.

“Não. Até que a evasão escolar, pelo menos na área que eu trabalho aqui, onde eu estou mais presente, ela tem diminuído muito, já vem diminuindo mais, até mesmo porque algumas... **justamente por conta dos programas**, entendeu, é muito importante. Esses programas sociais são muito importantes. Você ter uma pessoa para poder acompanhar é muito importante.” (Coordenador 1). (grifo nosso).

Sem desconsiderar os possíveis benefícios educacionais alcançados pelo PST, é necessário reconhecermos que o programa ainda apresenta fragilidades e distorções no seu trato com a escola. A primeira dificuldade reside na consolidação de uma parceria efetiva com o Ministério da Educação, que possibilitasse o enriquecimento do debate acerca do ambiente escolar e agregasse valor pedagógico às ações propostas, sejam elas ligadas à capacitação dos agentes do programa ou para a estruturação dos espaços esportivos escolares.

“Com relação à relação com a escola, do Programa Segundo Tempo com a escola, a gente ainda precisa avançar muito, na própria relação com o Ministério da Educação, então a gente já avançou em termos de construir uma carta da Educação Física, onde o Ministério do Esporte participou do processo,

a gente já avançou em termos da própria construção da Política Nacional do Esporte, onde a relação com o Ministério da Educação se faz fundamental, a gente já avançou em termos de assinar vários protocolos e portarias para o Ministério da Educação, onde a gente está fortalecendo as escolas com a construção do espaço físico, então o Ministério do Esporte também está levando o *know how* nessa questão de construção de quadras [...].” (Gestor 2).

A deficiente infraestrutura encontrada nas escolas públicas brasileiras, também, é apontada como um obstáculo imposto à inserção do PST no ambiente escolar.

A precariedade de espaços destinados à prática esportiva já pode ser observada no próprio ambiente escolar, onde, segundo a pesquisa postal, estão localizados 52,5% dos núcleos do programa. Conforme pode ser visto na Figura 7, apenas 15% das escolas públicas dispõem de quadra descoberta. É interessante observar que no Nordeste, onde está concentrada a maioria dos núcleos do programa, esse percentual alcança pouco mais de 6%. (BRASIL, TCU, 2006, p. 50).

Em relação à melhoria do rendimento escolar, que dentro dos objetivos do PST está diretamente ligada à diminuição da evasão e repetência escolar, verificamos acanhados avanços. Além disso, é premente observarmos, devido à carência de indicadores de acompanhamento do próprio PST, a dificuldade em estabelecer uma vinculação direta entre a melhoria dos índices educacionais e a implementação do programa e de suas atividades esportivas.

Quanto aos dois primeiros - alterações nos padrões de saúde e mudanças no desempenho escolar – ficou claro nas falas de muitos não haver grandes mudanças, perceptíveis e relevantes, tanto em um como em outro. No segundo, informaram que, pelo fato de gostarem muito do Programa Segundo Tempo, procuram frequentar mais as aulas e tirar boas notas, uma vez que, em muitos Núcleos a frequentar escolar, bem como o desempenho, é condição para a continuidade no programa. Assim, relata um aluno que na “ficha [de matrícula] diz que quem não for bem na escola não entra aqui” e completa: “aqui eles colocam a escola na frente”. Outro aluno diz que “se eu for mal na escola, minha mãe me tira do Programa”. No entanto, **apesar da cobrança por parte dos monitores, não foi possível constatar qualquer relação entre a melhora no desempenho escolar com o ingresso no Programa Segundo Tempo, mesmo porque boa parte dos alunos relataram não ter percebido mudanças nas notas depois de terem iniciado as atividades nos Núcleos de Esporte Educacional.** Essas falas revelam muito mais uma mudança de postura dos alunos em função da possibilidade de perda de algo que os satisfaz muito, isto é, frequentar o Programa Segundo Tempo. (UNESCO, 2005). (grifo nosso).

Podemos verificar que, no tocante à questão do desempenho escolar, subsistem dois problemas no interior do PST. O primeiro deles, citado anteriormente, diz respeito aos limites fixados ao estabelecimento da relação

direta entre a entrada dos alunos no programa e a evolução do rendimento escolar desses alunos após a participação nas atividades do PST.

A segunda problemática se refere, mesmo que exíguos, aos avanços educacionais identificados, uma vez que essas elevações nos índices de aproveitamento são produtos da ameaça e da sensação de uma possível exclusão do programa. Essa ideia, muitas vezes, é alimentada pelos próprios agentes dos núcleos de atendimento e professores das escolas atendidas.

Antagonicamente à imagem apresentada acima, consideramos que o PST deve almejar e contribuir para o sucesso na influência do desempenho escolar dos alunos, por meio de uma consistente discussão axiológica do espaço escolar e da importância pedagógica das práticas esportivas na constituição dos cidadãos. A valorização da escola, bem como de seus códigos e valores, necessariamente deve ser produto da conscientização e do diálogo e não da barganha, da intimidação e do amedrontamento.

Para concluir este fragmento do terceiro capítulo, ingressaremos na discussão acerca da supremacia do modelo de esporte de rendimento ou espetáculo nas atividades desenvolvidas no PST. Essa questão já foi introduzida no início desta parte da pesquisa, na qual diversos autores alertam para a monopolização esportiva das aulas e dos conteúdos da educação física escolar. Essas distorções estão presentes nas considerações realizadas no Relatório de Avaliação de Programa e nos Sumários Executivos do PST, produzidos pelo TCU.

Apesar da importância da adequada implementação da proposta pedagógica do programa para o pleno alcance dos objetivos pretendidos, existem dificuldades para identificar quais núcleos estão efetivamente atuando de acordo com essa proposta. O Segundo Tempo tem como princípio democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional e de cidadania. Nesse sentido, é preciso evitar o emprego de abordagens excludentes, que privilegiem o esporte de rendimento e atividades “tecnicistas”, caracterizadas pelo treinamento repetitivo dos fundamentos de cada esporte, como passes, dribles e outros. (BRASIL, TCU, 2006, p. 13).

[...] a gerência do programa não dispõe de instrumentos que permitam verificar a aderência dos núcleos à proposta do Segundo Tempo. Mesmo a condução de grupo focal com tutores da capacitação realizada pelo Cead/UnB indicou que não há clareza sobre como operacionalizar critérios que possam certificar uma prática alinhada com os objetivos programáticos. [...]. Com isso, aumenta o risco da oferta de atividades de cunho mais tradicional e “tecnicista”, o que

tende a desestimular o aumento de alunos atendidos pelo programa. (BRASIL, TCU, 2006, p. 31).

Ainda que a concepção PST considere o propósito de utilização do esporte como ferramenta de inclusão social e que exista a previsão de atividades complementares, que contemplem outras práticas para além das esportivas, constatamos que o esporte de rendimento e/ou espetáculo tem ditado os parâmetros a serem seguidos no desenvolvimento das aulas ministradas no interior do programa.

Mas a despeito disso, citaram várias modalidades esportivas praticadas pelos filhos - futebol, voleibol, natação, ginástica olímpica, basquete, handebol, jogos de tabuleiro, entre outros. – e disseram que **os treinos** não se restringem a definir times e pô-los a jogar, como normalmente, segundo estes relatos, acontece na escola. Muito pelo contrário, há uma lógica específica aplicada **nos treinos** de cada modalidade esportiva: **ensino de fundamentos, exposição de regras específicas, princípios éticos e treinos coletivos**. Neste último são aplicados e corrigidos, pelos monitores, aqueles três primeiros ensinamentos. “Por exemplo, em futebol, um dia é para fundamentos, passes, chutes a gol, cobrança lateral, e o outro dia é treino coletivo. Nas outras atividades o processo é o mesmo. Tudo é explicado”. “No vôlei eles aprendem a ter contato com a bola, dar saque, manchete...”. (UNESCO, 2005). (grifos nossos).

Além disso, foi um conteúdo muito comum nas falas a percepção de que o desempenho dos alunos nos esportes havia melhorado – “ta jogando futebol melhor agora que antes, quando jogava na rua”; “meu filho me desafia no xadrez”; “**foram até pra Suíça**”. Mas não se restringe somente a isso a mudança referida pelos participantes. **A disposição e compleição física também mudaram: “o físico dele melhorou. Ele era mole, agora está bem desenvolvido”; “minha filha sempre foi pamonha. Agora, ela se sente melhor”**. (UNESCO, 2005). (grifos nossos).

“Esse trabalho representa mais saúde, responsabilidade e qualidade de vida para essas crianças. Além disso tudo, existe a possibilidade de descobrirmos aqui grandes talentos para o esporte nacional”, completa o professor Raimundo⁶⁷.

“Funcionamos como olheiros. As crianças que levam jeito para kung fu vão treinar na academia. Lá, ganham uniforme importado e acompanhamento”, explica Eduardo⁶⁸.

Os termos grifados possuem relação muito próxima com lógica existente no esporte de rendimento, sendo familiares ao cotidiano e ao vocabulário

⁶⁷ “Livres para velejar”, matéria publicada no caderno “Cidades”, do jornal Correio Braziliense, em 12 de março de 2005. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/03/12/A32-1203.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

⁶⁸ “Verbas confinadas no Distrito Federal”, matéria publicada no caderno “Política”, do jornal Correio Braziliense, em 27 de março de 2006. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2006/03/27/as06-2703.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

empregado nessa concepção esportiva. Ao mesmo tempo, destacam a existência dentro do PST de uma evidente preocupação com o rendimento esportivo e aprimoramento físico dos alunos atendidos.

Por mais que os objetivos do programa contemplem o “desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras por meio da prática esportiva”, precisamos refletir, em que medida, a busca pelo aperfeiçoamento do rendimento esportivo e desenvolvimento físico contribui para a consecução do objetivo principal do programa, ou seja, “democratizar o acesso à prática esportiva”.

Priorizar a busca pelo melhor rendimento e pela excelência técnica dos fundamentos e movimentos esportivos, características inerentes ao esporte de rendimento e espetáculo, pode transformar as atividades do programa em celeiros para a seleção de jovens talentos esportivos, inibindo a prática daqueles que possuem mais dificuldade, criando barreiras à inclusão social proposta pelo PST. Portanto, verificamos que o PST tem sido alvejado pela forte influência da visão e dos princípios intrínsecos ao esporte de rendimento.

Para Rigauer (1969, apud BRACHT, 2005, p. 30), o esporte desenvolve-se em interdependência com o processo social global, que acaba determinando suas características, e estas são basicamente: disciplina, autoridade, concorrência, rendimento, racionalidade técnica, organização e burocratização. Esses aspectos dominantes na sociedade capitalista industrial impregnam paulatinamente o esporte, principalmente o de rendimento.

Além disso, segundo Bracht (2005, p. 83), o esporte de rendimento, atualmente, é antagônico à promoção de saúde, além de se pautar por uma relação antiecológica com o meio. Sendo assim, o autor nos alerta de que o esporte enquanto atividade de lazer não pode ser um simulacro do modelo esportivo de rendimento e/ou espetáculo.

Bracht (2005, p. 82), ao apontar a necessidade das políticas públicas esportivas superarem a lógica da pirâmide esportiva, demonstra que as funções do esporte de rendimento não estão relacionadas, apenas, à seleção de talentos

esportivos e à produção de atletas, mas, também, à preconização da lógica mercantil existente no modelo de sociedade hegemônico.

Assim, uma primeira indicação para uma política pública para o setor de cunho democrático, é superar finalmente a ideia da pirâmide e sua perspectiva implícita de que o sistema esportivo teria como finalidade produzir atletas campeões, ideia que por incrível que pareça, permanece firme na mente da maioria dos políticos, no senso comum político e é usada e afirmada pelo sistema esportivo nacional e internacional porque esta lhe é fundamental; não para recrutar melhores praticantes, como é o discurso, mas para a socialização do exército de consumidores de seu produto e seu subprodutos.

A discussão apresentada até o momento, nos permite concluir que, não obstante o fato de o PST ter a seu dispor a possibilidade de ocupar um importante papel na valorização da Educação Física Escolar, na desmistificação esportiva e na ressignificação da prática pedagógica, o programa acaba contribuindo para o processo de esportivização da Educação Física. O programa termina por se contrapor à promoção da escolarização das atividades esportivas, o que seria desejável, uma vez que o PST se desenvolve prioritariamente no espaço escolar, atendendo aos estudantes do sistema público de ensino.

Igualmente, verificamos que o PST, por vezes, acaba se consolidando como um espaço de mera reprodução do modelo esportivo hegemônico, distanciando-se novamente de uma presumível e almejada ressignificação das práticas esportivas, que o transformem efetivamente em veículo para a promoção à inclusão social e de reversão do quadro de desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Ao considerarmos as políticas públicas esportivas como local unívoco de celeiro de atletas, estamos favorecendo o recrudescimento da concepção da pirâmide esportiva tão explorada nos tempos da ditadura. Nessa perspectiva, partimos da premissa de que a ampliação do acesso às práticas esportivas engendrará novos talentos esportivos, o que originará melhores resultados esportivo para o país, bem como promoverá a ascensão social dos jovens. Entretanto, ignora-se o fato de que a simples oferta das modalidades não é fator suficiente para o surgimento de grandes talentos esportivos em massa, pois isso dependeria, igualmente, da mudança nas condições de vida de significativa parcela da população. A consolidação/transformação do Brasil em potência

esportiva mundial demanda um avanço expressivo nas condições de vida da população, “já que assim novos talentos, não apenas nos esportes, mas nas artes, ciências e afins, não se perderão na luta pela existência e contra a miséria”. (MELO, 2005, p. 78).

Desta forma, apreciando a consideração de Melo (2005), entendemos que a constatação de que o PST contribui com a esportivização das práticas pedagógica contrapõe a nossa compreensão de que o programa poderia colaborar para a afirmação do espaço escolar como célula de transformação social dos estudantes. Para reforçar nosso pensamento, vale resgatar trecho já citado neste trabalho, no qual Sávio Assis (2005) demonstra a importância da escola como local de intervenção e de emancipação social⁶⁹.

A escola, entendida como espaço de intervenção, é um local privilegiado de construção de um “novo esporte”, que surge das críticas ao “velho esporte” e, contraditoriamente, do imenso fascínio que ele exerce sobre adultos e crianças, com a institucionalização de temas lúdicos, e das possibilidades emancipatórias com que ele possa se configurar. (p. 22 e 23).

As contradições constatadas dentro do PST demonstram que o programa apresenta dificuldades em garantir a vinculação entre o que é proposto pelo ME e aquilo que é desenvolvido nos núcleos de esporte educacional. Torna-se evidente um “ruído” entre o que está descrito no texto dos documentos oficiais e o que ouvimos nas falas dos coordenadores de núcleos e de pais dos alunos atendidos, estas últimas apresentadas no Relatório da UNESCO. Nesse sentido, é evidente a distorção e a diversificação de entendimentos acerca de quais devam ser os objetivos do programa, bem como de suas atividades esportivas.

Após examinarmos quais são os avanços e os limites que permeiam as práticas esportivas do PST, é importante verificarmos se as distorções apresentadas nesta parte da pesquisa, também, estão introduzidas nas outras atividades promovidas pelo programa.

⁶⁹ Segundo Demo (2003, p. 41): Emancipação social é, em seu âmago, descobrir-se capaz de realizar o processo emancipatório por si mesmo, dentro de circunstâncias dadas. Por isso, participação é a alma da educação, compreendida como processo de desdobramento criativo do sujeito social. Porque, educar de verdade é motivar o novo mestre, não repetir discípulos.

3.3 – O PST para além do esporte *na* escola e esporte *da* escola

Como demonstramos ao longo da pesquisa, o cerne do PST está na viabilização da democratização do acesso à prática esportiva, por meio do esporte educacional. Na prática, a maior parte das ações do programa resume-se a modalidades esportivas individuais e coletivas. Contudo, para além dos esportes praticados nos núcleos de apoio, o PST prevê a realização de atividades complementares, bem como, a distribuição de material esportivo e o fornecimento de reforço alimentar.

São consideradas complementares as ações que abordam temáticas relacionadas à educação, à saúde, à cultura e ao esporte, tais como: REFORÇO ESCOLAR: acompanhamento pedagógico direcionado às crianças, adolescentes e jovens atendidos pelo Programa, de forma a auxiliar no reforço educacional. CULTURA: realização de palestras, grupos de estudo e leitura, teatro, temáticas de danças, artes plásticas e entre outras práticas culturais, visando promover a interface da cultura com o esporte; SAÚDE: Com a perspectiva de reduzir a exposição de crianças e adolescentes às situações de risco social, o programa está elaborando mais um módulo sobre a temática SAÚDE ESCOLAR, contemplando, em seu conteúdo, higiene, alimentação, educação, prevenção ao uso de drogas e orientações contra exploração sexual de crianças e adolescentes. [...] Por se tratar de atividades esportivas desenvolvidas no contraturno escolar, faz-se imprescindível oferecer reforço alimentar ao público alvo, de forma a garantir as propriedades nutricionais durante sua permanência no espaço educacional, por tempo superior ao normalmente utilizado. [...] O Ministério do Esporte fornece materiais esportivos confeccionados pelo Programa Pintando a Liberdade, que possui centros de produção em unidades prisionais e em outros espaços comunitários de diversas regiões do Brasil [...]. (BRASIL, ME, 2005).

Uma vez que o PST se propõe ao atendimento a áreas de risco social, constituídas por populações carentes e de baixo poder aquisitivo, outras ações do programa acabam ganhando o mesmo grau de importância das atividades principais do programa (esportivas).

“[...] como a gente nunca teve nada, as pessoas esperam demais, a carência é muito grande, então quando chega alguma coisa do tipo Segundo Tempo, o Segundo Tempo tinha material esportivo, merenda, camisa, bola, recurso para o estagiário, recurso para o coordenador, né? A capacitação... Então as pessoas ficam tão ansiosas por tudo isso que a tendência delas é cobrar, não é realizar a parte que lhes cabe, não sei se você está pegando [...]” (Gestor 1).

“[...] desenvolvemos o projeto de 2003 a 2006 dentro de um perfil, definindo ações que anteriormente a gente não tinha, ações que a gente compôs o projeto: material esportivo, reforço alimentar, porque a gente tinha noção e conhecimento de que a maioria dos alunos atendidos pelo programa eram de baixa renda e que se não fosse a única... a única alimentação que eles tinham era na escola, a merenda escolar, que no caso do contraturno era o Segundo

Tempo, então se fazia necessária o fator do reforço alimentar. Então era composto de material esportivo, reforço alimentar, uniforme que estava junto com o material esportivo, que era produzido pelo Pintando a Liberdade nas unidades de produção penitenciária [...].” (Gestor 2).

Inicialmente, olhando para a exposição teórica que sustenta a proposta de promoção de atividades complementares do PST, poderíamos apontá-la como possível progresso em relação à concepção dos programas socioesportivos lançados por governos anteriores. Porquanto, ao mesmo tempo em que focaliza suas ações no acesso às práticas esportivas, o PST, também, permite a realização de manifestações no campo da educação, da cultura e da saúde, do que se depreende uma preocupação com a totalidade e complementaridade entre os diferentes direitos sociais.

Entretanto, ao analisarmos outras ações do programa, visualizamos um distanciamento entre proposição e implementação, bem como, uma definição conceitual que revela alguns pontos contraditórios, fatores que nos levam a questionar se algo similar pode ocorrer com as atividades “secundárias” do PST.

Antes de aprofundarmos o debate acerca do reforço escolar e das ações no campo da cultura e saúde, é essencial abrirmos um parêntese para abordar a questão do reforço alimentar e da distribuição de material esportivo, em virtude da importância conferida a essas ações, tanto pela gestão do programa quanto pela comunidade atendida.

“Agora um ponto positivo é essa questão do lanche, que é muito importante, às vezes, a gente acha que... muitos tem! Muitos vinham pra cá, tomavam café em casa, mas tinham muitos que vinham sem comer nada, principalmente nessas cidades Varjão, Santa Maria, parte que eles atenderam da Samambaia Sul. Lá embaixo, tinham uns que realmente vinham sem comer nada. Então era muito importante, mesmo a criança vindo pra cá, muitos vinham só porque tinha lanche. A gente cansou de ver criança falar “não tia, eu venho pra cá só porque tem lanche” tinha sábado que tinha criança que vinha só na hora do lanche pra lanchar e ia embora. E quando a gente ia ver, o menino tava sozinho com mais 3 irmãos em casa e ainda levava lanche pra casa, não participava porque não podia ficar porque tinha que cuidar dos outros irmãos, muitos, muitos, muitos. Fora que de perto da gente foram vários. Então um ponto positivo era muito bom essa questão de ter o reforço alimentar, entendeu?” (Coordenador 1).

De acordo com dados dos documentos oficiais do PST, o reforço alimentar deve ser ofertado três vezes na semana, no contraturno escolar. A logística de aquisição, preparo e distribuição do reforço alimentar ficam a cargo da entidade parceira do ME. Além disso, para a composição das refeições servidas o ME

recomenda que o cardápio seja elaborado por um nutricionista, apoiado por uma listagem de alimentos apresentada como um dos anexos do manual do programa.

Todavia, verificamos que o reforço alimentar não foi ofertado por todos os núcleos do programa, além de ter sofrido com problemas relacionados à qualidade nutricional do lanche servido.

Muitos núcleos não têm recebido reforço alimentar adequado às necessidades dos beneficiários do programa. O Ministério do Esporte repassa recursos aos convenientes para a compra e distribuição de merenda para os núcleos. Entretanto, a pesquisa postal indicou que 28,4% dos núcleos nunca receberam o reforço alimentar. Entre os que receberam, 39,2% disseram oferecer apenas biscoito com refrigerante ou suco, o que não atende ao objetivo do Segundo Tempo de promover hábitos saudáveis de nutrição. (BRASIL, TCU, 2006, p. 46a).

Segundo entrevista com nutricionista, a oferta repetida de biscoito e refrigerante supre somente as necessidades calóricas exigidas para a atividade esportiva, não podendo ser considerada uma boa prática alimentar, pois estão ausentes proteínas, fibras e vitaminas, entre outros nutrientes necessários às crianças. Isso contraria orientação da Organização Mundial de Saúde e mesmo do Manual de Diretrizes do Segundo Tempo, que preconiza a promoção de hábitos saudáveis de alimentação entre crianças e adolescentes. (BRASIL, TCU, 2006, p. 27).

Em resposta encaminhada ao TCU, o ME reconheceu que, devido a limitações financeiras, alguns núcleos não foram contemplados com o reforço alimentar, entretanto, o Ministério tem buscado alternativas para a solução desse problema, como, por exemplo, a suplementação de recursos junto ao Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ao mesmo tempo, o ME aponta a realização de visitas de fiscalização e acompanhamento dos núcleos, como procedimentos que possibilitem a garantia dos requisitos nutricionais mínimos aos alunos do programa. Primeiramente, precisamos questionar a característica dessas visitas, pois, entendemos que elas não devem ter unicamente um caráter fiscalizador ou coercitivo, mas sim de orientação e de troca de experiências e informação. Para além das visitas, seria recomendável que ME, por meio da SNEE, qualificasse e capacitasse os coordenadores e monitores dos núcleos, possibilitando que esses tivessem conhecimentos básicos sobre aspectos nutricionais.

Quanto ao material esportivo utilizado nas atividades do programa e pelos alunos atendidos, este é produzido pelas unidades do programa Pintando a Liberdade⁷⁰ e ofertado segundo critérios estabelecidos pelo ME, quais sejam: a) 10 bolas de cada modalidade, por núcleo de 200 alunos implantado, para as modalidades: Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futsal, Futebol de Campo; b) 01 par de rede para cada modalidade; e c) uma camiseta do programa para cada aluno cadastrado. Concomitantemente, o programa possibilita a aquisição de material suplementar para a realização de outras atividades esportivas e complementares.

Assim como verificado no reforço alimentar, o material esportivo foi alvo de algumas distorções e imperfeições. Entretanto, antes de entrarmos no debate sobre alguns problemas pontuais do material esportivo, é importante notarmos que há uma questão conceitual vinculada à definição e à determinação dos materiais a serem entregues aos núcleos. Como observamos que os materiais distribuídos representam apenas modalidades esportivas tradicionais, percebemos um fator limitador à criação e ao incentivo a outras modalidades esportivas, assim como, a diferentes manifestações da cultura corporal.

De acordo com o relatório da UNESCO, a *baixa qualidade e durabilidade do material* é um dos aspectos negativos do PST. O material esportivo distribuído aos núcleos do DF entrevistados, embora atendesse quantitativamente às demandas desses locais, eram de baixa qualidade, degradando-se rapidamente, o que acabou por comprometer, também, a questão da quantidade.

“A quantidade era [boa], mas a qualidade não.” (Coordenador 1).

“As bolas não são boas.” (Coordenador 1).

⁷⁰ O programa promove a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos. Além da profissionalização, os detentos reduzem um dia da pena para cada três dias trabalhados e recebem salário de acordo com a produção. A ação envolve pessoas em situação de risco social em fábricas de material esportivo. O programa objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e o seu ingresso no mercado de trabalho. Os rendimentos são divididos conforme a produção. O material feito nas fábricas dos dois programas (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés e bandeiras) é utilizado pelo Ministério do Esporte para a distribuição em núcleos dos programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade e em escolas e entidades sociais de todo o país e do exterior. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/pintando/>. Acesso em: 11 jun. 2009.

“Não. Ele (material esportivo) era suficiente, mas não tinha qualidade. Então, ele acabava não sendo suficiente.” (Coordenador 2).

Os problemas apontados acima foram, igualmente, identificados em outras regiões do país e não se resumiram à durabilidade, mas alertaram igualmente para a sua inadequação às diferentes faixas etárias dos alunos atendidos.

Todavia, alguns problemas foram diagnosticados durante a execução dos trabalhos. No quesito qualidade, a principal reclamação se refere à baixa durabilidade das bolas oferecidas. De acordo com a pesquisa postal, 63,8% dos coordenadores de núcleos declararam que o material estraga rapidamente e quase todos os coordenadores e monitores entrevistados revelaram que a durabilidade e a qualidade técnica das bolas são insatisfatórias. Particularmente criticadas foram as bolas de voleibol, por serem muito duras, mesmo para adultos, e as de basquete, por deformarem rapidamente. Um outro ponto levantado foi a falta de material direcionado para crianças menores de dez anos, para as quais a bola de tamanho oficial é muito grande e pesada. (BRASIL, TCU, 2006, p. 43).

A ausência de bolas ou a sua inadequação compromete a execução das atividades e desestimula a prática das modalidades. De acordo com pesquisa postal, 49,7% dos núcleos afirmaram que há prejuízo na oferta de atividades por conta de problemas no material esportivo. Em Londrina/PR, por exemplo, durante uma partida de voleibol com a bola do programa, observaram-se reclamações diversas entre as participantes. (BRASIL, TCU, 2006, p. 45).

Em resposta ao TCU, o gestor do Pintando a Liberdade justificou que a baixa durabilidade das bolas era consequência da matéria-prima utilizada até 2004. No entanto, atualmente, com a troca do material empregado na produção das bolas, essas passaram a contemplar o padrão técnico exigido nas licitações de prefeituras e governos estaduais. Ademais, é preciso reconhecer o relevante papel social cumprido pelo programa Pintando a Liberdade, que tem como objetivo principal a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos, oportunizando sua reinserção no mundo do trabalho após cumprimento da pena. Desse modo, não caberia cobrarmos desse programa a primazia pela qualidade técnica dos materiais esportivos produzidos.

Outra deficiência apresentada na distribuição do material esportivo, diz respeito a sua padronização e/ou uniformização. Os núcleos são contemplados com kits fechados, contendo bolas e redes. A justificativa da SNEE para essa dinâmica é promover a democratização e diversificação das modalidades esportivas ofertadas nos núcleos. Contudo, essa prática pode gerar efeitos

exatamente contrários àqueles pretendidos pela SNEE, bem como, ocasionar o desperdício e a ociosidade do material fornecido.

Após abordarmos as questões atinentes ao reforço alimentar e ao material esportivo, é forçoso atermo-nos à análise das ações complementares propriamente ditas, citadas no início deste subcapítulo e descritas nos manuais do programa. Focaremos nossa discussão, principalmente, no reforço escolar e nas ações culturais oferecidas pelos núcleos, uma vez que mais a frente desenvolveremos capítulo específico acerca da relação do PST com a saúde.

Os núcleos sob responsabilidade dos entrevistados ministravam, majoritariamente, modalidades esportivas tradicionais, como: voleibol, futebol, futsal e natação. Para além dos esportes, é importante destacar que todos os núcleos ligados aos coordenadores entrevistados disponibilizavam o reforço escolar como atividade complementar.

“A gente rodava mais nisso, era futebol, futsal, vôlei, era mais na área do esporte mesmo [...]” (Coordenador 1).

“A gente tinha atividades complementares que eram aulas de reforço, xadrez e capoeira.” (Coordenador 1).

“Natação. No primeiro projeto, natação, futebol, voleibol, handebol, reforço escolar, o reforço alimentar, né, e a informática. Tá? Isso no núcleo da Apcef, no primeiro. Em São Sebastião tinha todas as atividades, fora as brincadeiras também e fora outras atividades lúdicas que a gente utilizava, lá em São Sebastião não tinha a informática e no segundo projeto, também, a gente não teve a informática, por conta do laboratório, desses probleminhas.” (Coordenador 2).

A priorização de práticas esportivas nas atividades desenvolvidas nos núcleos do DF é reproduzida em outras regiões do país.

Dos 9 monitores entrevistados, foram obtidas as seguintes informações em termos das atividades esportivas oferecidas, pela ordem de frequência: futebol (6 núcleos), futsal (5), voleibol (3), basquetebol (3), handebol (3), queimada (3), e jogos de mesa (2). Mantêm-se as mesmas variadas combinações de outras modalidades já apresentadas anteriormente, com oferta eventual de capoeira, iatismo, atletismo, natação, dança, xadrez, ginástica e lutas. (UNESCO, 2005).

No entanto, diferentemente do que verificamos nos núcleos do DF, outras localidades não têm ofertado o reforço escolar aos alunos atendidos pelo programa.

Quanto ao reforço escolar, ficou claro nos relatos que são pouquíssimos os Núcleos de Esporte Educacional que oferecem. Nestes a percepção é a de que “ajuda muito na escola”. (UNESCO, 2005).

Quanto ao reforço escolar, segundo apareceu nos relatos, são poucos os Núcleos que oferecem. Nestes a percepção é a de que faz diferença no desempenho escolar dos alunos, mesmo não sendo esta a atividade mais apreciada pelos filhos. Por conta disso e pelo fato, como se verá abaixo, da percepção de que o desempenho escolar dos alunos do Segundo Tempo não necessariamente ter melhorado, atribuem importância relativamente grande a esta atividade complementar. (UNESCO, 2005).

Uma das recomendações realizadas pelo TCU à SNEE com o intuito de melhorar o desempenho do PST foi “orientar os coordenadores de núcleo a identificar e estimular a participação de alunos com dificuldades de aprendizagem e maior risco social”. Partindo da orientação dada pelo TCU e da constatação da UNESCO de que os estudantes do programa não tiveram expressiva melhoria no desempenho escolar, depreendemos o quanto é significativa a promoção do reforço escolar aos alunos atendidos pelo PST.

Entretanto, a carência de estudos sobre a proficiência do reforço escolar no combate a repetência e evasão nas escolas, bem como, no aperfeiçoamento do desempenho escolar dos estudantes, atua como fator limitador à discussão conceitual dessa ação e demonstra a dificuldade de estabelecermos uma relação direta entre esses fatores.

Os programas de reforço, em nosso meio, a princípio se apresentam como uma proposta que visa contribuir para o bom desenvolvimento escolar, contudo carecem de estudos sistemáticos que demonstrem a sua eficiência no que diz respeito aos aspectos psicológicos de crianças com dificuldade de aprendizagem. (OKANO et al., 2004, p.122).

Por conseguinte, no âmbito desta pesquisa, nos coube problematizar e questionar os mecanismos existentes para a concretização do reforço escolar e apontar a sua não oferta em algumas regiões. No entanto, não foi objeto de investigação deste estudo a efetividade desta atividade.

Em relação aos eventos culturais notamos que essas atividades não estão no leque principal de preocupações dos núcleos, com exceção de uma entidade ligada a um dos coordenadores entrevistados. Porém, essa entidade, que atualmente é uma ONG, nasceu de um grupo de quadrilha, o que pode explicar sua forte vinculação a outras práticas culturais diferentes do esporte.

Compreendemos que as práticas culturais desenvolvidas dentro do PST devem se pautar por uma concepção abrangente, plural e diversificada, que respeite a história local, ao mesmo tempo, que esteja receptiva às criações culturais contemporâneas. Defendemos esse entendimento, por acreditar que essa compreensão é a que guarda maior proximidade e coerência com o arcabouço teórico que fundamenta o PST.

Destacamos a relevante necessidade do PST de abrigar diferentes manifestações culturais, além das práticas esportivas desenvolvidas. A presença dessas atividades, em certa medida, significa o reconhecimento das diferentes culturas, da pluralidade das manifestações regionais, sociais e afetivas. Além disso, possibilita ao aluno a vivência e a descoberta das diversas possibilidades do movimentar-se, expressar-se e relacionar-se, engendrando um enriquecimento intelectual, cultural e social, que transcende o aprimoramento das capacidades físicas, mas não as exclui.

Finalmente, é mister frisar que a promoção de atividades complementares educacionais podem contribuir no desenvolvimento do exercício da cidadania, uma vez que oferecem meios de desdobramento da consciência crítica. Do mesmo modo, é imprescindível que as atividades culturais tenham como objeto o cultivo das identidades culturais locais, condição essencial para a construção de projeto próprio de desenvolvimento.

Até o momento, apresentamos os avanços, as distorções, os limites e as contradições presentes na *gestão* e no *modelo conceitual* adotados pelo ME para o desenvolvimento do PST. Vencida essa etapa, cabe-nos buscar esses mesmos elementos naquilo que materializa os aspectos anteriormente analisados, ou seja, os *efeitos* do PST. Para isso, devemos olhar para o “chão da quadra”, nesta pesquisa, os encarregados de nos mostrar essa visão serão os coordenadores de núcleos por nós entrevistados, bem como, aqueles ouvidos nos grupos focais utilizados na produção dos relatórios do TCU e da UNESCO.

CAPÍTULO IV – EFEITOS DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

4.1 – PST para quem?

As concepções epistemológicas e filosóficas que norteiam a criação do PST e a abordagem dada ao fenômeno esportivo conservam profunda relação com o público-alvo a ser atendido por este programa. Nesse sentido, o PST precisou fundamentar a definição dos cidadãos a serem atendidos numa justificativa de relevância nacional, que considerasse as disparidades regionais e as desigualdades sociais existentes no território brasileiro.

O Manual de Diretrizes e Orientações do Programa Segundo Tempo (2006) cita, em seu preâmbulo, que “o programa, ao oferecer atividades no contraturno escolar, tem a finalidade de contemplar a inclusão dos que se encontram fora da escola e que, provavelmente, são os que estão em **situação de vulnerabilidade social**”. (grifo nosso).

Todavia, o conceito de “situação de vulnerabilidade social” encontra-se fragilmente definido no documento produzido pelo ME, o que origina dificuldade para a percepção de seu emprego como parâmetro na delimitação dos estudantes atendimento pelo programa.

Situação (de vulnerabilidade social) que, no Manual Operacional do Programa Segundo Tempo, vem definida de maneira tão abrangente que virtualmente impossibilita sua definição operacional como estrato razoavelmente delimitado da população, ocasionando assim dificuldades até para se falar em focalização outra que não apenas relativa à faixa etária e à matrícula do beneficiário em escola pública. (UNESCO, 2005).

De acordo com os documentos oficiais, o PST estabelece o seguinte público-alvo:

Tem como público-alvo prioritário crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, localizados em área de risco social; bem como aqueles que estão fora da escola, de forma a oportunizar sua inclusão no ensino formal. (BRASIL, ME, 2006).

Inicialmente, para debatermos a questão do público-alvo do programa, faz-se oportuno apresentar a concepção do ME e da SNEE sobre o significado

de “risco social”. Segundo os quais: “Entende-se risco social todas as situações que expõem a vida das crianças, adolescentes e jovens a perigo constante”. Nesse sentido, é relevante destacarmos que de acordo com o Relatório do TCU, dados apresentados pela SNEE informam que:

[...] a revisão do PPA em 2005, feita pela Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, operacionalizou a mensuração do critério de risco social por meio do indicador de desempenho “Taxa de Atendimento a Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade social”. Esse indicador é definido como o percentual de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade, com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo, atendidos pelo programa. (BRASIL, TCU, 2006, p. 19).

O enfoque no atendimento a crianças, adolescentes e jovens residentes em áreas de risco social é considerado pelo TCU como uma das principais inovações do PST em relação ao seu programa antecessor.

As principais inovações do atual programa são: [...] priorização do atendimento a áreas de risco social, principalmente em escolas estaduais e municipais do ensino fundamental localizadas nas 26 capitais e Distrito Federal, muito embora continue atendendo aos demais municípios remanescentes do programa anterior. (BRASIL, TCU, 2006, p. 22).

Ao mesmo tempo, o Relatório do TCU destaca que o Manual de Diretrizes do Segundo Tempo recomenda o uso de alguns critérios para escolha dos alunos a serem atendidos pelo programa. Entre eles, encontra-se a presença do estudante em maior situação de risco social.

Contudo, verificamos que, em determinados casos, há a ausência de vinculação do programa com as necessidades pedagógicas e sociais dos estudantes atendidos, uma vez que alguns núcleos de atendimento não têm adotado escala de critérios para escolha dos alunos. Os participantes do programa são, muitas vezes, estabelecidos levando-se em conta apenas a ordem de inscrição. Esse desarranjo pode ser visto como um desvirtuamento da função social do PST, já que aqueles que deveriam e poderiam se beneficiar da perspectiva inclusiva do programa acabam sendo tolhidos.

De forma geral, os núcleos visitados estão atendendo crianças e adolescentes carentes. Entretanto, entrevistas com a maioria dos coordenadores revelaram que os atendimentos são feitos levando-se em conta apenas a ordem de inscrição dos interessados. Não é desenvolvido um trabalho visando envolver alunos com dificuldades de aprendizado ou em situações de maior risco social, como quadros de desestruturação familiar ou exposição à violência e drogas. A pesquisa postal mostrou situação semelhante: 53,8% dos núcleos pesquisados

fazem o atendimento por ordem de chegada e apenas 11,4% priorizam alunos com maior dificuldade de aprendizagem. (BRASIL, TCU, 2006, p. 32a).

Os coordenadores entrevistados disseram que, normalmente, os alunos são convidados para participar do Segundo Tempo sem que haja articulação prévia com a direção da escola para identificar e atrair crianças e adolescentes com maior dificuldade de aprendizado ou risco social. (BRASIL, TCU, 2006, p. 32b).

Portanto, entendemos que caberia à SNEE estabelecer diálogos com a produção científica e acadêmica das universidades, com os institutos de pesquisas sociais, com as entidades que atuam nas chamadas áreas de risco social e, finalmente, com a própria comunidade atendida, com o intuito de edificar uma definição mais clara e completa dos conceitos de vulnerabilidade e risco social, discutindo-os, por meio das capacitações e congressos, com coordenadores e monitores de núcleo. Acreditamos que essa ação somada a um acompanhamento mais próximo dos núcleos pelo ME, poderia minimizar as distorções encontradas no processo de seleção das crianças, adolescentes e jovens a serem atendidos pelo programa. Esse debate será aprofundado no próximo capítulo deste trabalho.

Por fim, é apropriado destacarmos que a lógica de atendimento prioritário a estudantes localizados em área de risco social não pode constituir-se em mero assistencialismo, amparado numa lógica compensatória, que banaliza a pobreza e a situação em que essas crianças se encontram. Pois, como nos lembra DEMO (1994, p. 32): “Se é certo que em muitos países avançados a pobreza é residual, aqui (Brasil) não é o caso. Ao contrário, pobreza aqui não é emergência, mas profunda estrutura”.

Portanto, um programa socioesportivo da abrangência e relevância do Segundo Tempo deve preocupar-se com seu legado, construindo condições que o transformem num serviço permanente e o protejam das efemeridades e vaidades político-partidárias. Somente nessa perspectiva é possível pensar que a conta, dessa vez, não será paga pelo cidadão, que se torna refém do processo de descontinuidade das políticas públicas e sociais.

4.2 – A democratização e/ou massificação?

Analisar os efeitos do PST constitui-se em complexa tarefa, uma vez que carecemos de estudos na área social e na Educação Física para o desenvolvimento de indicadores que permitam esse tipo de avaliação. Além disso, o próprio ME estabelece critérios que dificultam um estudo de caráter qualitativo dos resultados alcançados pelas ações do PST.

Após processo de avaliação conjunto com o Ministério do Planejamento, o Programa Segundo Tempo passou a ter dois indicadores de desempenho: Taxa de Atendimento a Crianças e Adolescentes e Taxa de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social. A fórmula de cálculo é a relação percentual entre o número de crianças e adolescentes atendidos pelo programa e o total de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos matriculados no ensino fundamental e médio nas escolas públicas do Brasil. No caso do segundo indicador, a vulnerabilidade social é definida como possuir renda familiar per capita de até meio salário mínimo. [...] **Trata-se, portanto, de indicadores de cobertura de atendimento que, embora necessários, não são suficientes para avaliar o desempenho das ações do programa, nem a efetividade da política pública de incentivo ao esporte como meio de inclusão social.** Nesse sentido, encontra-se em implementação trabalho coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para a definição de indicadores de desempenho que possibilitem a avaliação do programa. Seu cronograma prevê a apresentação inicial de alguns indicadores em setembro de 2005 e a conclusão do piloto de amostragem e análise dos dados em janeiro de 2006. O custo estimado é de R\$ 658.764. (BRASIL, TCU, 2006, p. 55). (grifo nosso).

A parceria citada no trecho acima envolvendo o ME e a UNESCO, apesar de acahado êxito no estabelecimento de indicadores, não viabilizou a construção de mecanismos que permitissem avaliação processual dos efeitos do PST. Os relatórios produzidos pelo organismo internacional demonstram clara preocupação com a mensuração de aspectos puramente quantitativos, que possibilitassem aferir a eficiência e eficácia do programa. A maior prova de que os estudos desempenhados pela a UNESCO não foram satisfatórios para os fins almejados pelo ME é que nenhum material chegou a ser publicado oficialmente.

“Na realidade, como eu te falei, acho que em uma das primeiras falas que eu fiz aqui, essa questão da avaliação de programas esportivos sociais, ainda é uma coisa muito principiante. E isso a gente já fala, eu digo essa frase “avaliação de programas sociais é uma coisa muito incipiente”, eu já falo essa fala há mais de trinta anos. E a gente não teve muitos avanços, te digo que não teve. No trabalho que a gente fez com a Unesco, avançou em termos de apontar possibilidades de indicadores, mas não de propor uma avaliação, né, acho que avançou nessa questão de indicadores e tomou como base programas sociais já desenvolvidos, os indicadores de outros países e de outros estados do Brasil

e desenhou uma série de indicadores, aos quais o Ministério pode ou não fazer uso. Entretanto, essa questão da avaliação nesse ano, ou melhor, em 2003-2006, ela ainda foi muito fraca, a gente começou esse processo com a UNESCO nesse período. Nesse período anual de 2003 a 2006! Foi de 2004 a 2006 eu acho, foram dois anos que a gente sentou com a UNESCO, debateu o programa, nesse meio tempo a gente teve reestruturações tanto na parte de desenho do programa quanto na parte de operacionalização do programa e isso interferiu no desenho dos indicadores, então assim, essas reestruturações por mais que sejam qualitativas, nesse processo de avaliação, elas acabam interferindo, então tem que praticamente começar do zero uma análise de avaliação de novo. Então isso é um processo que está caminhando, e te digo que a gente ainda não tem um desenho de avaliação do programa, e te digo que os indicadores, que a gente usa hoje, são indicadores ainda muito superficiais, os indicadores são mais indicadores físicos não entram muito na questão qualitativa, entram mais na questão quantitativa.” (Gestor 2).

A despeito das dificuldades apresentadas acima, esta parte do quarto capítulo, pretende dedicar-se especificamente à análise da democratização do acesso às práticas esportivas, destacando as contradições existentes entre o proposto nos documentos oficiais, o arrazoado pelos discursos e o realizado nos núcleos de esporte educacional. Pressupomos que ao lançarmos os “holofotes” sobre as contradições presentes, conseguiremos, ainda que introdutoriamente, apontar os efeitos relativos à democratização esportiva alcançados pelo programa.

Independentemente de este capítulo focar os efeitos resultantes das ações do PST, a análise acerca da democratização das práticas esportivas deve ser precedida de uma discussão sobre os aspectos teórico-conceituais que a circundam, identificando se o discurso apresentado em sua defesa resume-se a mero exercício de retórica ou está alicerçado na garantia do esporte como direito social. Esse debate, ainda que realizado sucinta e genericamente, é fundamental para identificarmos os resultados alcançados pelo PST na consolidação desse objetivo.

A democratização do acesso à prática esportiva merece cuidadosa apreciação, por configurar-se a principal justificativa para implantação do PST. O relatório do TCU (2006, p. 31) relata que: “O Segundo Tempo tem como princípio democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional e de cidadania”.

O preâmbulo do Manual do PST (2006) descreve que o programa foi instituído com o objetivo de “democratizar o acesso à prática esportiva e de lazer” com o propósito de cumprir a missão do ME “de assegurar o acesso de todos às atividades esportivas e de lazer, como parte da obrigação do governo de contribuir para a redução do quadro de injustiças, de exclusão e vulnerabilidade social que aflige boa parte da população brasileira”.

No entanto, precisamos estar conscientes de que a perspectiva de democratização do acesso aos fenômenos esportivos e de lazer pode relacionar-se a distintas visões sobre as finalidades do esporte.

Se por um lado, a democratização pode caminhar no sentido de solidificar a garantia do acesso ao esporte enquanto direito de todo cidadão, por outro lado, pode vincular-se ao antigo modelo esportivo piramidal, no qual as escolas e núcleos do programa estariam na base da pirâmide a serviço do esporte de rendimento, revelando de novos talentos esportivos. Diante deste contexto, teríamos um quadro em que a perspectiva da *democratização* acaba sendo vista como sinônimo de *massificação*.

Com isso, o parceiro de interação do Estado, para assuntos de esporte, sempre foi a organização ou os elementos do sistema esportivo nacional construído exatamente para tal. Assim, hoje existe uma dificuldade enorme do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial e, também, a enorme dificuldade de superar o modelo de pirâmide, que coloca como coroamento do esporte a obtenção de resultados internacionais (estaduais e municipais) expressivos, porque é dessa forma que o retorno em termos de capital simbólico, traduzível em capital político, para o sistema político, se efetiva. **Massificar, sim, para termos mais heróis!** (BRACHT, 2005, p. 86). (grifo nosso).

Durante o processo de elaboração e formatação dos documentos oficiais, que orientam o PST, é manifesta a preocupação com o emprego e coesão dos termos e conceitos que os compõem. No entanto, as ações promovidas pelo ME são, fortemente, influenciadas pelas relações de poder, ditadas por uma correlação de forças que abriga os interesses públicos e privados ligados à esfera esportiva e às diferentes entidades e organizações vinculadas ao setor.

Nesse sentido, é evidente que o movimento de acomodação dos diversos interesses relacionados ao campo esportivo, também, se faz presente na

construção dos documentos oficiais e materiais instrucionais do PST, conforme ilustra o caso abaixo.

Depois de lançadas as cartilhas do curso de capacitação de instrutores para o projeto Segundo Tempo — atividade do Ministério do Esporte que mantém os estudantes nas escolas por mais um período —, o ministro Agnelo Queiroz mandou retirá-las de circulação. Motivo: uma citação de tendência marxista no volume sobre “Esporte e Sociedade” deixou a direção do Conselho Federal de Educação Física indignada. A frase é a seguinte: “Importa menos se a educação esportiva seja ministrada por professores, instrutores (não formados em Educação Física), monitores (estagiários) ou ex-atletas e/ou agentes comunitários. O que é necessário compreender é o alcance social da presente capacitação e sua inserção no programa Segundo Tempo⁷¹”.

Em relação à conceituação da democratização do acesso às práticas esportivas e de lazer, verificamos a preocupação de vincular a proposta de mudança no trato dado ao esporte com às teorias e os conceitos produzidos pelo campo progressista da Educação Física, que defendem a abordagem ao fenômeno esportivo próxima da adotada no PST. Dentro dessa perspectiva, identificamos uma cautela da equipe responsável pela gestão do PST em evitar a utilização do termo “massificar o esporte”.

“Houve um cuidado de não escrever e de não falar essa palavra: “massificar o esporte”, era sempre democratizar o acesso ao esporte. Eu acho que isso não resolve o problema, mas ameniza, porque se você fala em democratizar o acesso ao esporte, você está dizendo que o governo em um período, não de 4 ou 8 anos, mas num período de tempo ele vai dar possibilidade das pessoas terem acesso a práticas esportivas diversificadas.” (Gestor 1).

Se na análise conceitual da elaboração dos documentos oficiais do programa conseguimos facilmente distinguir a atribuição de dois significados distintos à democratização do acesso à prática do esporte, na execução do PST, a possibilidade de duplicidade no tratamento do processo democratizador das práticas esportivas não aparecem de forma tão clarificada e dissipada. Possivelmente, um dos motivos que dificultam a clareza quanto às premissas que orientam o princípio democrático ligado ao esporte, esteja na própria generalidade e amplitude do objetivo almejado pelo PST.

“Esse objetivo, eu acho que ele não deveria ser tão amplo dessa forma. Mesmo o acesso democrático, na minha opinião, é um objetivo quase inatingível se você medir, por exemplo, o que é o interior do Brasil, né? Entretanto, tem a

⁷¹ “Circulação de livro suspensa às pressas”, matéria publicada no caderno “Esportes”, do jornal Correio Braziliense, em 24 de junho de 2004. Disponível em: <http://buscacab2.correioweb.com.br/correio/2004/06/24/A44-2406.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

parte política, né? Ninguém é maluco de estar no governo, de ter o poder na mão e dizer assim: “não, eu não vou democratizar o acesso”. Então a gente tem esse cuidado, e veja, atingir 1 milhão de crianças no programa virou uma coisa fantasiosa, porque além de tudo é pouco, né? Se você for considerar, é pouco atingir uma milhão de crianças, mas na realidade é uma cifra monstruosa. Então as pessoas passaram, no meu modo de ver, a correr atrás da quantidade em detrimento da qualidade.” (Gestor 1).

A fala do gestor acima, além de problematizar a questão acerca da magnitude do objetivo de democratizar o esporte no Brasil, demonstra que essa tarefa pode ser realmente mera retórica, uma vez que, pautada por interesses políticos, busca apenas levar à população o discurso por ela esperado. Fica visível que não há uma (pré)ocupação com as condições materiais necessárias para a consolidação do objetivo delineado, bem como com a qualidade das ações do programa. Portanto, a preocupação existente resume-se a como fazer do PST um eficiente instrumento de propaganda política. Essa distorção e a utilização propagandística do programa serão amplamente debatidas na parte final deste capítulo.

Neste universo de conflito e/ou diversidade conceitual e de difusos interesses atrelados ao PST, constatamos que os discursos e as ações, relativas à consecução da democratização esportiva, acabam caracterizando-se por um desconhecimento ou multiplicidade teórica, onde os diferentes conceitos (democratização e massificação) são empregados como se ambos visassem objetivos idênticos.

Inicialmente, verificamos que para os gestores do PST parece inegável que a democratização esportiva empreendida pelo programa não se relaciona à disseminação da perspectiva do alto rendimento. Contudo, um dos gestores entrevistado confirmou que a massificação esportiva tratava-se do principal objetivo do PST, no entanto, posteriormente, encarregou-se de esclarecer que o programa não focava suas ações na procura pela massificação das modalidades esportivas amparadas pelo modelo de alto rendimento.

“Eu acho que esse (massificar o esporte) é o objetivo principal do programa, mas existe uma confusão muito grande em termos da interpretação do que você entende por esporte, por exemplo, quando você fala massificação do esporte na teoria, no referencial teórico da literatura da EF, massificação do esporte é você massificar as modalidades do esporte de alto rendimento, e esse não é o foco do PST e jamais foi, apesar de saber e ter conhecimento de que alguns projetos desenvolvidos na ponta, que a gente destacou recurso,

realizavam escolinhas, ao invés de realizar realmente e de desenvolver uma metodologia de esporte educacional, que é aquele esporte onde eu não necessariamente vou desenvolver só a técnica da modalidade ou das modalidades, que o foco não é desenvolver uma modalidade o foco é desenvolver e oportunizar o trabalho com várias modalidades, mas o foco com esse trabalho com várias modalidades é você desenvolver a cidadania, você desenvolver a atuação do ser humano junto ao contexto da escola, junto ao contexto da comunidade, então não simplesmente a modalidade, mas você também levar a capacidade técnica de desenvolver a modalidade mas como uma forma de a partir do esporte, das modalidades até, você também desenvolver disciplina, você também desenvolver cidadania, você desenvolver participação, interlocução, vários outros valores que o esporte pode possibilitar.” (Gestor 2).

“O Segundo Tempo não tem como objetivo descobrir novos talentos no esporte, mas apenas dar acesso à prática esportiva para jovens que não têm essa oportunidade na comunidade onde moram”, explicou Júlio César Soares, diretor do programa⁷².

Entretanto, a perceptibilidade quanto aos princípios que guiam a democratização do esporte apresentada na fala dos gestores acima e nos documentos oficiais do programa não está presente quando realizamos o cruzamento entre o que é proposto pelos conteúdos trabalhados na capacitação do PST e as exigências requeridas pela SNEE para o estabelecimento dos convênios.

“Eu não entendo muito essa questão do Ministério, porque ao mesmo tempo que o Ministério cobra que o esporte seja aberto, que ele seja...como é que posso colocar... da mesma forma que ele cobra que seja aberto, que seja livre, ele cobra a questão da gente estar cobrando a presença dos alunos lá no campo, entendeu? A gente tem a visão, pelo menos eu e o pessoal que trabalhou comigo, de que teria que ser mais lazer, de que a criança não teria que ser obrigada a estar ali, que ela ir pra ali o dia que ela quiser, mas o Ministério não.” (Coordenador 1).

“[...] a proposta do Segundo Tempo é diferenciada do que ele é...a proposta do projeto não bate com a proposta pedagógica do CEAD. Entendeu? São propostas pedagógicas diferentes. Um é de incentivar o desenvolvimento motor independente de atividade, não ficar preso a atividades como o futebol e voleibol, usar a ludicidade, né, usar o ensino aberto. Isso é a proposta do CEAD. Já a proposta do Segundo Tempo não, é futebol, voleibol. Se você foge um pouco disso, você fica até com dificuldades para aprovar o projeto.” (Coordenador 2).

Analisando as falas acima, inferimos que a SNEE – preocupada em garantir que a implantação dos núcleos atendessem às exigências estabelecidas

⁷² “Visão mundial”, matéria publicada no caderno “Esportes”, do jornal Correio Braziliense, em 02 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/02/02/a30-0202.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

no manual do programa como, por exemplo, a oferta mínima de 2 modalidades esportivas coletivas e 1 modalidade individual – acabou transmitindo aos parceiros que as atividades não-esportivas deveriam ser preteridas em prol das modalidades esportivas tradicionais.

Esse reforço ou incentivo à utilização de atividades esportivas, por vezes, amparadas no modelo esportivo de alto rendimento ou espetáculo e tendo como fim a busca pela descoberta de talentos esportivos, pode ser igualmente identificada em falas de atores envolvidos no programa sejam eles: políticos, gestores governamentais, coordenadores, monitores, pais e estudantes.

O presidente disse que tem observado a precariedade das instalações esportivas nas escolas que visita. É nesses locais que ele quer concentrar o ponto de partida para identificar talentos, como ocorre nas principais potências olímpicas mundiais, até chegar a um centro nacional de treinamento, “como fez a Austrália”, afirmou. Para o presidente Lula, “a escola é a base que deve ser criada para as crianças fazerem a opção por um esporte”. “Porque esporte não são só as medalhas, são principalmente os atletas, como vocês, que simbolizam a parte saudável do país e os que nos dão exemplos⁷³”.

“Esse trabalho representa mais saúde, responsabilidade e qualidade de vida para essas crianças. Além disso tudo, **existe a possibilidade de descobrirmos aqui grandes talentos para o esporte nacional**”, completa o professor Raimundo⁷⁴. (grifo nosso)

“Funcionamos como olheiros. As crianças que levam jeito para kung fu vão treinar na academia. Lá, ganham uniforme importado e acompanhamento”, explica Eduardo⁷⁵.

Na cidade baiana de Bom Jesus da Lapa, perseverança é o que não falta entre os jovens que praticam defesa pessoal no Programa Segundo Tempo. Três estudantes são mostras reais de que no campo também se formam atletas. Em julho deste ano, eles disputaram no Ginásio do Ibirapuera (SP), o Brazil Open Mundial de Taekondo 2006, juntamente com mais 800 tecondistas de diversos países como Argentina, Chile, Coréia, Japão e Estados Unidos⁷⁶.

No Programa Segundo Tempo, **o espírito olímpico que motiva o atleta vencedor também norteia o aluno promissor**. Morador do Assentamento do Varjão, periferia de Brasília (DF), Gustavo Gomes, 16 anos, encontra no

⁷³ “Assunto de Estado”, matéria publicada no caderno “Esportes”, do jornal Correio Braziliense, em 10 de julho de 2004. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2004/07/10/A33-1007.pdf>. Acesso em: 09 fev 2009.

⁷⁴ “Livres para velejar”, matéria publicada no caderno “Cidades”, do jornal Correio Braziliense, em 12 de março de 2005. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/03/12/A32-1203.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

⁷⁵ “Verbas confinadas no Distrito Federal”, matéria publicada no caderno “Política”, do jornal Correio Braziliense, em 27 de março de 2006. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2006/03/27/as06-2703.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

⁷⁶ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 13 de setembro de 2006, com o título “Jovens do Segundo Tempo de Lapa (BA) sobem ao pódio no Mundial de Taekon-dô”.

esporte a esperança de melhorar a vida. Apesar de treinar há pouco mais de um ano, Gustavo conseguiu a façanha de subir ao pódio e conquistar o terceiro lugar na Copa do Mundo de Jiu-Jitsu Olímpico, realizada em julho, em Niterói, Rio de Janeiro⁷⁷. (grifo nosso).

Em menos de um ano de aulas esportivas, os alunos da unidade Resgate da Vida levantaram a bandeira do Segundo Tempo. A equipe masculina conseguiu o quinto lugar nos jogos da Liga Desportiva do Paranoá, e a feminina, o vice-campeonato dos jogos do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (Defer/DF). Atualmente, Tiago Justino, 17 anos, Rodrigo Viana, 16 anos, Vancris Alves, 15 anos e Roberto Parreiro, 14 anos, apresentaram potencial esportivo e foram selecionados para participar gratuitamente da escolinha do Gama Futebol Clube. **“Eles passarão por uma peneira que vai detectar aqueles que podem participar do time da segunda divisão do Distrito Federal como profissionais”**, explica Manoel Cardoso⁷⁸. (grifo nosso).

Programas sociais de práticas esportivas estão sendo utilizados por clubes profissionais para seleção de jovens atletas. Essa ação caça-talentos já está sendo posta em prática na cidade de Mira Estrela, interior de São Paulo, onde mais de 300 estudantes são avaliados durante a realização de campeonatos regionais e amistosos de futebol. Os alunos são beneficiados pelo Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, em parceria com a Prefeitura Municipal⁷⁹. (grifo nosso).

Os trechos destacados apresentam como característica comum o entendimento de que o PST e a escola, também, estão facultados ao atendimento dos anseios dos setores ligados ao esporte de alto rendimento. Essa compreensão aponta para a esportivização das práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Educação Física, bem como, realça uma aguda contradição no interior do PST. Nesse sentido, reconhecemos em algumas falas uma falta de clareza em relação ao entendimento de democratização das práticas esportivas almejada pelo PST, esse desconhecimento exige uma discussão mais profunda acerca do conteúdo dessas falas.

O primeiro fragmento textual, que traz alguns trechos da fala do presidente Lula⁸⁰, demonstra que ao mesmo tempo em que dissemina a ideia de uso do esporte como meio de promoção a inclusão social, contraditoriamente, permanece, ao menos para o presidente, a opinião de que as escolas devam ser

⁷⁷ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 23 de agosto de 2006, com o título “Jovem do Segundo Tempo conquista terceiro lugar em Mundial de Jiu-Jitsu”.

⁷⁸ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 14 de março de 2005, com o título “Segundo Tempo no DF combate desnutrição e forma campeões”.

⁷⁹ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 07 de outubro de 2004, com o título “Programas sociais revelam talentos do esporte”.

⁸⁰ Com relação à análise dos discursos presidenciais relacionadas ao esporte, veja-se Boudens (2007).

espaços destinados à revelação de jovens talentos esportivos. O entendimento anunciado pelo presidente retoma antiga constatação divulgada por Bracht (2005, p.12) de que “a manifestação do esporte que ainda fornece o modelo para o esporte escolar é o de alto rendimento”, desrespeitando a autonomia da escola enquanto instituição social que apresenta códigos e valores próprios. (BRACHT, 1992). Essa compreensão alinha-se ao conjunto teórico do campo conservador do setor esportivo, que procura, segundo Bracht (2005), instrumentalizar a escola para que esta socialize consumidores e praticantes.

As demais falas apresentam quadro preocupante relacionado às atividades do PST que vêm sendo desenvolvidas nos núcleos de esporte educacional. Embora os documentos oficiais e os gestores do programa se empenhem em reforçar a ideia de que o PST não se destina à propagação do esporte de rendimento e não visa o descobrimento de talentos esportivos, parece que esses objetivos têm sido a tônica do trabalho de alguns núcleos do programa.

Corroborando a desconfiança acima elencada, os autores Nunes Jr. & Amaral (2008, p. 8), ao analisarem o PST na cidade de Campinas, chegaram à conclusão de que:

[...] as promessas da funcionalidade democrática da instituição esportiva de reduzir a distância entre classes, multiplicar os contatos entre os indivíduos, promover mobilidade social e abolir as discriminações sociais (BROHM, 1982), fazem com que seja feita uma projeção sobre cada criança e adolescente que aposte na prática esportiva como uma ponte para o famigerado caminho de sucesso na vida. Em certa medida, neste âmbito o Segundo Tempo não deixa de ocupar a posição de base na pirâmide esportiva em Campinas. Por trás de seu caráter socializador, estão inseridos vários interesses diretamente ligados às funções da instituição esportiva dentro de um modelo de estado que se apresenta democrático-participativo.

Um primeiro olhar sobre os discursos destacados, além de evidenciar a ocorrência de uma distorção acerca dos objetivos do PST, do mesmo modo, demonstra que a proposta inicial do PST, de que os alunos com aptidões para a realização de determinadas modalidades esportivas deveriam ser encaminhados a centros e escolinhas especializadas no treinamento e formação de atletas, não tem sido adotada. Na realidade, o que vemos é uma exploração midiática, tanto por parte dos núcleos (parceiros) como do próprio ME, dos resultados esportivos

alcançados por esses jovens em competições nacionais e internacionais, o que constrói a imagem de que o ME e a SNEE estejam promovendo uma relação direta entre o sucesso do programa e a obtenção de resultados expressivos em eventos e campeonatos esportivos.

O crescimento dos números apresentados pelo ME e SNEE relacionados ao atendimento do PST, sugere que o programa tem avançado na construção de alicerces que permitam o alcance da democratização do acesso às práticas esportivas.

Além da prática desportiva, o programa assegura no País, a **750 mil jovens carentes** através de parcerias, a alimentação, uniforme e material esportivo, reforço escolar, noções de saúde e higiene. As atividades acontecem em horário oposto ao turno escolar e são acompanhadas por um coordenador (professor de Educação Física) e quatro (monitores) disponibilizados pelo Ministério, em cada núcleo implantado⁸¹.

Atualmente, **800 mil crianças** participam do projeto, que orienta a aplicação de recursos, a fim de garantir equipamentos e materiais, e contribui para a formação de monitores⁸².

Hoje, o Programa Segundo Tempo atende a **um milhão de crianças** em mais de 600 municípios brasileiros. Em Brasília e no Entorno, o número de contemplados é de 47 mil⁸³.

“O Orlando Silva sabe da responsabilidade do Ministério do Esporte que é ter um programa que atende **1,3 milhões de jovens e adolescentes** em todo o Brasil”, disse Lula⁸⁴. (grifos nossos).

No entanto, o conteúdo das falas acima nos transmite uma proeminente apreensão em relação à ampliação do atendimento do programa, caracterizada pela forçosa busca pelo alcance de determinados quantitativos, tais como: “um milhão” ou “um milhão e trezentos”. Este entusiasmo pelos números, novamente, denota uma acentuada vigilância ao aspecto quantitativo do programa, ao passo que as questões qualitativas são preteridas sem receberem o devido acompanhamento. Nesse sentido, mesmo que os objetivos do PST explicitem o contrário, de fato verificamos que a democratização do acesso ao esporte

⁸¹ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 26 de maio de 2004, com o título “Novas parcerias incrementam Segundo Tempo em Santa Catarina”.

⁸² Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 25 de outubro de 2004, com o título “ME e Unesco firmam parceria para consolidar Segundo Tempo”.

⁸³ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 23 de março de 2005, com o título “Mais de 200 jovens ganham reforço alimentar do Segundo Tempo”.

⁸⁴ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 22 de junho de 2006, com o título “Lula destaca Segundo Tempo na Semana Antidrogas”.

representa a extensão do programa para que essa maximização do atendimento possa ser explorada política e propagandisticamente.

Além disso, precisamos destacar que a pouca confiabilidade da base de dados do ME, assim como, o não atendimento de alguns núcleos do PST ao quantitativo mínimo (200 alunos por núcleo) estabelecido pelo ME, nos remetem ao questionamento sobre o grau de credibilidade das cifras destacadas pelo ministério.

As informações contidas na base de dados do Segundo Tempo apresentam baixa confiabilidade. O cadastro do programa contém, entre outras informações, o registro dos núcleos implantados, com seus respectivos endereços e profissionais em atuação. Contudo, o uso da base de dados para o envio dos questionários postais revelou diversas inconsistências (...). (BRASIL, TCU, 2006, p. 53)

A dificuldade na obtenção de dados atualizados e confiáveis sobre o PST guarda estreita relação com o fato de que os critérios de atualização do sistema informatizado de cadastramento são ineficazes. Por isso, a UNESCO propôs um sistema informatizado como peça central de metodologia de avaliação que se encontra em desenvolvimento para o PST. (UNESCO, 2005).

A maior parte dos núcleos não tem observado todos os requisitos do programa. Segundo o Manual de Diretrizes do Segundo Tempo, os núcleos devem observar algumas condições: atender pelo menos 200 crianças; oferecer atividades esportivas no mínimo três vezes por semana e duas horas por dia; e oferecer pelo menos duas atividades coletivas e uma individual. Porém, as visitas de estudo revelaram que os núcleos não estão cumprindo todos esses requisitos. A pesquisa postal indicou que 49,9% dos núcleos pesquisados atendem menos de 150 crianças. (BRASIL, TCU, 2006, p. 30).

Chama a atenção ainda o fato de que 3 dos 9 Coordenadores de Convênio entrevistados não souberam responder quantas crianças estão matriculadas nos Núcleos vinculados a seus convênios. Em apenas um dos casos para os quais há dados, o número de crianças atendidas é maior que o número de crianças cadastradas (São José do Rio Preto). Também em 3 dos 9 convênios, nem todas as crianças atendidas estão devidamente cadastradas. Segundo as informações levantadas, são 65.722 as crianças e adolescentes atendidos nos convênios selecionados, ressaltando-se a ausência de dados para 3 convênios. (UNESCO, 2005).

Considerando as discussões e problematizações apresentadas até o momento, precisamos reconhecer que o PST tem avançado no seu propósito de democratizar o acesso às práticas esportivas, o que se evidencia pela relevante amplitude do atendimento realizado pelo programa. Todavia, devemos estar atentos para a diferenciação entre tendências autenticamente democráticas e outras em que o *slogan* da democracia, pela sua aceitação universal, sirva a

outros propósitos. Respeitando essa perspectiva, é possível visualizarmos que ao se destacar o êxito do PST, amparados apenas pelo número de alunos atendidos, ratificamos o quanto a democratização do programa encontra-se fortemente ligada a uma abordagem quantitativa, os dígitos apresentados são empregados como mero instrumentos de propaganda política e de gestão do ME e, por vezes, do próprio governo.

Desse modo, para que o PST não esteja sujeito a uma visão amparada no modelo gerencial e a uma exploração midiática de fundo político, necessitamos incorporar os debates já realizados no campo educacional, em que a luta pela democratização do ensino público não se traduz apenas na defesa pela universalização do acesso, mas preocupa-se com a qualidade social da educação a ser socializada aos alunos, bem como, com a permanência dos estudantes na instituição escolar e com a saída dos egressos para o mundo do trabalho. Destarte, carecemos de discussões e ações dentro do PST que não se pautem unicamente por metas numéricas, mas que estejam eminentemente ligadas à problematização das finalidades e à garantia da qualidade social das práticas esportivas desenvolvidas pelo programa.

Nesse sentido, defendemos que, se realmente devemos estar aprisionados a um determinado padrão ou arquétipo, que norteie as atividades desenvolvidas pelos núcleos do PST, esse padrão não pode ser o modelo do esporte de alto rendimento. A vinculação das práticas do PST ao esporte de rendimento ou espetáculo engendra a esportivização da cultura corporal de movimento, contribui para o desrespeito aos preceitos constitucionais de alocação prioritária dos recursos no esporte educacional, assim como, afasta as atividades promovidas pelos núcleos dos impactos apontados nos manuais e documentos oficiais do programa, como, por exemplo, a questão da inclusão social das crianças e adolescentes expostos a áreas de risco social.

Por fim, ressaltamos que a defesa da democratização do acesso às práticas esportivas deve pautar-se por uma concepção verdadeiramente democrática. Isso significa que os princípios que caracterizam a democracia devem estar presentes nas ações do PST, ressalva válida tanto para a esferal

governamental quanto para as unidades descentralizadas. Para ilustrar nossa consideração é mister trazermos ao panorama dessa discussão a ponderação realizada por (VAZ, 2001). Pois, de acordo com o autor: “é fundamental, nesse sentido, que todos os segmentos sociais sejam participativos, tanto na formulação quanto na condução e no controle das políticas públicas no campo das políticas corporais⁸⁵”.

Nesta parte do trabalho, visualizamos, a partir da apreciação do aspecto da democratização do acesso às práticas esportivas, que a presença de determinado objetivo no interior do PST, ainda que amparado conceitualmente numa abordagem social do fenômeno esportivo, não avaliza que os efeitos resultantes das ações dos núcleos de esporte educacional caminhem no mesmo sentido. Dessa forma, temos o que convencionamos chamar de *efeitos perlocucionais* do Segundo Tempo, característica anteriormente apresentada ao discutirmos os discursos que legitimaram a implantação do PST, e que abordaremos novamente ao analisarmos outros impactos aguardados pelo programa.

4.3 – O discurso da promoção da saúde

Um erro não se converte em verdade pelo fato de que todo mundo acredite nele.
Ghandi

No Brasil, historicamente, o “potencial social” do esporte sempre foi amplamente explorado pelos governos, independentemente das concepções políticas e filosóficas a qual se alinhavam. O vasto uso do fenômeno esportivo nas políticas públicas e sociais governamentais deve-se a propriedade de seu desenvolvimento ser hábil e prontamente relacionado ao alcance de benefícios, tais como: prevenção de doenças e a, conseqüente, promoção da saúde;

⁸⁵ Citação retirada de texto “Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações” que serviu de base para palestra enunciada no II Fórum Catarinense para o Desenvolvimento do Esporte, realizado em Balneário Camboriu, Santa Catarina, nos dias 09 e 10 de novembro de 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewFile/3780/2600>. Acesso em: 28 maio de 2009.

afastamento dos jovens das drogas e da violência; possibilidade de ascensão social; melhoria do rendimento escolar; entre outros.

[...] nota-se que a relevância social do esporte, constantemente referenciado como correlato de práticas saudáveis, educativa, socialmente, o credencia a uma aparente unanimidade. Por isso, muitas vezes o esporte é apresentado de forma linear e sem contradições, como prática social de lazer que contribuiria para a formação humana, prevenção/promoção da saúde e também como elemento socializador de um grande contingente de crianças, jovens, adultos e idosos. [...] Essa aparente unanimidade implica a difusão da noção da prática esportiva por diferentes grupos e classes sociais como algo por si só benéfico. Com isso, assistimos, a partir da segunda metade dos anos 1990, a um significativo incremento de políticas públicas e privadas de esporte, sobretudo no que se refere a sua viabilidade pública. (MELO, 2005, p.3).

A consistente e acrítica incorporação do discurso em torno dos benefícios ocasionados pela prática de atividades esportivas pelo senso comum faz com que os programas e projetos esportivos conquistem ampla aceitação por parte da população, principalmente, naquelas comunidades carentes do acesso ao esporte e lazer. Cientes dessa carência e da aquiescência da população, os governos não se intimidam em lançar mão de projetos esportivos e impregnam o esporte de uma série de predicados.

A atitude do governo retratada acima consubstancia o processo de mistificação do esporte, atribuindo papéis pelos quais não é responsável ou capaz de exercer. Entre as benfeitorias ou funções esportivas, existe uma sempre atual e bastante recorrente nos discursos dos agentes públicos, além de hegemônica no campo acadêmico da Educação Física, que corresponde à capacidade do esporte de alcançar a promoção da saúde/qualidade de vida e a prevenção de doenças das populações atendidas.

A hegemonização do discurso em torno da promoção da saúde e da qualidade de vida como consequência do exercício de atividades esportivas nos debates acadêmicos da educação física está ancorada em critérios cientificistas, que buscam lhes conceder legitimidade. (VAZ et al., 2006). Todavia, segundo esse autor, a supremacia da preleção acerca da aptidão física para a promoção da saúde é igualmente explicada por outros fatores.

O discurso da aptidão física para a promoção da saúde tornou-se hegemônico e isso tem a ver com suas homologias epistemológicas com a homilia oficial da biomedicina, por sua estreita relação com a indústria do *fitness* e *wellness*, versão equivalente do complexo médico-industrial no campo da atividade física,

e pelo crescente interesse das agências oficiais da saúde contemporânea no “estilo de vida ativo”. (p. 142). (grifos do autor).

Ao mesmo tempo, a assimilação dessa alocação pelas ações governamentais sinaliza, novamente, a aguda ligação entre as políticas públicas sociais do país com as proposições dos organismos internacionais (ONU, OMS, Opas, etc.). De acordo com (VAZ et al., 2006, p. 140 e 141):

[...] observamos que as organizações internacionais que se ocupam e exercem o monopólio do discurso da saúde contemporâneo, em particular a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), dedicam um espaço particular à difusão da prática de atividade física para a promoção da saúde, agenciando o que denominam um “estilo de vida ativo”.

No Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio, publicado pela ONU em julho de 2003, é recorrentemente mencionada a analogia entre esporte e saúde.

O potencial econômico do esporte é destacado por seu peso econômico resultante de atividades tais como a fabricação de produtos esportivos, eventos desportivos, serviços relacionados ao esporte e a mídia. [...] Além de ser uma força econômica em si, o esporte é também um potencial catalisador para o desenvolvimento econômico. **Uma população fisicamente ativa é uma população mais saudável**, melhorando a produtividade da força de trabalho e aumentando os resultados econômicos. **O esporte e a atividade física propiciam também uma das formas mais custo-efetivas de medicina preventiva, com potencial para reduzir drasticamente os custos com a saúde.** (ONU, 2003). (grifos nossos)

O PST, em meio a sua ampla gama de objetivos, também considerou como consequência da implementação de suas ações o alcance da promoção da saúde das crianças e jovens atendidos. Portanto, esta parte da pesquisa se encarregará de abordar essa incumbência concedida ao esporte no âmbito do PST, procurando identificar possíveis impactos no bem estar e nos níveis de saúde da comunidade. Inicialmente, é imprescindível identificarmos a abordagem dada a essa temática nos documentos oficiais do PST, bem como, mapear quais são os principais debates teóricos acerca da relação entre esporte, saúde, qualidade de vida e prevenção de doenças.

A primeira conexão entre o PST e a promoção da saúde pode ser encontrada na definição do programa.

O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades a serem realizadas no contraturno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, **promoção da saúde** e desenvolvimento humano, e assegurar o exercício da cidadania. (BRASIL, ME, 2005). (grifo nosso).

Na exposição dos principais objetivos almejados pelo PST, também, é possível identificar sua relação com a saúde e qualidade de vida dos estudantes. Entre os objetivos, destacamos: a) Despertar a consciência da prática esportiva como atividade necessária ao bem estar individual e coletivo; b) Contribuir para o desenvolvimento humano, em busca de qualidade de vida; e c) Promover hábitos saudáveis para crianças, adolescentes e familiares.

Por fim, localizamos, ainda nos manuais do PST, a presença do tema “saúde” nas ações complementares do programa. Segundo o documento do PST, as ações complementares relacionadas à saúde devem contemplar a seguinte abordagem:

[...] a perspectiva de reduzir a exposição de crianças e adolescentes às situações de risco social, o programa está elaborando mais um módulo sobre a temática SAÚDE ESCOLAR, contemplando, em seu conteúdo, higiene, alimentação, educação, prevenção ao uso de drogas e orientações contra exploração sexual de crianças e adolescentes. (BRASIL, ME, 2005).

Ao nos depararmos com a expressão “saúde escolar”, constatamos que o ME, assim como faz com o esporte, busca adjetivações a serem associadas ao conceito de saúde. Esse movimento possibilita dupla interpretação, por um lado, o ME pode ensejar a restrição do conceito de saúde, delimitando sua promoção ao ambiente escolar, uma vez que esse é o principal lócus de atuação do PST, por outro lado, pode ser que, similarmente ao esporte, a saúde precise dar conta de atividades, que pelo seu grau de diferenciação acabam exigindo classificações específicas.

Embora o conceito de saúde presente nos Manuais do PST não esteja limitado ao sinônimo de ausência de doenças, numa comparação com os estudos realizados na área da saúde, verificamos que o conceito adotado pelo ME ainda é restrito. Carvalho (2001) apresenta distintas visões acerca do conceito de saúde, de acordo com a autora a *visão simplista* corresponde àquela que visualiza a saúde como sinônimo da ausência de doenças, a *visão idealista* diz respeito ao completo bem-estar físico-psíquico-social, já a *visão realista*

remete-se a uma condição patológica normal do sujeito, enquanto a *visão subjetivista* está relacionada à superação dos infortúnios físicos, psíquicos e sociais.

Ao debatermos a dinâmica de conceituação de saúde, inicialmente, precisamos estar cientes de que, assim como o próprio esporte e o lazer, a saúde compõem o leque de direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 88. A 8º Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986:

[...] estabeleceu os marcos políticos e conceitual para a orientação do processo de transformação do setor da saúde no Brasil, que foram consubstanciados no reconhecimento de que o direito à saúde se inscreve entre os direitos fundamentais do ser humano e que é dever do Estado a sua garantia. (BRASIL, MS, 2008).

Nesse mesmo evento, precisou-se conceitualmente o direito à saúde, que foi compreendido como: “um bem do ser humano contextualizado historicamente numa dada sociedade e num dado momento do seu desenvolvimento”. (BRASIL, MS, 2008). Em decorrência dos trabalhos e discussões realizadas na 8º CNS, o relatório final produzido chegou a um conceito ampliado de saúde “resultado de condições de "habitação, alimentação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, educação, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e acesso a serviços de saúde". (BRASIL, MS, 2008).

Em relação a esse conceito ampliado de saúde, vale ressaltarmos observação realizada por Carvalho (2001, p. 12), analisando o papel do sujeito na relação entre atividade física e saúde.

[...] ao se propor um programa de atividade física, não poderia ele ser um programa cujo conteúdo priorizasse a relação atividade física e saúde, a atividade física visando a saúde mas a proposta seria fundamentada na ideia de que é o conhecimento e a experiência do homem com a cultura corporal que possibilitam a ele manifestar-se, expressar-se visando a melhoria de sua saúde. Não podemos esquecer que a saúde como conceito também estaria fundamentada nas ciências humanas e sociais. Desloca-se a ideia da saúde centrada no organismo, no físico, no biológico para a saúde como processo e resultado das opções na vida, opções essas relativas ao trabalho, à moradia, ao lazer, mas especialmente nos valores e princípios de vida que se quer, que se acredita ser a melhor.

Vaz et al. (2006, p. 143 e 144) não apresentam um conceito determinado de saúde, contudo, ao analisá-la na modernidade, dentro de uma sociedade

denominada por eles como *sociedade de consumidores*, demonstram algumas aspectos inerentes a essa área.

A saúde no ambiente reflexivo e consumidor da modernidade reflete a insegurança e a incerteza provenientes das constantes alterações advindas da ciência e das exigências do mercado. Ela está inserida no universo das escolhas que os indivíduos têm que executar para tentar aplacar os riscos causados por essas mudanças. Essas escolhas não apresentam mais um ponto fixo a que o indivíduo poderá culpar caso a opção seja a incorreta – como antes poderia acontecer ao responsabilizar-se o Estado-nação em virtude de ser um “grande irmão” que não prestou a devida ajuda. As escolhas são de responsabilidade individual, ou seja, a opção incorreta terá como único culpado o próprio indivíduo na *sociedade de consumidores*. (grifo do autor).

Destarte, um primitivo e célere olhar sobre os conceitos de saúde estabelecidos pela OMS e CNS, bem como sobre as problematizações dos autores citados, nos leva a refletir sobre a seguinte questão: Seria, realmente, um programa socioesportivo, como o caso do PST, capaz de dar conta da promoção da saúde, adotando-se o conceito ampliado de saúde? Seria o PST, por si só, capaz de promover melhores condições de habitação, alimentação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, educação, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e acesso a serviços de saúde aos estudantes atendidos?

As questões acima nos remetem a uma reflexão, qual seja, a de que não podemos, simplesmente, aceitar o discurso acerca de associação acrítica da realização de práticas esportivas com a melhoria da saúde. Ao acolhermos essa relação de causalidade, estaremos caminhando para o arriscado campo do otimismo ingênuo, que é habilmente explorado pelos interesses nada ingênuos da indústria esportiva, por entidades do setor esportivo (Federações, Confederações, Comitês, etc.), por alguns representantes governamentais e pela grande mídia.

Dentro dessa perspectiva, Carvalho (2001, p. 14) apresenta uma visão crítica e de totalidade do que venha a ser a promoção/conquista da saúde, demonstrando a complementaridade de diferentes aspectos sociais que consolidam uma condição de saúde para o indivíduo.

A saúde não é um objeto, um presente. Portanto, ninguém pode dar saúde: o médico não dá saúde, o profissional de Educação Física não dá saúde, a atividade física não dá saúde. A saúde resulta de possibilidades, que abrangem as condições de vida, de modo geral, e, em particular, ter acesso a trabalho,

serviços de saúde, moradia, alimentação, lazer conquistados – por direito ou por interesse – ao longo da vida. Tem saúde quem tem condições de optar na vida. A saúde está diretamente relacionada com as escolhas que não se restringem tão-somente a poder escolher este ou aquele trabalho, realizar-se pessoal e profissionalmente com ele, morar dignamente, comer, relaxar e poder proporcionar condições de vida para os mais próximos, mas também conseguir viver dignamente com base em valores que não predominam em uma sociedade como a brasileira – excludente, individualista, competitiva, consumista. Todos esses são elementos que determinam a nossa saúde que não é só física, mental ou emocional. É tudo junto, ao mesmo tempo! Pensar na saúde do Homem é considerá-lo como ser político – cidadão – e ético – profissional.

Os dados acerca dos impactos do PST na promoção da saúde das crianças e adolescentes atendidos são escassos, o que dificulta qualquer tipo de consideração final a respeito dessa ação do programa. Os poucos relatos que encontramos asseveram não terem constatado grandes alterações, mesmo reconhecendo que o esporte é fonte de benefícios à saúde.

Quanto ao primeiro aspecto – alterações nos padrões de saúde – ficou claro nas falas de muitos não haver grandes mudanças, perceptíveis e relevantes, no padrão de saúde dos filhos após ingressarem no Programa Segundo Tempo e passarem a ter uma rotina quase diária de atividades esportivas, embora reconheçam que o esporte é benéfico à saúde. (UNESCO, 2005).

Entretanto, é importante observarmos que o relatório da UNESCO (2005) aponta depoimentos específicos dos pais entrevistados, dos quais é possível inferir uma visão positiva do efeito da prática esportiva em relação a saúde de seus filhos.

[...] surgiram relatos pontuais de melhoras em alunos com quadro de bronquite e asma. Uma mãe relata que seu “filho tem bronquite [e que] agora, fazendo futebol, desenvolveu o físico [...]. Ele não apresentou mais essas crises de bronquite”. Além disso, outra mãe relatou que a filha “tinha problema de garganta. Melhorou demais o problema dela depois da natação”.

Os trechos retirados das falas dos pais ouvidos pelo estudo da UNESCO são mais uma amostra da incontestável e marcante analogia entre saúde e ausência de doenças, que compõe o entendimento majoritário, que habita o senso comum da população brasileira, sobre promoção de saúde. Conceito muito distante do proposto por Carvalho (2006, p. 162), segundo a autora a promoção de saúde:

[...] trabalha com um conceito de saúde que se traduz nos modos de organização social da produção e no contexto histórico de uma sociedade exigindo a formulação e implementação de uma política voltada para a melhoria

das condições de vida, haja vista a saúde ser um direito para a vida e garantia da cidadania.

Portanto, a sensação que temos é a de que o cidadão comum, por ficar afastado dos debates que envolvem os campos da saúde e do esporte, assume os conceitos e imagens transmitidos pelos meios de comunicação de massa, que retratam o otimismo ingênuo ao qual nos reportamos anteriormente. Assim como Melo (2005), não queremos negar que a prática regular de atividades esportivas possa vir a contribuir para a saúde de seus praticantes. Todavia, como nos chama atenção o autor, “não podemos fechar os olhos aos riscos presentes, como sua prática ocasional por pessoas sedentárias, que, em nome da saúde, se expõem a riscos ainda maiores que os de quem não pratica esportes”. (MELO, 2005, p. 68a).

Além disso, precisamos estar conscientes da abissal contradição existente ao associarmos a saúde ao esporte, se estivermos nos reportando ao esporte de rendimento. Essa ressalva é importante, uma vez que, em capítulos anteriores, averiguamos uma forte influência do sistema esportivo nas atividades desenvolvidas nos núcleos do PST. Segundo Melo (2005, p. 68b):

Se pensarmos no chamado esporte de alto rendimento, sua vinculação com a saúde é algo distante, como podemos observar nas constantes agressões que o corpo dos atletas sofre ao longo dos anos, podendo até o esporte, nesse caso, ser considerado um trabalho que destrói o corpo do trabalhador. E ainda há o processo de drogação – o *doping* – objetivando o alcance de melhores resultados.

Evidentemente não podemos depositar no PST a responsabilidade pela reversão de uma série de distorções referentes à abordagem dada a promoção da saúde. Da mesma forma, não é possível reivindicar que o PST seja o precursor, dentro do campo acadêmico da educação física, de uma visão mais humana e amparada na totalidade dos aspectos sociais que circundam a relação entre esporte e saúde e que, ao mesmo tempo, não ignore os aspectos biológicos e cientificistas dessa relação, mas também não os tornem protagonistas de um monólogo.

Todavia, ao advertirmos para a existência de um conceito ampliado de saúde, queremos destacar a relevância do potencial do PST, caso se efetive a assunção do papel de política intersetorial, consolidando sua vinculação a outros

programas e projetos das diferentes áreas sociais pertencentes à agenda governamental. Para isso, os acordos firmados entre os diferentes órgãos do governo não pode representar mero protocolo de intenções, mas sim uma relação dialética pautada na troca de experiências e no trabalho coletivo. Um caminho para o alcance desse diálogo é nos espelhamos nas concepções que norteiam a saúde coletiva⁸⁶.

Por fim, aspiramos que o PST seja colocado a favor do social e não submetido à lógica neoliberal que subverte tudo à ditadura do mercado. A multiplicidade de objetivos e as diversificadas frentes de ação do PST possibilitam uma integração, no plano do conhecimento, com saberes e práticas de outras áreas. Assim, para que as populações alcancem níveis adequados de saúde, é imprescindível avançar para além do acesso e consumo de bens, serviços médico-assistenciais ou, ainda, da prática de atividade física. Implica enfrentar a questão da produção de conhecimento e de políticas públicas comprometidas com as repercussões na saúde. (Carvalho, 2006).

Somente a partir da consideração das exposições e discussões anteriores, postulamos ser plausível que o PST transponha os limites existentes na busca por melhores resultados nos impactos inerentes à promoção de saúde e de qualidade de vida dos alunos por ele atendidos. Os estudos acadêmicos, que abordam os direitos sociais no Brasil, exigem o reconhecimento das desigualdades que dão tonalidade ao quadro social deste país, as quais são constantemente reforçadas pela visão hegemônica capitalista e neoliberal. Consequentemente, ao lutarmos pela garantia do acesso ao esporte, ao lazer, à

⁸⁶ Segundo Silva et al. (2006, p. 171): A saúde coletiva é um campo que se constituiu na América Latina a partir da década de 1970. Foi formado por diferentes profissionais atuantes na área da saúde que apontavam para a necessidade de discussões no âmbito coletivo-público-social e de reagir ao positivismo e à saúde pública tradicional, centrada no modelo biomédico. Buscava-se fundar um campo científico com uma orientação teórica, metodológica e política que privilegiasse o social como base para compreender o fenômeno saúde-doença. Para Carvalho (2006, p. 162), a saúde coletiva rompe com a imagem tradicionalista das ciências médicas existente na educação física. De acordo com a autora: Ela (saúde coletiva) chama a atenção para a necessidade, por exemplo, de fazer-se pesquisa voltada para a atenção primária, direcionada ao serviço básico, de atendimento à população e para a educação em saúde, não só para a pessoa, mas também para a comunidade, para a família, na direção da população, das políticas sociais e das políticas públicas.

saúde enquanto direitos sociais, precisamos adotar uma postura crítica quanto às ações implementadas para a consolidação destes objetivos.

Dessa forma, vale finalizar esta parte do trabalho com reflexão proposta pela autora Yara Carvalho (2001, p. 20): “De fato, vivemos em uma sociedade dominada pelo fascínio de corpos repartidos pela fama e riqueza e pela exclusão de corpos condenados pela pobreza ou que não coincidem com os modelos. Isso é saúde? Podemos falar em saúde?”.

4.4 – O risco da filantropia

*Os inimigos da periferia são a burguesia e o alto escalão
Só que o nosso time treme na decisão e aí
A semente do ódio plantaram aqui
Nos impedem de evoluir e o que se colhe são frutos imundos
Periferia pare! Respire por alguns segundos
Nosso dia a dia pode ser melhorado
Há várias formas de ser respeitado
Perdão para quem quer se perdoado
Conviver com adversários conquistar espaços
Vida longa na periferia responsabilidade minha sua
Click! clack! bum!
Pode deixar de ser o som das ruas
Click! clack! click! clack! click! clack! bum!
Mano periferia segue sangrando
Mãe chorando irmão se matando!
Mano periferia segue sangrando
E eu pergunto até quando?
Gog*

O trecho acima faz parte da música “Periferia segue sangrando”, do *rapper* Gog, nascido e criado nas cidades satélites do DF e com forte ligação e convívio com as regiões periféricas da capital federal. A parte da letra destacada ilustra a dura e violenta realidade encontrada nos subúrbios do país, enquanto chama a atenção dos “manos” para que observem o valor da periferia e a possibilidade de um futuro diferente.

No subcapítulo anterior, chamamos à atenção para como o discurso que atribui ao esporte uma série de benefícios é largamente aceito pelo senso comum, bem como pelo campo acadêmico da Educação Física, enfatizando o tema da promoção da saúde. Neste momento, iremos abordar outros atributos

relacionados à prática esportiva e com ampla aceitação, como: *a)* o afastamento das drogas, *b)* o combate à violência, *c)* a promoção da inclusão social; e *d)* a diminuição da exposição das crianças e adolescentes a situações de risco social.

Ao enfatizarmos o cenário presente na periferia brasileira, não é nossa pretensão insinuar que a violência, as drogas, ou seja, os riscos e as vulnerabilidades sociais se limitem a estes espaços urbanos. Todavia, precisamos reconhecer que os moradores dessas comunidades são os mais assolados pelos perversos substratos da hegemonia capitalista, representados pela desigualdade social, pela má distribuição de renda, pela precarização das relações trabalhistas, ente outros.

Por conseguinte, as favelas, subúrbios, guetos, periferias acabam constituindo-se em verdadeiros bolsões de miséria, onde o acesso aos direitos sociais é ignorado, e, normalmente, as políticas sociais chegam travestidas pelo manto do assistencialismo. De acordo com Demo (1994), o assistencialismo significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência da ajuda, o que, conseqüentemente, gera a humilhação de quem recebe os benefícios, uma vez que se reserva apenas as sobras (esmolas); provoca a dependência diante do doador; desmobiliza o potencial de cidadania do assistido; escamoteia o contexto duro da desigualdade social, inventando uma falsa ajuda; vende soluções sob a capa de meras compensações.

O cenário para as políticas sociais reproduz as características de um panorama muito bem descrito por Behring (1998) em análise de governos anteriores, que não favorece a criação de condições para a luta social: “nem consumo coletivo, nem direitos sociais, apenas assistência focalizada para aqueles ‘com menor capacidade de pressão’”. (BEHRING, 1998, p. 187).

Inseridos no panorama assistencialista que invade os programas e projetos sociais destinados às periferias do país estão os direitos de acesso às práticas esportivas e de lazer. Para (LINHALES, 1996, p. 209):

A experiência brasileira no campo das políticas sociais, aí incluído o setor esportivo, confirma que o protecionismo e tutela não se apresentam como elementos equalizadores e garantidores do solidarismo. Ao contrário, legitimaram exclusões e privilegiamento de grupos e de interesses, na medida em que se desenvolviam por padrões meritocráticos-particularistas e nunca foram redistributivos. [...] A tensão entre interesses e solidariedade encontra-se,

então, diante do desafio de preservar a diversidade e a autonomia dos agentes, afirmando seus direitos individuais e, ao mesmo tempo, de construir bases institucionais capazes de garantir, de fato, os componentes igualitários.

Com relação ao solidarismo citado por Linhales (1996), é importante observarmos ponderação feita por Melo (2005). De acordo com o autor, há uma tentativa de responsabilização da sociedade, concomitantemente a um processo de enxugamento do Estado. Esse entendimento fica evidente por meio do trecho citado na obra de Melo (2005), escrito por um dos responsáveis pelo projeto de (contra)reforma Gerencial do Estado, durante o governo FHC, o então ministro, Luiz Carlos Bresser Pereira, que respondia pelo extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Segundo o ex-ministro, a sociedade é igualmente responsável pela “[...] satisfação das necessidades coletivas, mostrando que também nesse campo o Estado e o mercado não são as únicas opções válidas”. (BRESSER PEREIRA & GRAU, 1999, apud MELO, 2005, p. 48).

O resultado dessa iniciativa é a transformação da solidariedade em política pública, uma vez que se fala na obrigação da sociedade de responder a tais necessidades, o que se daria mediante atividades de cunho pessoal. Teríamos um processo de filantropização das políticas públicas amparada em obrigações de cunho privado e não mais a busca pela garantia de direitos sociais e direito dos cidadãos. Dessa forma, os cidadãos, valendo-se de iniciativas individuais, deveriam unir-se para o enfrentamento de seus problemas, num processo de despolitização e repolitização pelo não conflito. (MELO, 2005).

Uma incursão a algumas periferias brasileiras demonstra que a existência de equipamentos e locais onde o esporte o lazer possam ser vivenciados é mínima. A despeito da escassez de aparelhos e espaços que possibilitem a prática esportiva e de lazer, de acordo com Melo (2005) as políticas públicas de esporte nas favelas aparecem intitulando-se como a “salvação” e redenção da juventude pobre. Notadamente, verificamos uma proliferação de políticas públicas e/ou privadas de esportes e/ou artísticas nos morros, bairros e favelas, apregoadas como, talvez, as únicas possibilidades de afirmação da “cidadania” perdida em outros momentos da vida cotidiana, sendo consideradas também o

hipotético “antídoto” para o envolvimento de jovens com drogas, imagem que é fortemente alimentada pela mídia e sistema esportivo oficial.

A linearidade entre a prática esportiva, o não envolvimento com drogas e o afastamento da violência é figura exaustivamente presente nos discursos legitimadores das políticas públicas e sociais esportivas. Todavia, ao olharmos para a realidade que se materializa nas ações dessas políticas, programas e projetos, cotidianamente, verificamos que não é possível o estabelecimento de relações tão mecânicas. (MELO, 2005).

Além do combate às drogas pelo esporte, o atual governo fixou como bandeiras de luta para o setor a promoção da inclusão social e a garantia do exercício da cidadania, priorizando o atendimento das regiões expostas a vulnerabilidades e/ou riscos sociais.

“[...] o governo levantou essa bandeira da inclusão social. Então, todos os ministérios deveriam seguir essa bandeira e o Ministério do Esporte não poderia ficar de fora, né? É evidente que isso cause algum desconforto, porque na medida em que você fala, que você sempre falou historicamente do esporte para poucos, quando você fala em incluir a massa...e que massa? Uma massa faminta, uma massa despreparada para o esporte, né, soa... complicado, né?” (Gestor 1).

A fala acima ratifica o “hasteamento” da bandeira de luta pela inclusão social no setor esportivo do governo, ao passo que aponta para as dificuldades de assimilação desse discurso, devido à precedência de uma concepção hegemônica na esfera esportiva, fortemente ligadas aos interesses no mercado esportivo e de seu modelo de alto rendimento.

Se por um lado, verificamos que a falação em torno da promessa de formação de novos talentos perde força, em virtude das diversas críticas direcionadas a essa lógica, por outro lado, emana a vinculação das políticas públicas esportivas ao discurso da promoção da cidadania ou da inclusão social. (MELO, 2005).

De acordo com Melo (2005), a explosão de políticas públicas ou privadas, que se autodenominam promotoras da cidadania, é um contraponto ao projeto anterior, que visava a formação e descoberta de novos talentos. O resultado dessa proliferação de políticas associadas à imagem e à ideia de cidadania é que: “qualquer ação que ‘tire’ os jovens da rua é resgate de ‘cidadania’, qualquer

ação solidária, como filantropia empresarial, ação caridosa de uma igreja, ou mesmo as novas políticas esportivas de atletas famosos, tudo se transforma numa ‘promoção de cidadania’”. (MELO, 2005, p. 80a).

Segundo o autor citado acima:

O termo “cidadania” tornou-se auto-explicativo. Está na moda. Sua densidade conceitual, sua carga de enfrentamento à ordem desigual e o seu processo de conquista, que sempre implicou em lutas por direitos de diversas ordens, foram mimetizados a um discurso sem conteúdo. Mesmo os autores e organismos que estão diretamente ligados à implementação do projeto neoliberal, que com suas ações contribuem para a precarização das condições de vida da maioria da população mundial, também, clamam por cidadania. Como se o seu convocar fosse suficiente para esclarecer sentidos e projetos políticos. (MELO, 2005, p. 80b).

Ao tensionarmos a relação entre prática esportiva e cidadania não estamos desprezando os valores impingidos ao esporte e sua possível e relevante participação num projeto de melhoria das condições de vida da população. Contudo, o caráter redentor de uma cidadania perdida e o aproveitamento político desse discurso como possibilidades de alcance de um consenso devem ser criticamente ponderados. E partindo dessa análise, indagamos se a prática esportiva por si só é garantidora de cidadania, ou mesmo, se ela está vinculada ao processo de conquista e expansão dessa cidadania. Do mesmo modo, compete refletirmos se podemos resgatar a cidadania numa conjuntura em que, apesar dos avanços e mudanças de concepção presentes nas políticas públicas de esporte e lazer, antigos problemas sociais perpetuam e se intensificam.

Somado ao discurso da inclusão social e garantia da cidadania por meio do esporte, temos a questão do combate à drogadição e à violência, principalmente, em regiões de maior pobreza. As falas em torno dessa temática apresentam-se como justificativas conservadoras acerca da importância das políticas públicas de esporte. Para Melo (2005, p. 81), “nos anos de 1990, com o avanço da pobreza e uma maior visibilidade da violência urbana, credita-se ao esporte o papel de redentor da juventude pobre”. Não é incomum ouvirmos discursos de que os jovens envolvidos com a prática esportiva estão distantes do envolvimento com drogas e crimes.

“O objetivo do programa Segundo Tempo é trazer um futuro melhor para estas crianças através do esporte – com alimentação, educação e brincadeiras orientadas por profissionais qualificados, temos as crianças de Brazlândia longe das ruas, em um lugar totalmente seguro”, disse o ministro Agnelo Queiroz⁸⁷.

O uso do esporte para manter crianças longe da violência é ressaltado pela diretora da Fapesp, Zorilda Maria dos Santos. “Quando todas as crianças estiverem na escola e praticando esporte, não teremos mais necessidade de construir e manter casas de recuperação como a Febem ou penitenciárias no País. Não queremos nossas crianças nos faróis da vida, mas, sim, nas quadras e campos queimando energia”, disse⁸⁸.

O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, participou do evento. Ele destacou a importância da sociedade e de parcerias para diminuir o problema da desigualdade social. O Segundo Tempo, conforme ressaltou o ministro, promove o desenvolvimento porque incorpora todos os valores necessários para transformar a garotada em cidadãos bem preparados para a vida. “Com esporte e educação, eles passam a respeitar o corpo, melhoram as notas na escola e elevam a auto-estima. Ficam longe do perigo das ruas e usufruem uma educação integral, com direito a uma vida digna com oportunidades”, disse Agnelo⁸⁹.

O medo de que o tempo ocioso estimule a curiosidade dos dois filhos em relação às drogas levou a doméstica Maria de Fátima dos Santos a procurar uma atividade para o mais novo, único interessado em esporte. “Ele se matriculou nesse tal de Segundo Tempo, mas até hoje não foi chamado”, conta Maria. “Tem aquela história de que quem faz alguma coisa não usa drogas. Ia ser bom se ele não ficasse parado”, explica a mãe, sobre os filhos⁹⁰.

Entretanto, a relação entre esporte, drogas, violência e pobreza, assim como o conteúdo das falas acima, constroem a imagem de que a juventude pobre teria quase que uma disposição “natural”, um destino fatal, a enveredar-se pelos caminhos das drogas e dos crimes, e que as políticas de esporte e lazer seriam relevantes para a redenção/livramento desses jovens desse “destino”. Há nesse pensamento uma visão distorcida e preconceituosa, uma vez que tende a considerar o jovem pobre como sinônimo de criminoso em potencial. Segundo Melo (2005, p. 82):

Por trás de argumentações como essas estão presentes componentes que há muito marcam algumas iniciativas que atendem aos jovens pobres.

⁸⁷ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 16 de dezembro de 2005, com o título “Assentamento ganha novo núcleo do Segundo Tempo e beneficia 800 estudantes”.

⁸⁸ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 03 de fevereiro de 2005, com o título “Associações Comunitárias viram núcleo do Segundo Tempo em Osasco”.

⁸⁹ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 10 de março de 2006, com o título “Hip Hop em Sobradinho anuncia chegada do Segundo Tempo para 3 mil crianças da periferia”.

⁹⁰ “A propaganda é a alma do governo”, matéria publicada no caderno “Brasil”, do jornal Correio Braziliense, em 06 de novembro de 2005. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/11/06/ad12-0611.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

Percebemos claramente a posição de que o jovem se envolveria com o crime por não ter outras coisas a fazer, indicando uma suposta linearidade entre a falta de opções de lazer e o ingresso no mundo do crime, além de estabelecer uma espécie de relação causa – consequência. Assim, o esporte seria o “antídoto” perfeito para cobrir tais práticas, uma espécie de analgésico social, sempre numa perspectiva conservadora de controle social⁹¹.

Todos os avanços propostos pelo governo para a leitura do fenômeno esportivo, assim como, as contradições e limites existentes para esse “novo” trato esportivo, foram transpostas para a propositura do PST. Evidentemente, que, nesse universo contraditório, as aproximações entre o fenômeno esportivo e a inclusão/exclusão e o risco/vulnerabilidade social abrigadas pelo ME foram recrudescidas na implementação do PST.

Formular e apresentar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais do cidadão, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano é a missão que o Ministério do Esporte assume enquanto dever de assegurar o acesso de todos às atividades esportivas e de lazer, como parte da obrigação do governo de contribuir para a redução do quadro de injustiças, de exclusão e vulnerabilidade social que aflige boa parte da população brasileira. (BRASIL, ME, 2006).

O manual do PST justifica a criação do programa como uma ação desenvolvida com o intuito de cumprir a missão do ME, focando seu atendimento nas escolas públicas localizadas em áreas de risco social e nos alunos fora da escola que, segundo o próprio manual, provavelmente se encontram em situação de vulnerabilidade social. Mais adiante, o documento apresenta o esporte e o lazer como capazes de “influenciar hábitos e costumes, auxiliando na aquisição de uma vida saudável, **distanciando-os (indivíduos) da criminalidade**, de doenças, **do uso de drogas** e da evasão escolar”. (BRASIL, ME, 2006). (grifos nossos).

Para o desenvolvimento da problematização proposta para esta parte do trabalho, novamente, reproduzimos a definição do PST.

O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades a serem realizadas no contraturno escolar, de caráter complementar, **com a finalidade de colaborar para a inclusão social**, bem-estar físico,

⁹¹ Nesta citação “controle social” é empregado como a ação de coerção do Estado sobre a sociedade civil, diferentemente da concepção progressista que associa controle social ao acompanhamento e fiscalização das políticas públicas por parte dos cidadãos.

promoção da saúde e desenvolvimento humano, e **assegurar o exercício da cidadania**. (BRASIL, ME, 2005). (grifos nossos).

O PST é guiado por três princípios norteadores, entre eles, dois demonstram forte ligação com o tema abordado nesta parte da pesquisa, são eles:

o esporte comprometido com a reversão do quadro de injustiça, da exclusão e vulnerabilidade social a que se submete grande parcela da nossa população; [...] o reconhecimento do esporte como um Direito Social e de Inclusão Social, este compreendido como possibilidade de garantir o acesso aos bens sociais - esporte e lazer - e aos seguimentos sociais, sem discriminação de classe, etnia, raça, religião, gênero e nível sócio-econômico. (BRASIL, ME, 2005).

Na parte dedicada à exposição da listagem dos principais objetivos do programa destacamos:

a) contribuir para o processo de inclusão educacional e social; b) estimular crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas saudáveis, direcionadas ao processo de desenvolvimento da cidadania; c) contribuir para redução da exposição de crianças e adolescentes às situações de risco social; e d) apoiar as ações de erradicação do trabalho infantil. (BRASIL, ME, 2005).

Em relação ao objetivo de que o PST seja *colaborador* no processo de inclusão social, é premente retratar alguns questionamentos levantados por Melo (2005, p. 85). Dentro dessa relação esporte e inclusão social é importante nos perguntarmos: quem será “incluído” socialmente? O que seria estar “incluído” socialmente? O que levou esses que não estão incluídos a essa situação? Quem não está incluído socialmente? Pode o esporte “incluir” socialmente? Além disso, podemos refletir sobre outras questões, como: Onde estão as pessoas que não foram incluídas? O que fazem ou têm feito enquanto aguardam a vez de serem “incluídas” socialmente?

O discurso proferido pelo ME parece marchar em direção do arriscado caminho de uma retórica ingenuidade otimista ou do acomodamento estouvado. Levantar a bandeira da inclusão social exige reflexões mais profundas acerca do modelo de sociedade hegemônico e de suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, assim como, das restrições impostas pelas transformações

do mundo do trabalho, decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida.

Ademais, para que o PST consiga efetivos e duradouros efeitos no afastamento das crianças e adolescentes das situações de riscos sociais, este precisaria construir mecanismos que possibilitassem sua perpetuação e transfiguração em serviço permanente, couraçado das desventuras e irresponsabilidades políticas e do histórico processo de descontinuidade das políticas públicas e sociais. Igualmente, é imprescindível para a redução da exposição dos jovens às drogas, à violência e aos crimes que sejam arquitetados elementos que possibilitem a vinculação do PST a políticas de outras áreas, tais como: segurança pública, educação, cultura e saúde.

No que corresponde à ligação entre esporte e segurança, Melo (2005, p. 92) nos adverte que:

Sem considerar os argumentos monetaristas⁹² quanto aos direitos sociais como saúde, esporte e segurança, tornam-se emblemáticas as relações simplistas e mecânicas que se tenta estabelecer entre a prática esportiva e a diminuição de crimes. Seria essa uma oficialização do salvacionismo?

Em referência ao objetivo que vincula o PST à erradicação do trabalho infantil, também, se faz necessária uma problematização mais densa e complexa acerca dessa vinculação. Acreditar cegamente que o mero estímulo à prática esportiva atacará o problema da presença de milhares de crianças no mercado de trabalho informal é remete-se ao envelhecido bordão, comumente encontrado nas ações governamentais, de *tapar o sol com a peneira*.

A troca dos estudos, da prática esportiva e dos momentos de lazer pelo ato laboral não é escolha natural dos jovens brasileiros, mas um imperativo decorrente da desigual realidade nacional e da reestruturação produtiva, que precariza e flexibiliza as relações trabalhistas, levando uma massa de desafortunados à informalidade, inclusive menores de idade. Atualmente, há um preocupante aumento do número de famílias que para a complementação da

⁹² O autor faz referência a falas do ex-ministro Agnelo Queiroz que, recorrendo a dados da ONU, apoia sua argumentação em torno dos benefícios do esporte para a saúde e a segurança em aspectos financeiros. Conforme entendimento do ex-ministro, ao investirmos no esporte “não há cálculo de quanto se deixa de gastar em segurança. [...] estimular o esporte é criar cultura de paz”. (MELO, 2005, p.92).

renda dependem economicamente da remuneração conquistada por meio do trabalho infantil.

De acordo com publicação de 2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta os resultados da pesquisa sobre Trabalho Infantil, realizada como suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001, entre as pessoas de 5 a 17 anos de idade que não frequentavam a escola, 534.755 (quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco) apresentaram como motivos de não irem ao ambiente escolar as necessidades de ajudarem nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar emprego.

Diante desse quadro, torna-se difícil acreditar que o PST alcance resultados expressivos no que concerne à erradicação do trabalho infantil. Para alcançar esses resultados devemos imprimir ações globais ou conjuntas, que atinjam a todos os membros da família e não, apenas, focalize o atendimento de crianças e adolescentes. A médio e logo prazo, precisamos pensar em políticas que incitem a reformulação da estrutura trabalhista vigente, gerando novos postos de trabalho e promovendo melhores condições trabalhistas e remuneratórias, além de ações que fomentem a redistribuição de renda.

Dessa forma, teremos trabalhadores qualificados, recebendo salários dignos, que os permitam abdicar da renda ligada ao trabalho de seus filhos, o que possibilitará às crianças e aos jovens não só a frequência à escola, mas a permanência nela, bem como, no tempo livre, o envolvimento com programas socioesportivos, como o próprio PST.

O relatório do TCU (2006) explicita a dificuldade de se avaliar a efetividade do PST como veículo de promoção da inclusão social, tomando como parâmetros os indicadores estabelecidos pelo ME. Com o intuito de solucionar essa limitação o ME apresentou ao TCU como providência a realização de assistência preparatória com a UNESCO, que previa a apresentação inicial de alguns indicadores em setembro de 2005 e a conclusão do piloto de amostragem e análise dos dados em janeiro de 2006. No entanto, tal estudo jamais foi apresentado ou publicizado.

‘Os objetivos têm que ter indicadores relacionados a eles, e na minha fala já pontuei as dificuldades de nós concluirmos os indicadores para avaliar essas questões, apesar do MEC já ter avançado em alguns pontos sobre indicadores relacionados a isso, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, apesar das limitações estruturais, também já tem avançado em alguma coisa, em relação à questão de violência, indicadores de violência, mas a gente ainda tem muita dificuldade para relacionar isso a um projeto social, a um programa social, esses indicadores, porque eles são indicadores muito físicos e não qualitativos.’ (Gestor 2).

Nesse sentido, é notório que, novamente, encontraremos dificuldades para precisar os efeitos alcançados pelo PST.

“Eu acho que na formulação de objetivos de quaisquer programas de inclusão social há esse problema da não compreensão, certo? E do alcance do que seja determinado programa social, né? Porque se não vira uma falácia mesmo, quer dizer, como é que você vai medir essa questão de evasão, repetência? **Como é que você vai medir essas coisas, se você não tem como medir**, então é melhor você ser mais tímido, né (...).” (Gestor 1). (grifo nosso).

Inicialmente, devido à falta de infraestrutura do ME, a equipe do Segundo Tempo teve dificuldades para identificar as regiões de risco social que deveriam ser priorizadas pelo programa, o que já demonstra um comprometimento dos impactos almejados.

“Selecionar parcerias você fala, né? Na realidade a gente não tinha critérios muito claros, não. O ministério, enquanto um ministério novo, ele sempre trabalhou enquanto balcão, balcão de demandas, a gente não tinha nenhum sistema de pleito, então chegavam pleitos isolados, chegavam muitos pleitos que não eram bem atendidos, né? e, então, o critério em si a gente procurava atender e analisar projetos que procurassem necessidades de abraçar o projeto, necessidade e capacidade operacional para desenvolver o projeto, né? E o que a gente chamava de necessidade? Atender realmente crianças em situação de vulnerabilidade social, só que a vulnerabilidade social não necessariamente só em relação à pobreza, em relação ao contato com violência, a relação ao contato com drogas. E, aí, com o passar do tempo estreitamos esse vínculo com outros ministérios, a política de governo em si, a gente começou a buscar municípios com índices maior de violência, municípios com necessidades de programas sociais do governo federal em termos de calamidade pública, mas que realmente demonstrasse a capacidade de operacionalizar o programa.” (Gestor 2).

Ao mesmo tempo em que visualizamos os limites interpostos pela inapropriada e incipiente estruturação ministerial, o trecho acima é mais uma amostra incisiva da importância da existência de ações que se pautem pelo caráter interestorial, agregando a *expertise* dos diferentes órgãos responsáveis pelas áreas que compõe o rol dos direitos sociais.

Não obstante os obstáculos técnicos e administrativos do ME, o PST parece obter resultados significativos na tarefa de afastar os alunos atendidos da rua e da exposição à violência.

“Contribuiu. Com certeza, porque a partir do momento que você tem aqui um professor de xadrez, que está aqui te esperando todos os dias, porque eles ficavam aqui todos os dias, a criança ou o adolescente não tem mais porque querer ficar na rua ou porque querer ficar andando aí nas ruas. Até mesmo porque, elas veem como um refúgio, a maioria das pessoas criticam, não sabe por que o menino rouba ou o menino faz isso, mas ninguém sabe o que realmente acontece dentro da casa dele. E, às vezes, faz falta e para eles é muito importante ter uma pessoa aqui, para poder acompanhar, para poder conversar e isso ajudou muito, e pelo menos aqui, aqui, eu falo pelo IACC e pelas crianças que a gente atendeu aqui, ajudou muito, ajudou muito mesmo.” (Coordenador 1).

No que respeita aos aspectos sociais relacionados à questão da violência urbana, ficou claro a percepção de que o tempo passado dentro dos Núcleos de Esporte Educacionais afasta as crianças e adolescentes do risco de adquirirem comportamentos criminosos ou delinquentes, uma vez que no Programa “não têm tempo de pensar besteiras”. Mas não somente isso, segundo os relatos, o tempo dirigido às atividades esportivas minimiza a exposição das crianças e adolescentes a riscos de violência urbana. “Mais seguro do que estão na rua”; “tem gente morrendo na rua, muita violência, assaltos”. Além disso, “na rua vão brigar, xingar; aqui é seguro e não estas coisas, mesmo porque “a gente gosta das crianças estarem ocupadas e segura”. (UNESCO,2005).

Ao lançarmos os “holofotes” sobre as citações acima alguns “pontos cegos” surgem e algumas imperfeições são aclaradas. A não apresentação de dados concretos, produto da ausência de indicadores sociais que possibilitem a mensuração dos avanços do PST em relação aos riscos sociais, como, por exemplo, o afastamento dos jovens da violência, restringe a possibilidade de reproduzirmos os alcances destacados nos relatos a uma conjuntura nacional.

Nas falas, também, podemos identificar “a rua” sendo usada como sinônimo de espaço das mazelas sociais, da vadiagem, da ociosidade, do contato com as drogas e da permissão e banalização da violência, entretanto, devemos nos atentar para a possibilidade da rua consolidar-se, igualmente, num ambiente criativo, local de fruição de novas manifestações culturais urbanas e reduto da resistência onde se perpetuam antigas práticas de lazer (soltar pipa, jogar bola de gude, brincar de pique-esconde, etc.) vorazmente devoradas pelo atrativo mundo dos jogos eletrônicos.

Por fim, em relação à contribuição do esporte para o distanciamento das crianças e adolescentes da violência urbana, devemos considerar que, se por um lado, o esporte pode colaborar positivamente mantendo os jovens afastados da violência, por outro lado, é mister lembrarmos que axiológica e psicologicamente o esporte carrega uma dimensão, que possibilita consistir-se numa prática de incitação à violência. Estudo realizado por Starepravo & Mezzadri (2003, p. 62), com crianças da cidade de Curitiba demonstraram que:

A prática esportiva, por outro lado, permite certos atos de maior violência, bem como constituem uma válvula de escape das tensões do dia-a-dia. Neste espaço social, elas têm oportunidade de externar suas tensões através da violência simbólica, e em menor escala, a violência física. Assim, podemos avaliar que o autocontrole das crianças e adolescentes na prática esportiva nem sempre ocorre de maneira mais adequada, pois as discussões e ameaças verbais fazem parte da configuração destes praticantes, bem como o esporte constitui um espaço onde estas atitudes são, até certo ponto, aceitas.

Incutir e alimentar o senso comum e o universo acadêmico de credences e falsas certezas acerca da prática esportiva demandam a criação de mecanismos e estratégias de comunicação, que possibilitem uma ampla divulgação dessas aleivosas convicções introduzidas na conjunção do PST. Portanto, caminhando para o encerramento do nosso trabalho, finalizamos o quarto capítulo com a análise de mais um efeito perlocucional, ligado à propagação e divulgação da “marca Segundo Tempo”.

4.5 – A propaga(nda)ção e *outdoorização* do PST

Uma mentira dita cem vezes torna-se verdade.
Josef Goebbels, Ministro da Propaganda do Reich.

A composição do título desta parte final da pesquisa destaca a dupla interpretação, que podemos chegar acerca do proeminente espaço ocupado pelo PST na agenda e discurso político do ME e do próprio Governo, durante a primeira gestão. Informações sobre o PST foram cansativamente reproduzidas nas alocações públicas proferidas pelos altos representantes políticos do ME.

Segundo Linhales (1996), o sistema esportivo é detentor de um potencial para a geração de símbolos interativos, que justificam o fato de o Estado, por vezes, lançar mão do esporte para promover a unidade social e a propaganda de governo. Para a autora, “é essa dimensão utilitária do setor esportivo que fundamenta o desenvolvimento de programas esportivos de cunho assistencialista e compensatório”. (1996, p. 51).

Todavia, no caso do PST, notamos que sua acelerada disseminação não se restringiu aos discursos oficiais. Num curto período de tempo, verificamos uma ampla implantação do programa pelas diferentes regiões do Brasil⁹³. A cada núcleo inaugurado, nos mais longínquos redutos do país, foi louvável e, no mínimo, curiosa a preocupação do ME, representado pela figura de seu dirigente máximo, em marcar sua presença.

A festa de lançamento oficial do Segundo Tempo em Sobral, no ginásio Poliesportivo Plínio Pompeu no último dia 29, contou com a presença de quase duas mil crianças. O Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz participou da solenidade organizada pela Prefeitura local. “Com mais essa iniciativa, o Governo Federal cumpre seu papel de proporcionar uma melhor qualidade de vida à população mais necessitada”, declarou Agnelo⁹⁴.

Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, será ampliado este ano. O programa possibilita o acesso de alunos da rede pública de ensino a práticas esportivas e atualmente beneficia 800 mil estudantes. A ampliação será feita a partir da adesão de novos parceiros com prefeituras e instituições não-governamentais. O anúncio foi feito hoje pelo ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, durante visita à Vila Olímpica do Bairro de Rio Doce, em Olinda⁹⁵.

O Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, lançou hoje (16/12), o Programa Segundo Tempo no Assentamento Expansão Vila São José, em Brazlândia (DF). O programa irá beneficiar cerca de 800 estudantes carentes, em sua maioria, filhos de diaristas que possuem renda inferior ao salário mínimo⁹⁶.

Para marcar a chegada do programa de combate à exclusão social de crianças e adolescentes, os baianos comemoraram de forma típica com uma festa popular na praça central da cidade de Seabra, na última quinta-feira (09/03). Mais de quatro mil moradores dos 41 municípios contemplados estiveram presentes no evento que teve direito a apresentações de dança e percussão de crianças das comunidades locais. [...] O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, participou do lançamento com prefeitos, vereadores dos municípios

⁹³ Essa afirmativa foi evidenciada anteriormente, por dados apresentados neste estudo.

⁹⁴ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 06 de maio de 2004, com o título “Lançamento do Programa Segundo Tempo em Sobral - CE”.

⁹⁵ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 25 de agosto de 2004, com o título “Agnelo diz que Programa Segundo Tempo será ampliado”.

⁹⁶ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 16 de dezembro de 2005, com o título “Assentamento ganha novo núcleo do Segundo Tempo e beneficia 800 estudantes”.

beneficiados e com presidente da Fetag/BA, Edson Pimenta. Em seu discurso, Agnelo revelou que a meta do programa é ocupar de maneira integral o tempo desses jovens que por muitas vezes era ocupado pelo trabalho infantil, quando elas ajudavam os pais na lavoura⁹⁷.

Em consequência da aguda mobilização e atuação do ME e da SNEE em torno das ações de implementação do PST, o programa rapidamente alcançou reconhecimento e, porque não dizer, admiração, por parte do Governo Federal.

Lula lembrou ainda da principal bandeira de campanha do ex-ministro: o programa Segundo Tempo. “Ao invés de falar de um menino na rua, é preciso falar também das coisas boas que acontecem. Um milhão de crianças estão sendo atendidas pelo Segundo Tempo”, reforçou Lula⁹⁸.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou na manhã desta quarta-feira (21/06), durante a cerimônia de abertura da 8ª Semana Nacional Antidrogas, em Brasília, a importância do programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, na missão de afastar jovens e adolescentes das drogas⁹⁹.

O “sucesso” atingido pelo PST foi tão significativo que passou a despertar o interesse e curiosidade de outros países. Intrigados com a célere ampliação do programa, bem como, com sua instantânea aceitação pela população, algumas nações chegaram a importar o modelo do PST.

O Brasil vai colaborar com o Paraguai na implantação de programas como o "Pintando a Liberdade" e o "Segundo Tempo", lançado recentemente pelo governo e que garante reforço escolar, alimentação e inclusão social de crianças carentes, de 7 a 17 anos, por meio de atividades esportivas nas escolas, clubes, quartéis e entidades como o Sesc. O acordo, que inclui diversas modalidades esportivas, foi assinado hoje, em Brasília, pelos ministros Agnaldo Queiroz e Federico Frutos, do Paraguai¹⁰⁰.

A Costa do Marfim pretende firmar um termo de cooperação técnica com o Ministério do Esporte brasileiro para assegurar, por meio do esporte social do Programa Segundo Tempo, a devolução da cidadania de suas crianças e jovens. O desejo de levar o Programa Segundo Tempo para o país africano foi manifestado pela embaixadora do país no Brasil, Colete Larbim, em audiência realizada na tarde desta quarta-feira (01/09), com o ministro do Esporte, Orlando Silva Jr¹⁰¹.

⁹⁷ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 15 de março de 2006, com o título “Agricultores comemoram chegada do Segundo Tempo no interior da Bahia”.

⁹⁸ “Presidente elogia Agnelo”, matéria publicada no caderno “Política”, do jornal Correio Braziliense, em 05 de maio de 2006. Disponível em: <http://buscacab2.correioweb.com.br/correio/2006/05/05/A10-0505.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

⁹⁹ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 22 de junho de 2006, com o título “Lula destaca Segundo Tempo na Semana Antidrogas”.

¹⁰⁰ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 13 de outubro de 2003, com o título “Brasil vai exportar experiência do Segundo Tempo para o Paraguai”.

¹⁰¹ Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 01 de agosto de 2006, com o título “Costa do Marfim quer importar Programa Segundo Tempo”.

O ministro do Esporte, Orlando Silva Jr., recebeu na terça-feira (07/11), em Brasília, uma comitiva ministerial do país africano Guiné-Bissau. Os guinenses estão interessados em exportar para o seu país o modelo do programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte¹⁰².

Evidentemente, não podemos ignorar a perspicácia do ex-ministro Agnelo Queiroz e da equipe do ME responsável pelo PST, que, a despeito das limitações estruturais, conseguiram veloz e eficientemente atingir as metas de atendimentos estipuladas para o programa. No entanto, precisamos nos debruçar criticamente sobre as justificativas para essa ansiosa ramificação do PST. Necessitamos compreender o que está camuflado pelo elogiável empenho e foco dado ao PST, por parte do ME.

A primeira “mancha” que localizamos na tessitura de propagação do PST está no desenho político-partidário presente no ME no transcorrer da primeira gestão, que tornou claras as correlações de forças que determinavam as prioridades ministeriais. Embora o ministério tenha sido entregue ao PC do B, alguns cargos e setores eram gerenciados por atores ligados ao PT. Numa concisa conclusão, o resultado dessa configuração foi a visível preterição a programa e ações relacionadas à secretaria ocupada pelo PT¹⁰³, em contraposição à atenção concedida aos setores de domínio do PC do B¹⁰⁴.

Os diferentes tratamentos dispensados aos programas e às ações relacionados ao partido do então ministro de esporte, Agnelo Queiroz¹⁰⁵, influenciou diretamente a possibilidade de que o PST tivesse uma rápida proliferação, o que foi acentuado devido à priorização da alocação de recursos públicos para esse programa, dentro da dotação orçamentária destinada ao ME. Diante dessa disparidade, cabe perguntar se estaríamos diante de uma

¹⁰² Trecho retirado de matéria divulgada no portal eletrônico do ME, no dia 10 de novembro de 2006, com o título “Guiné-Bissau quer levar Programa Segundo tempo para o país”.

¹⁰³ Referimo-nos ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. De acordo com Castellani Filho (2007, p. 1), O PELC “precisou se desenvolver para não sucumbir diante da *vontade* ministerial de dar vida a apenas um projeto social [Programa Segundo Tempo] que viesse a demarcar, de forma, inequívoca, a presença de uma determinada força política à frente do Ministério do Esporte que não aquela responsável pela sua elaboração e execução”. (grifo do autor).

¹⁰⁴ Entre esses setores está a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, a quem cabe a gestão do PST.

¹⁰⁵ É importante frisarmos que estamos nos remetendo ao período da primeira gestão do governo Lula, onde o ex-ministro Agnelo Queiroz encontrava-se vinculado ao PC do B, uma vez que, recentemente, trocou de partido, filiando-se ao PT.

exploração política, e por que não dizer partidária, do PST, em que o programa estaria sendo “distribuído” às diversas regiões do país como uma espécie de “panfleto promocional” do partido à frente do ME e do próprio ministro à época.

Nesse sentido, um segundo ponto que borra a expansão do PST é a tradução de propagação em *propagandação*.

Por trás da propaganda governamental, escondem-se números que reduzem as iniciativas anunciadas a meras peças de publicidade. Levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) a pedido do Correio revela que, até 10 de outubro, programas sociais dos ministérios da Educação, da Saúde e dos Esportes tiveram execução orçamentária menor do que o percentual gasto com publicidade. [...] Segundo o filósofo Roberto Romano, professor de Ética Política da Unicamp, o investimento maciço em publicidade é uma “mercadoria de primeira necessidade” para o governo, que usa a tática para ganhar a confiança da população. “O governo lança um programa, mas sabe que a máquina burocrática anda a passos de tartaruga e é previsível que chegue a esse tipo de solução, abreviando recursos. Com isso, tem de aumentar a quantidade de propaganda, para tentar deixar o povo menos irritado do que já está”, avalia.¹⁰⁶

O estabelecimento de uma relação direta entre propagação e propaganda não é estranho nem recente na política, principalmente, quando abordamos a implementação de projetos sociais.

De acordo com Araújo (2002), as alianças iniciais entre comunicação e intervenção social são da década de 1940, legitimadas no contexto desenvolvimentista impingido por Juscelino Kubistchek na década de 1950, o que teve forte apoio da UNESCO. Essa relação foi parcamente questionada nos anos de 1960 pelo movimento contrário ao imperialismo norte-americano, consolidando-se efetivamente, na década de 1970, sob o regime militar. Para a autora:

Com os olhos de hoje, pode-se dizer que é nesse largo período que se cimenta a relação entre comunicação e políticas públicas, uma vez que se passou a acreditar firmemente que o “subdesenvolvimento” era produto da falta de educação e de informação das populações e que, para superá-lo, o caminho era difundir informações adequadas sobre procedimentos e atitudes que deveriam se adotadas pelas pessoas. Comunicação tornou-se, a partir daí, elemento estratégico do campo político – e não é por acaso que os governos militares investiram tanto no parque tecnológico das telecomunicações. (ARAÚJO, 2002, p. 216).

¹⁰⁶ “A propaganda é a alma do governo”, matéria publicada no caderno “Brasil”, do jornal Correio Braziliense, em 06 de novembro de 2005. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2005/11/06/ad12-0611.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

Araújo (2002) destaca que a relação entre políticas públicas e comunicação é evidenciada a partir dos anos 1990, quando organismos públicos e privados procuram por modelos de análise e ação mais eficazes e em consonância com a visão política da sociedade, exemplificada pela hibridização discursiva de campos que, anteriormente, se mantinham claramente diferenciados. Segundo a autora, essa procura conduziu a uma luta por espaços políticos, por posições que permitiam interferir na definição dos modos de pensar, planejar, e influir sobre a realidade social e na alocação de recursos para tanto.

Das características apresentadas acima pela autora, duas se apresentam destacadamente no cenário do PST. A primeira delas seria a disputa por espaços políticos, tanto no interior do próprio ME, conforme já ilustramos neste capítulo, como na esfera nacional. Em âmbito nacional, o que podemos verificar é que a presteza do ME em divulgar as ações do PST apresenta intencionalidades ocultas que se configuram em pressupostos para apontarmos a propaganda do programa como uma prática de cunho partidário e personalista.

Nessa perspectiva, atualmente, conferimos que não há um rompimento entre a campanha eleitoral e as ações governamentais, em resumo o que temos hoje é a figura de uma campanha permanente.

Uma consecuencia del estado de campaña permanente es que dejan de tener sentido preguntas como: “¿Cuándo empieza la campaña?” y “¿Cuándo deberíamos empezar a hacer campaña?”. Estas preguntas ya no tienen sentido, pues parten del supuesto de que los actores políticos pueden decidir cuando empieza la campaña. Y la campaña permanente no empieza en un momento determinado, sino que siempre está allí. Sucede algo similar a lo que ocurre con el fenómeno de la globalización: un país no puede decidir si va a ser parte de la globalización o no. Ya es parte, y su tarea es, en todo caso, ver cómo participa ventajosamente de este fenómeno, del cual no se puede abstraer. (IZURIETA et al., 2001, p.91).

Conquanto não comunguemos com a ideia do autor exposta na citação acima, ela é importante, já que parece expressar o entendimento recorrente pararelevante parcela dos agentes políticos brasileiros, os quais tomam posse já com a grande preocupação de construir um legado que os possibilite reeleição nas eleições vindouras. Para alcançar êxito nesse objetivo, os políticos lançam mão de uma série de estratégias, entre elas está o investimento pesado em

mecanismos de propaganda de suas ações e projetos, que permitam a produção de uma figura palatável e carismática que conquiste o apreço populacional.

Cabe indagarmos se, a partir das “manchas” identificadas, estaria o PST a serviço de uma permanente campanha política. A despeito dos avanços conceituais e de gestão propostos no PST, seria o programa um nicho da “velha política”?

Evidentemente, os pontos de conexão entre o PST e a propaganda iniciam-se antes mesmo da elaboração de seus princípios e critérios.

“[...] nós vamos ter que ter um programa de massa, nós vamos ter que ter um programa que tenha impacto, não é? No governo, impacto na sociedade, né? Impacto na academia, na universidade. E aí numa conversa com o então ministro Cristovam Buarque surgiu a ideia desse nome Segundo Tempo, né? Que tem lá o primeiro tempo do futebol, Segundo Tempo, né? Tanto é que a logomarca do programa era um campo de futebol e tudo mais, né? E o nome pegou, né? Foi um nome que foi lançado assim... a equipe de marketing do Ministério do Esporte, as pessoas que trabalham com isso fizeram bem essa tarefa. E aí nós passamos a discutir princípios e características [...]” (Gestor 1).

A preocupação com a divulgação do PST está presente no leque de seus principais objetivos explicitados em seu manual, por meio de qual identificamos a intenção ministerial em “obter reconhecimento nacional e internacional do Programa”. (BRASIL, ME, 2005). Além disso, uma das ações orçamentárias do PST é a *publicidade e utilidade pública*. Indiretamente, também, averiguamos o desvelo com a exposição do PST na descrição dos padrões de identificação e divulgação dos núcleos inseridos no manual do programa.

Compete aos parceiros do programa garantir a identificação dos núcleos, por meio de placas, banners, faixas, pinturas ou outra forma similar previamente acordada com o Ministério do Esporte, observando-se as disposições do Manual de Uso de Marcas, disponíveis no site www.presidencia.gov.br, bem como as da IN nº 32, de 22 de dezembro de 2003, que trata da autorização para o uso das marcas oficiais publicitárias do Poder Executivo Federal. (BRASIL, ME, 2005). (grifo nosso).

O Relatório da UNESCO (2005) destaca o eficiente trabalho da equipe ME na divulgação do PST, elencando a escola como o principal espaço dessa ação. Vale mencionar que outros mecanismos pontuais de disseminação, mas com menor ocorrência, também, foram apontados pelo relatório.

Houve, também, com alguma recorrência nos grupos, relatos de outros veículos de divulgação, por meio dos quais pais e alunos (beneficiários em potencial) tiveram acesso às informações pertinentes ao Programa e de como inscrever os filhos nele. Os uniformes com a logomarca do Segundo Tempo, nesse

sentido, cumpriram um papel importante, como fica claro na fala de uma mãe: “passava sempre em frente de associação e via um monte de crianças com uniforme. Fui lá e fiquei sabendo do Programa”. Vizinhos e amigos, cujos filhos já frequentavam as atividades do Núcleo de Esporte Educacional, também contribuíram na difusão do Programa. (UNESCO, 2005).

Obviamente, não é nossa intenção nos manifestarmos contrários às campanhas de divulgação do PST, uma vez que o programa necessita chegar ao conhecimento dos pais e dos jovens, que apresentam o perfil priorizado pelo PST. Contudo, não podemos acolher acriticamente o uso do recurso destinado à publicidade do PST como instrumento de campanha política. Igualmente, precisamos cobrar que as ações e estratégias publicitárias do ME, relacionadas ao PST, tenham como objetivo fundamental atingir o ambiente escolar, visto que este é o espaço de atendimento prioritário do programa, além de se mostrar como o mais eficiente ambiente de exposição do PST às crianças e aos jovens futuramente atendidos.

Em suma, o que identificamos, por meio da análise da expansão do PST, amparada numa forte campanha publicitária, é a prática do processo de *outdoorização* política, na qual o esporte, dentro de uma política pública, é utilizado como mecanismo de propaganda de outros interesses que não aqueles inicialmente expressados ou oficialmente divulgados. Dessa forma, o que podemos identificar na ardente inquietação com a divulgação do Segundo Tempo e com a propagação do esporte como veículo de inclusão social é a velada intenção de mitigar a priorização histórica dada pelo ME ao esporte de rendimento e aos grandes espetáculos esportivos e, mais fortemente, a “exploração política” do PST, transformando-o em instrumento de divulgação e afirmação partidária no cenário político nacional.

Os efeitos do PST abordados até o momento, elucidam um cenário contraditório, no qual discurso e ação nem sempre se encontram. O resultado desse distanciamento ganha materialidade na complicada tarefa de verificação dos efeitos atingidos pelo programa. Nossa análise demonstra que, por meio da avalanche semântica, muitos discursos de cunho salvacionistas ligados ao esporte são amplamente aceitos pela população, o que gera uma pseudovalorização esportiva e, conseqüentemente, do próprio PST.

Portanto, precisamos ser prudentes, mantendo rigor científico e epistemológico, que permita a visualização das relações e a identificação das influências entre a *gestão*, o *modelo conceitual* adotados pelo PST e os *efeitos* produzidos pelo programa, apontando os limites e avanços resultantes dessa interface. Conscientes desse exercício de reflexão crítica e do movimento espiral que toma conta das contraditórias relações presentes no PST, passamos as considerações finais do nosso trabalhos, cientes de que as conclusões apresentadas não esgotam o universo de análise compreendido pelo PST e não serão capazes de elucidar todo o cepticismo resultante do confuso panorama da política pública e social esportiva no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não quero nunca renunciar à liberdade deliciosa de me enganar.
Che Guevara

Chegamos ao final do caminho trilhado por essa dissertação, tendo a certeza inicial de que a “estrada” das políticas públicas e sociais esportivas por onde andamos não se finda aqui, ainda há muitos “becos e vielas” para serem analisados. Logo, iniciamos esta conclusão convidando os leitores e os pesquisadores ligados à Educação Física ao desafio de se lançarem pelas “alamedas” da política de esporte e lazer criticando, aprofundando e renovando as conclusões apresentadas na sequência. Nossa provocação, igualmente, é produto da certeza de termos deixado lacunas abertas em face dos novos problemas e contradições com os quais nos deparamos ao longo da investigação e que não foram suficientemente explorados.

Antes de adentrarmos nas certezas transitórias alcançadas por este trabalho, é importante reforçar a ressalva, realizada na introdução, que chamava à atenção do leitor para o fato de o Segundo Tempo ainda estar em vigência, sofrendo constantes modificações e atualizações. A “fotografia” revelada por essa pesquisa não é a de um objeto em movimento, o que geraria uma série de distorções e deformações à imagem revelada. Destarte, o “retrato” que mostramos é de uma “paisagem” compreendida na primeira gestão do atual governo, ou seja, o período de 2003 a 2006, o que atribui um caráter histórico a esta dissertação.

Inicialmente, concluímos que há elementos de análise suficientes que respondem e, ao mesmo tempo, sustentam a principal dúvida por nós suscitada, qual seja: a de que há uma forte relação entre a *gestão*, o *modelo conceitual* e os *efeitos* inerentes à formulação, implementação e desenvolvimento do PST e que esse vínculo é permeado por contradições. A reciprocidade entre os elementos analisados é evidenciada quando verificamos como os avanços e limites de um interferem significativamente nos resultados dos demais. Em relação ao cenário incongruente, podemos visualizá-los tanto nas ações internas do ME como na

confrontação entre o proposto pelas instâncias ministeriais e o realizado na ponta, representada pelos núcleos de esporte educacional.

No primeiro capítulo, ao realizarmos a descrição do surgimento do ME e de sua organização, destacando a criação da SNEE, bem como a apresentação introdutória da implementação do PST, observamos, por meio desse percurso histórico, que a consolidação de uma política pública é definida pela correlação de forças e não de um campo abstrato ou de um instrumento rígido. É na disputa, no embate, que aparecem as alternativas possíveis de uma política pública e social para o esporte, apoiada num pseudo-equilíbrio entre as forças presentes e os interesses em jogo. (FALEIROS, 2008).

Ao ressaltarmos os discursos legitimadores à época e destacando seus *efeitos perlocucionais*, notamos uma minuciosa construção dessas alocações, objetivando demonstrar a importância e a necessidade de edificação de uma política pública para o setor esportivo e da criação do PST. Todavia, esse cuidadoso arranjo, contraditoriamente, esbarra na falta de correspondência entre as ações políticas e a prática social empreendidas. Relatando criticamente a transição do Esporte na Escola para PST, buscamos identificar as características herdadas por este do programa que o precede. Nesse “jogo dos 7 erros”, concluímos que o PST avançou em relação ao programa anterior em aspectos de gestão (logísticos e administrativos) e conceituais (pedagógicos), no entanto, podemos afirmar que algumas semelhanças se perpetuaram, o que *a priori* não significa um ponto negativo.

Expostas as “heranças” recebidas pelo PST, sentimos a necessidade de ponderar acerca das consequências geradas por essa acolhida, bem como, identificar de que modo os avanços constatados poderiam intervir no formato de gestão assumido pelo programa. Nesse sentido, no segundo capítulo, nos dedicamos ao debate sobre a *gestão* adotada pelo PST. No entanto, sem desprezar o caráter histórico do nosso trabalho, optamos por introduzir o capítulo expondo de forma mais particularizada a gênese do PST, destacando e discutindo os princípios norteadores, os objetivos buscados, os impactos esperados, o público-alvo a ser atingido e sua distribuição no território nacional.

A apresentação dos dados do PST demonstrou uma presença predominante do programa em regiões e estados com grandes receitas orçamentárias e historicamente privilegiados pelas ações governamentais, tais como: a região Sudeste, alguns estados do sul do país e o Distrito Federal. Dessa paisagem conflitante, inferimos que o PST demonstra dificuldade para cumprir seu objetivo de atendimento prioritário às regiões localizadas em áreas de risco social.

Com o intuito de enriquecer nossa pesquisa e melhor ilustrar as especificidades, progressos, estagnações e retrocessos inerentes ao modelo de gestão adotado pelo PST, decidimos pela exposição das particularidades locais do programa. Dessa forma, descrevemos as minúcias do PST no Distrito Federal, apresentando os dados de estruturação e desenvolvimento do PST na capital federal, no intervalo temporal compreendido entre os anos de 2003 a 2006. A concretização dessa tarefa evidenciou o que há de singular no desenvolvimento do PST no DF, destacando uma forte presença do terceiro setor entre os convênios celebrados e uma relevante influência política permeando as relações entre o ministério, representado pelo Ministro da época, e as parceiras da região.

Finalizando o segundo capítulo, verificamos, em que medida, a gestão do PST contemplava mecanismos que permitissem ou incentivassem a promoção à participação e ao controle social das políticas públicas, considerando as tensões entre interesses públicos e privados. Avaliamos, até que ponto, a proposta de gestão descentralizada do PST pode ser caracterizada como participativa e democrática, ou por outro lado, é sinônimo de desresponsabilização estatal. Verificamos que o PST se propõe a ser um programa socioesportivo respaldado por uma nova forma de gestão, caracterizada por um modelo democrático de ação descentralizada, que possibilite a participação popular e o controle social. No entanto, ao confrontarmos as proposições do programas com as contradições internas de seus documentos oficiais e com as entrevistas dos atores presentes em seu desenvolvimento, constatamos que as asserções realizadas pelo ME apresentam limites para consubstanciação de sua materialidade, do que concluímos que o ME e a SNEE precisam trabalhar no intuito de aperfeiçoar os

veículos de participação popular e controle social existentes, bem como, criar novos espaços e possibilidades que permitam o efetivo envolvimento da comunidade atendida.

Observamos que o distanciamento entre elaboração e execução das ações de gestão do programa é engendrado por uma ampla junção de fatores. Compõem o arcabouço de obstáculos impostos ao PST a desconsideração das demandas locais e regionais no momento de sua elaboração, a falta de mecanismos que possibilitem a participação e o controle social das ações do PST, bem como um processo de avaliação e acompanhamento deficitário por parte do Estado. Além disso, cabe observar que foi ressaltado pelos entrevistados um excesso de exigências burocráticas para viabilização dos pleitos apresentados ao ME.

Ao nos lançarmos à empreitada de debater, no *terceiro capítulo*, o conjunto de conceitos, que sustentam e justificam teoricamente o PST, percebemos a necessidade de iniciar essa discussão pela problematização da, ou falta de, conceituação do “esporte educacional”. Esse debate, evidenciou que as contradições presentes nos documentos publicados pelo ME e a falta de precisão conceitual sobre essa “dimensão esportiva” acabam refletindo diretamente nas ações, tanto administrativas e burocráticas como pedagógicas do PST. Portanto, acreditamos que uma medida a ser tomada pelo ME e pela SNEE é a reprodução dos avanços identificados na PNE para o interior das atividades do PST e de seus manuais orientadores.

Avançando na investigação conceitual do programa, buscamos identificar, em que medida, as atividades esportivas promovidas pelo PST dentro das escolas dialogam com significados próprios da instituição escolar. Analisando a relação entre o PST e a escola percebemos que o primeiro obstáculo se firma na difícil consolidação de uma parceria entre o ME e o Ministério da Educação. No período estudado, as estancas aproximações entre esses órgãos governamentais se resumiram ao simples repasse de recurso para a melhoria das deficitárias instalações esportivas escolares, o que não caracteriza o PST como exemplo de política intersetorial. Ao mesmo tempo, por meio das falas dos

coordenadores entrevistados e de pais ouvidos pela pesquisa da UNESCO, podemos conferir que, a despeito dos avanços conceituais registrados nos documentos oficiais do PST quanto à abordagem do fenômeno esportivo, que reconhece seu papel pedagógico na instituição escolar, as atividades do programa ainda reproduzem o modelo hegemônico de esporte de alto rendimento, incentivando o fenômeno de esportivização das práticas pedagógicas. Por conseguinte, compreendemos que a equipe da SNEE deve, em suas capacitações, orientações e ações educativas, desenvolver discussão axiológica do espaço escolar e da relevância pedagógica das práticas esportivas no processo de emancipação e transformação social.

O PST contempla “atividades complementares”, que estão ligadas ao reforço escolar e a atividades ligadas à saúde e à cultura. Concomitantemente, o programa prevê o fornecimento de reforço alimentar e distribuição de material esportivo aos núcleos e estudantes atendidos. Essas ações sinalizam um avanço do PST em relação a outros programas de natureza similar realizados em governos anteriores. Além disso, pela carência dos lugares atendidos, ocupavam destacada função social. Contudo, algumas fragilidades precisam ser apontadas. Conceitualmente, o PST necessita abrigar uma compreensão mais ampla e rica das atividades complementares, que acolha as diferentes manifestações culturais, olhando para a diversidade e para as multiculturalidades regionais e sociais. Com relação ao material esportivo distribuído, conferimos a existência de queixas quanto a sua qualidade, além de serem distribuídos em quites fechados, ou seja, padronizados, o que pode inibir a criatividade dos agentes do núcleo, o que pode levar à priorização do desenvolvimento apenas das práticas esportivas tradicionais.

Destacando o público-alvo do programa, iniciamos o último capítulo do trabalho, problematizando a utilização do esporte como meio de inclusão social, de garantia do exercício da cidadania e de combate aos riscos sociais. A leitura crítica dos documentos oficiais do programa evidenciou a utilização de um conceito abrangente de “risco social”, engendrando dificuldades na definição dos locais de atendimento prioritário. Igualmente, constatamos que alguns núcleos

não têm seguido os critérios de seleção recomendados pelo ME, atendo-se apenas a ordem de inscrição dos alunos. Acreditamos que um acompanhamento regular, por parte do ME, poderia minimizar distorções no ingresso dos alunos no programa. Logo, identificamos novamente a necessidade de que o ME e a SNEE invistam na qualificação da capacitação ministrada aos coordenadores e monitores do núcleo desenvolvendo temáticas atinentes à inclusão e risco social, à pobreza, à cidadania, entre outras.

Em continuidade desse último e quarto capítulo, dedicamo-nos a examinar os efeitos do PST. Tratamos do objetivo principal do programa, a saber, democratizar o acesso às práticas esportivas, indagando se o escopo dessa proposta está ligado à consolidação do esporte enquanto direito social ou, contrariamente, significa a massificação esportiva do modelo de alto rendimento, transformando as escolas e núcleos do programa em celeiros para a descoberta de novos talentos esportivos. Os números apresentados pelo ME representam significativa propagação do programa, sendo utilizado como sinalizador de uma democratização do acesso. Entretanto, não podemos pautar esse debate somente por dados quantitativos, desprezando o valor dos critérios qualitativos ligados à análise do PST.

No que tange à democratização das práticas esportivas, outro ponto de destaque é que, não obstante os manuais do programa e seus gestores públicos afirmarem que o PST não tem como orientação a formação e a revelação de atletas e que os alunos com potencial para a prática esportiva devem ser encaminhados aos centros de treinamento específicos, algumas notícias publicadas no próprio sítio eletrônico do ME e falas de pais e alunos demonstram uma forte “desafinação” dentro do PST. Esse “ruído” é evidenciado pela valorização e exploração publicitária dos bons resultados obtidos pelos estudantes do PST em competições esportivas nacionais e internacionais e pela perspectiva de pais e alunos de que o esporte seja o motor de ascensão social, redentor da condição de pobreza e precariedade em que se encontram.

Na sequência, analisamos outros *efeitos* inerentes ao Segundo Tempo e apresentamos a avalanche semântica do PST, que lhe atribui uma série de

capacidades, entre elas, interferir na promoção da saúde, na melhoria qualidade de vida dos estudantes, no favorecimento à inclusão social, na erradicação do trabalho infantil e na redução da exposição das crianças e dos adolescentes às situações de risco social. Diante disso reiteramos nossa primeira e decepcionante constatação: o PST apresenta escassez de dados que permitam uma precisão quanto aos efeitos alcançados pelo programa. Desse fator limitador, verificamos que os discursos salvacionistas, em torno dos benefícios da prática esportiva, são amplamente aceitos pela população, e são reforçados pelo sistema esportivo conservador (confederações e federações) e por algumas correntes do campo acadêmico da Educação Física. Assim, baseados no otimismo ingênuo do senso comum, vários atributos vão sendo imputados ao esporte, sem qualquer tipo de crítica ou discussão.

Quanto à relação direta entre prática de esporte e a promoção da saúde, verificamos que o PST apresenta poucos dados sobre essa vinculação. Alguns relatos retirados do Relatório da UNESCO, apesar de reconhecerem os benefícios do esporte à saúde, afirmam não terem constatado grandes alterações no bem-estar dos alunos atendidos. Concomitantemente, averiguamos que a falta de uma perspectiva intersetorial para o PST limita sua atuação na promoção da saúde e qualidade de vida, uma vez que para o atendimento do conceito ampliado de saúde proposto pela 8ª Conferência Nacional da Saúde é premente a consolidação de parcerias e do diálogo entre os representantes das diferentes áreas, que compõe o rol dos direitos sociais.

Outras prodigiosas benfeitorias ligadas ao esporte são as capacidades de: afastamento das drogas, crimes e violência; promoção da inclusão social; auxílio na erradicação do trabalho infantil; e redução da exposição das crianças e adolescentes às situações de risco social. Os poucos dados obtidos apontam positivamente para a evidência de que o esporte afaste os alunos da rua e da exposição a violência, no entanto, devido à escassez de indicadores sociais e dados concretos, precisamos ser cautelosos em relação a essas afirmações. Ao mesmo tempo, compreendemos que o discurso acerca do “afastamento das ruas”, ignora esse espaço urbano como uma célula criativa, local de fruição de

novas manifestações culturais e reduto de antigas práticas de lazer vitimadas pelos novos atrativos do mundo moderno.

Novamente, ao verificarmos a forte influência exercida pelo modelo esportivo de alto rendimento sobre o PST, precisamos nos indagar de que forma este arquétipo esportivo pode cooperar para o combate à drogadição e à violência, bem como, a promoção da inclusão social. Pois se é verdade que o esporte tira os adolescentes do caminho das drogas, também, é verdadeiro que o esporte pode ser o portal de entrada para esse mundo, vejamos os exemplos de *doping* nas competições esportivas e do uso de anabolizantes nas academias. Do mesmo modo, se o esporte afasta da violência, também, pode aproximá-la dos jovens, uma vez que o esporte carrega em seu cerne axiomas que podem vir a incitar à prática da violência. Por fim, em relação à inclusão social, é contraditório pensarmos que o esporte de alto rendimento, que tem embutido na sua lógica os processos seleção e exclusão, possa atuar como veículo de inclusão.

Finalizamos essa dissertação, destacando a questão da propaganda e *outdoorização* do PST e as finalidades e interesses políticos atrelados a essa tarefa. A análise desta dimensão demonstrou que o principal local de divulgação do PST tem sido as escolas. Todavia, evidenciamos que a presteza do ME em divulgar as ações do PST apresenta finalidades camufladas que se configuram em pressupostos para apontarmos a propaganda do PST como uma prática de *outdoorização* da política, que apresenta cunho partidário e personalista.

Por fim, deduzimos que as ações empreendidas pelo Estado não se implementam racional e automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados distantes dos anunciados. Por se voltarem para grupos diversificados, o impacto das políticas públicas e sociais implementadas pelo Estado, dentro da lógica capitalista e neoliberal, sofre o efeito de interesses diferentes, expressos nas relações sociais de poder. Esses efeitos ficaram evidentes ao longo desta pesquisa, atuando diretamente em cada uma das dimensões analisadas, bem como, na relação existente entre elas.

Dentro desse contexto, chegamos ao encerramento deste trabalho com a clareza de que o PST pode ser considerado um programa socioesportivo que alcançou alguns avanços conceituais, metodológicos, sociais, de gestão e administrativos em relação a outros programas. Entretanto, os progressos identificados não foram suficientemente capazes de afastar o PST de antigas práticas e distorções historicamente presentes nas políticas públicas e sociais do país. Esses resquícios geraram uma paisagem repleta de contradições e acomodações dentro do PST, configurada pelas disputas entre setores conservadores e progressistas; interesses públicos e privados; objetivos políticos e sociais; descentralização e centralização da gestão; esporte educacional e esporte de alto rendimento.

A análise do PST reforça a ideia de que o esporte não pode ser apresentado como a panacéia para a resolução de problemas que demandam ações de ordem política muito mais incisivas do governo do que simplesmente a criação de programas esportivos. No entanto, entendemos que há a necessidade de iniciativas, que compreendam o esporte como uma das manifestações sociais mais significativas do mundo contemporâneo, buscando garanti-lo como direito social inalienável do cidadão. Portanto, é com essa visão que defendemos a possibilidade do PST consubstanciar-se como importante ação governamental para o setor.

Compreendemos que uma administração pública – apoiada por uma concepção crítica de Estado – que considere como seu papel precípua atender à sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico – deve instituir como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. Destarte, mais do que oferecer programas e projetos sociais – entre eles o esporte e o lazer – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais. (HÖFLING, 2001).

Dessa forma, concluímos que numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política esportiva deve desempenhar importante papel em relação à democratização do acesso às práticas esportivas e de lazer e à formação do cidadão, em termos mais significativos, do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada”.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. A. e SUASSUNA, Dulce. Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005). In: **30º encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa**. Sessão Temática 03 – Esporte, política e cultura; 24 a 28 de out. de 2006; Caxambu/MG. 2006. 24 p.

ANTUNES, Ricardo. **Reestruturação capitalista e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal**. In: DOURADO, Luiz e PARO, Vitor (org.). Políticas públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001. p. 13 a 27.

ARAÚJO, Inesita. **Ligações estratégicas**: comunicação, políticas públicas e intervenção social. In: MOTTA, L. G. et al. Estratégias e culturas da comunicação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 246 p.

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 217 p.

AZEVEDO, Janete. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. In: **Revista Educação e Sociedade**, V. 23, n. 89. Campinas: CEDES, setembro, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998. 199 p.

_____. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. 304 p.

BEHRING, E. R. & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo, Cortez, 2006. 213 p.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1993.

BOUDENS, Emile P. J. **O Financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006)**. Rio de Janeiro: T mais oito, 2007. 230 p.

_____. **A revolução da oportunidade**: o esporte no primeiro mandato de Lula, segundo Lula. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

BRACHT, Valter. **Aprendizagem social e Educação Física**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XIX, nº 48, p. 69 – 88, 1999.

_____. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. 124 p.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: ME, 2005. 44 p.

_____. Ministério do Esporte. **Manual de Orientações para Implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME, agosto/2005. 54 p.

_____. Ministério do Esporte. **Manual de Diretrizes e Orientações do Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME, março/2006. 32 p.

_____. Ministério do Esporte. **Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME, 2007. 37 p.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Avaliação de Programa: Programa Segundo Tempo**/ Tribunal de Contas da União; Relator Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. 90 p.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **BRASIL: o estado de uma nação – Estado**, crescimento e desenvolvimento: a eficiência do setor público no Brasil, 2007 / Ricardo L. C. Amorim, André Gambier Campos, Ronaldo Coutinho Garcia, editores. – Brasília: IPEA, 2008. 288 p.

_____. Decreto-Lei nº 9.875, de 16 de setembro de 1946. Altera a composição do Conselho Nacional de Desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 set. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9875.htm.

_____. Decreto nº. 91.452, de 19 de julho de 1985. Institui a Comissão de Reforma do Desporto Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1985.

_____. Medida Provisória nº 932, de 1º de março de 1995. Dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares e dá outras providências. Reeditada pela MPv nº 963, de 1995. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/932.htm.

_____. Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências. **Diário Oficial da União**,

Brasília, DF, 19 abril 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4201.htm.

_____. Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União (edição especial)**, Brasília, DF, 1º jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm.

_____. Decreto nº 4.668, de 09 de abril de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 abril 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4668.htm.

_____. Ministério do Esporte. Portaria nº 98, de 29 de julho de 2003. Indicar membros, para fins de composição do Conselho Nacional do Esporte – CNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/conselho_esporte/legislacao/portaria_98_29_07_03.jsp.

_____. Ministério da Saúde. **Desafios do SUS e propostas de superação**. Brasília, MS, 20 nov. 2008. Acesso em: 25 de maio de 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/oficina_plan_sgep_antonio_alves_2008_2.pdf.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. 171 p.

CARVALHO, A. (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CARVALHO, Y. M. de. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, V. 22, n. 2, p 9-21, jan. 2001.

_____. Saúde, sociedade e vida: um olhar da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, V. 27, n. 3, p 153-168, maio. 2006.

CASTELLANI FILHO, Lino. A (Des) caracterização profissional filosófica da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, V. 4, n. 3, p 95-101, maio. 1983.

_____. Pelos Meandros da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.14, n. 3, p. 119 – 125, 1993.

_____. **A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro: percursos, paradoxos e perspectivas**. Campinas, 1999. 186f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, UNICAMP, 1999.

_____. (org.). **Gestão pública e política de lazer:** a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007. 138p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação Básica no Brasil. In: **Revista Educação e Sociedade**, V. 23, n. 89. Campinas: CEDES, setembro, 2002.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Política Social, Educação e Cidadania.** 6. ed. Campinas: Papyrus, 2003. 124 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social?** São Paulo: Brasiliense, 2007. 83 p. (Coleção primeiros passos;168).

_____. **A política social do Estado Capitalista.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 216 p.

FLAUSINO, Michelle da Silva. **Mistificação, Esporte e Lazer:** o discurso sobre o direito social. Goiânia, 2008. 84f. Monografia (Graduação em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UFG, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 150 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GRACINDO, Regina V. Estado, Sociedade e Gestão da Educação: novas prioridades, novas palavras-de-ordem e novos velhos problemas. **RBPAE** – V. 13, n. 1, jan/jun. 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 444 p.

_____. **Concepção Dialética da História.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 341 p.

ISAYAMA, Hélder & LINHALES, Meily Assbú (organizadores). **Sobre Lazer e Política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 165 p.

IZURIETA, Roberto et al. **Estrategias de Comunicación para Gobiernos.** Quito: Editora Ecuador F.B.T.Cía, 2001. 262 p.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** Ijuí: Edição Ijuí, 1994.

LIÃO JR., Roberto. **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal, 1995 – 1998: Tensões e Desafios de um Projeto Contra-Hegemônico**. Campinas, 2003. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2003.

LIMA, Valéria Almada. Reforma do Estado e controle social: limites e possibilidades da descentralização e do “terceiro setor”. In: **Revista Políticas Públicas**, São Luís: EDUFMA, v. 6, n. 2, p. 127-147, jan.-jun. 2002.

LINHALES, M. A. **A Trajetória Política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Belo Horizonte, 1996. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1996.

_____. **Jogos da política, jogos do esporte**. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

LORENZO, Marina Carvalho de. **Análise das práticas de participação em conselhos deliberativos de políticas: o caso do Conselho Nacional do Esporte**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, 2008.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 256 p.

MASCARENHAS, Fernando. **O Estado brasileiro e os direitos sociais: educação e lazer**. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER, 1., 2008, São Caetano. São Caetano do Sul, SP: IMES, 2008. Palestra proferida na mesa de Direitos Sociais.

_____. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MEDINA, J.P.S. **A educação física cuida do corpo...e “mente”**: bases para a renovação e transformação da educação física. 10 ed. Campinas: Papyrus, 1992. 96 p.

MELO, Marcus André. **Estado, governo e políticas públicas**. In: Sérgio Miceli (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, vol. 3, Ciência Política. São Paulo/ Brasília, 1999. Anpocs/Capes.

_____. Crise Federativa, Guerra Fiscal e “Hobbesianismo Municipal” efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 10 (3), p. 11 – 20, 1996.

MELO, Marcelo Paula de. O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, ago./2007.

_____. **Esporte e Juventude Pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005. 201 p.

MORENO, R. M. & ACHADO, A. A. Re-significando o esporte na educação física escolar: uma perspectiva crítica. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, v. 6, n. 8, p. 128 – 149, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NUNES JR., P. C. & AMARAL, S. C. F. Esporte e Política Pública: o caso do Segundo Tempo em Campinas. In: **1º Encontro da Associação Latinoamericana de Estudios Socioculturales Del Deporte (ALESDE)**. Esporte na América Latina: atualidades e perspectivas; 30, 31/10 e 01 de nov. de 2008; Curitiba/PR. 2008.

OKANO, C. B. et al. Crianças com Dificuldades Escolares Atendidas em Programas de Suporte Psicopedagógico na Escola: avaliação do autoconceito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 1, p.121 – 128, 2004.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Consenso e conflito da Educação Física brasileira**. Campinas: Papyrus, 1994. 203 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz**: Em direção às Metas de Desenvolvimento do Milênio. 2003. Acesso em: 27 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br>.

RIBEIRO, Sâmara Paula. Participação popular na gestão pública: quais as armadilhas e quais os caminhos? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais...São Luís**, 2007. 1 CD-ROM.

SADER, Emir. **Para outras democracias**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 678 p.

_____. **Brasil: uma história de pactos entre elites**. In: *Tiempos Violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad em América Latina* / compilado por Atilio Borón Julio C. Gambina y Naúm Minsburg – 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Democratizar a democracia**: caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 678 p.

SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão Social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, C. L. et al. Práticas corporais e saúde: novos olhares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, V. 27, n. 3, p 169-183, maio. 2006.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, nº 51, p. 15 – 20, Fevereiro/03.

STAREPRAVO, F. A. & MEZZADRI, F. M. Esporte, Relações Sociais e Violência. **Revista Motriz**, Rio Claro, V. 9, n. 1, p 59-63, jan/abr. 2003.

TUBINO, M.J.G. **Dimensões sociais do esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 95 p.

UNESCO. **Relatório Preliminar**: Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação do Programa Segundo Tempo. Projeto: 914BRA1110. Brasília: UNESCO, 2005.

_____. **Relatório Final de Caracterização dos Municípios segundo Fontes Primárias e Secundárias**: Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação do Programa Segundo Tempo. Projeto: 914BRA1110. Brasília: UNESCO, 2005.

VAGO, T. M. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente. **Revista Movimento**, Porto Alegre, ano III, nº 5, Fevereiro/96.

VAZ, A. F. et al. Sobre algumas vicissitudes da noção de saúde na sociedade dos consumidores. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, V. 27, n. 3, p. 137-151, maio. 2006.

VAZ, A. F. Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 89-96, 1. sem. 2001.

VEROZEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. Campinas, 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2005.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Escuta/ Editora Unicamp, 1994.

APÊNDICES

- Roteiro de entrevista com o Gestor 1
- Roteiro de entrevista com o Gestor 2
- Roteiro de entrevista com os Coordenadores 1 e 2
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Participação na Pesquisa

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Modelo Conceitual

- 1 - Qual é o conceito de esporte educacional adotado na primeira gestão do PST?
- 2 - O que foi considerado áreas de risco social para a elaboração do PST?
- 3 - Dentre suas finalidades, o PST busca a promoção à saúde. Nesse sentido, qual é o conceito de saúde presente no PST?
- 4 - Entre as funções do coordenador geral do projeto, está a de acompanhamento de rendimento dos estudantes. Qual é o conceito de rendimento adotado para essa atribuição?

Forma de Gestão

- 5 – A forma de gestão do PST propõe uma descentralização da execução orçamentária e financeira. Podemos entender essa prática como uma desresponsabilização estatal ou como um exemplo de gestão democrática? Por que?
- 6 - A forma de gestão adotada pelo PST, ou seja, a celebração de convênios com órgãos estaduais, municipais e organismos não governamentais, mediante prestação de contas final, ajuda ou dificulta a continuidade do programa?
- 7 - Quais os mecanismos criados, dentro da gestão do Programa Segundo Tempo, para assegurar a transparência e a participação popular?
- 8 - Na definição do PST se diz que ele é um programa em parceria com o Ministério da Educação, portanto podemos afirmar que o PST é um exemplo de política intersetorial? Na prática, como se dá essa parceria?
- 9 - Dentre as atribuições do ME está a de gerenciar o processo de acompanhamento e avaliação do programa. Nesse sentido, quais foram os indicadores de acompanhamento e avaliação utilizados na primeira gestão do PST?

Impacto Social

- 10 – O PST tem como um de seus alvos a massificação e disseminação esportiva. Este é o principal objetivo do PST?
- 11 – Nas diretrizes gerais do PST, dentro dos princípios norteadores, está o desenvolvimento de capacidades e habilidades motoras, por meio das práticas

esportivas. Essa finalidade, em certa medida, se contradiz ao objetivo de utilizar o esporte como ferramenta de inclusão social?

12 – O PST traz os seguintes objetivos: redução da exposição das crianças e adolescentes a risco social, erradicação do trabalho infantil e diminuição dos índices de evasão e repetência escolar. É possível alcançar esses objetivos, somente, por um programa sócio-esportivo? O PST não deveria estar relacionado a outros programas sociais de diferentes áreas?

Roteiro de Entrevista

1. Anteriormente ao Segundo Tempo, vocês já haviam participado de algum programa sócio-esportivo em parceria com o Governo Federal? Qual?
2. Qual foi o ano ou período em que participaram do Programa Segundo Tempo?
3. Quantas crianças e adolescentes foram atendidos pelo Núcleo neste período?
4. Quais eram as atividades oferecidas pelo núcleo do Programa Segundo Tempo? Com que frequência elas eram oferecidas?
5. Em qual horário eram realizadas as atividades esportivas?
6. Além das práticas esportivas, houve a oferta de atividades complementares? Quais?
7. No período em que o Programa Segundo Tempo esteve ativo, os alunos atendidos receberam reforço alimentar?
8. Vocês receberam material esportivo para realização das atividades do programa? Na sua opinião, essa oferta foi suficiente para atender à demanda do núcleo?
9. Vocês receberam visitas do Ministério do Esporte para avaliar as atividades realizadas pelo núcleo?
10. Foram solicitados, pelo ME, algum relatório de acompanhamento das atividades realizadas no núcleo? Podemos ter acesso a eles?
11. Os coordenadores e monitores do núcleo participaram da capacitação ministrada a Distância pelo Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília em parceria com o Ministério do Esporte?
12. Na sua opinião, quais foram os principais conteúdos trabalhados pelo programa de capacitação?
13. Você acha que os conteúdos ministrados foram importantes para qualificar as atividades realizadas pelo núcleo? Por favor, exemplifique.
14. Houve, por parte do Ministério, alguma orientação pedagógica e/ou metodológica quanto ao modelo esportivo que deveria ser utilizado nas atividades realizadas pelo núcleo? Qual foi esse modelo?
15. Na sua opinião, o que significa esporte educacional?
16. Você tem conhecimento dos objetivos e impactos esperados pelo Programa Segundo Tempo? Poderia citar alguns?

17. Por que não foi dada continuidade ao programa?

18. Na sua opinião, quais são os pontos negativos e positivos do Programa Segundo Tempo?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso esteja de acordo, assine o documento de consentimento de sua participação, que está disponível em duas vias. Uma delas é do entrevistado e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar o Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília pelo telefone (61) 3307-2251.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos.

Pesquisador Responsável: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

Telefones para contato na UnB: (0XX) 61 3307-2251/ Ramais: 221 ou 210.

Descrição da pesquisa:

Dentre os diferentes temas relacionados ao esporte, as políticas públicas esportivas se apresentam como uma problemática, ainda, pouco abordada no âmbito acadêmico-científico. Nesse sentido, é imprescindível compreender quais são as características presentes nos programas e projetos sociais organizados a partir do Ministério do Esporte (ME), que compõe a política pública para o setor. Sendo assim, o Programa Segundo Tempo (PST), devido sua relevante amplitude e abrangência, consolida-se como importante foco de estudo acerca da política pública para o esporte. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo identificar o modelo conceitual, a forma de gestão e o impacto social presentes na construção, implantação e desenvolvimento do Programa Segundo Tempo (PST).

Observações importantes:

A pesquisa não envolve riscos à saúde, integridade física ou moral daquele informante que será sujeito da pesquisa. Não será fornecido nenhum auxílio financeiro, por parte dos pesquisadores, seja para transporte ou gastos de qualquer outra natureza. A coleta de dados deverá ser autorizada e poderá ser acompanhada por terceiros. O resultado obtido com os dados coletados de cada informante poderá ser divulgado posteriormente, caso assim o desejarem. Os dados da pesquisa serão posteriormente apresentados em eventos científicos, na forma de monografias e publicados em revistas científicas, sem que sejam divulgados os nomes dos informantes.

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____,
RG _____, CPF _____, abaixo assinado,
autorizo a utilização para fins acadêmico científicos do conteúdo da entrevista
concedida para a pesquisa: Estado, Sociedade e políticas públicas: o caso do
Programa Segundo Tempo. Fui devidamente esclarecido pelo (a)
pesquisador(a): _____ sobre a
pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os seus objetivos e
finalidades. Foi-me garantido anonimato sobre os dados coletados e que poderei
desistir de participar em qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.
Também fui informado que os dados coletados durante a pesquisa serão divulgados em
eventos e literaturas científicas na área das políticas públicas esportivas.

Local e data

Assinatura